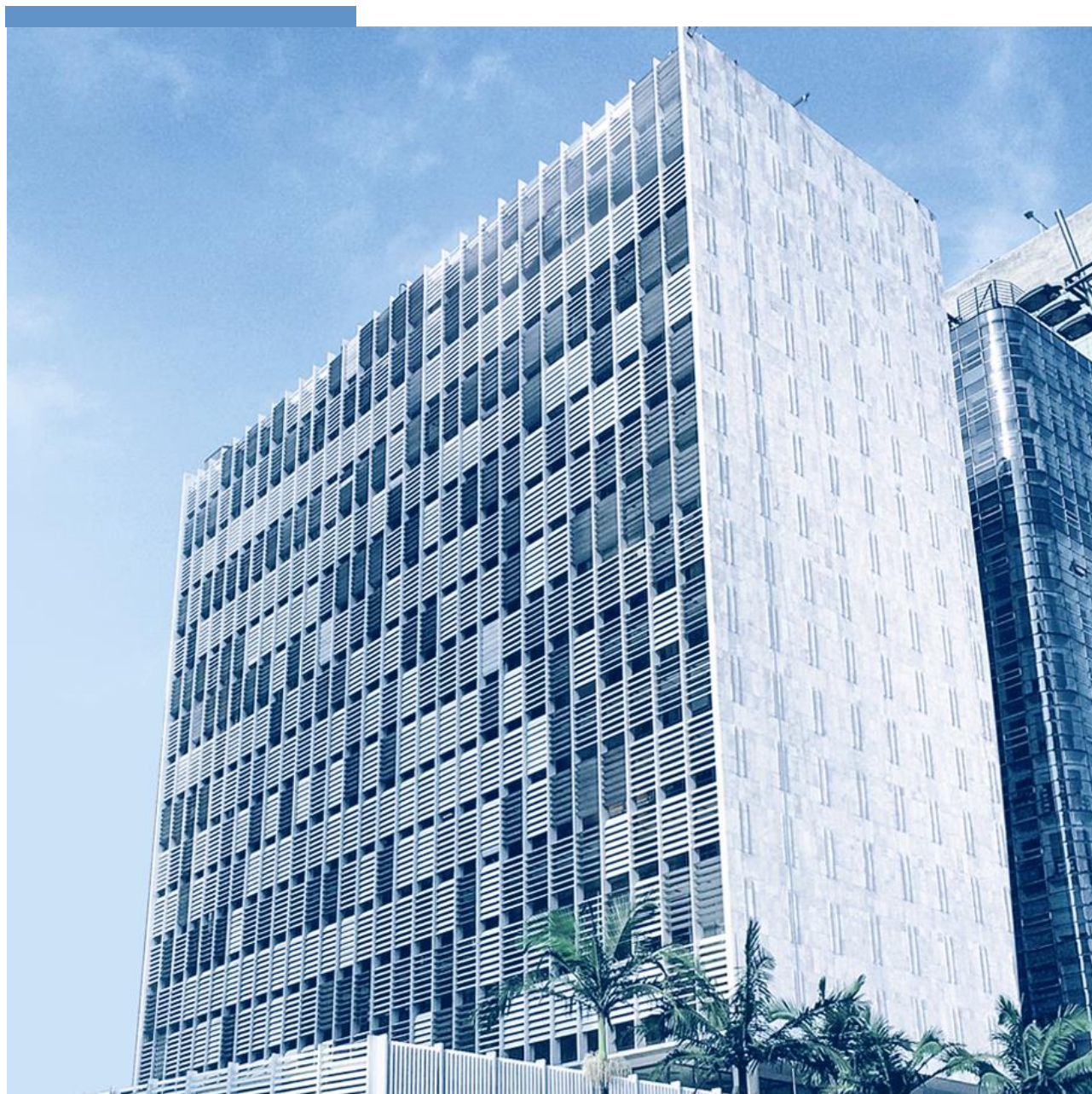


ITAÚSA



Edifício da sede da Itaúsa | Av. Paulista - SP

Demonstrações Contábeis

31 de Dezembro de 2022

Relatório da Administração

2022 e 4º trimestre de 2022

São Paulo, 20 de março de 2023 – Relatório da Administração da Itaúsa S.A. (“Itaúsa” ou “Companhia”) relativo ao quarto trimestre de 2022 (4T22) e exercício de 2022. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as normas estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS - *International Financial Reporting Standards*).

Sumário Executivo

Lucro Líquido Recorrente

R\$ 13,7 bilhões

▲ 14% vs. 2021

Valor dos Ativos

R\$ 102 bilhões

▲ 1,8% vs. 31.12.2021

ROE Recorrente

20,0% a.a.

▲ 0,2 p.p. vs. 2021

Destaques Itaúsa

- Lucro Líquido Recorrente:** crescimento de 14% no ano e melhor lucro anual da série histórica reflete a solidez do portfólio e ganho com giro de ativos.
- Remuneração ao acionista:** declaração de proventos no montante de R\$ 4,0 bilhões líquidos (R\$ 0,4286 líquido por ação) no exercício de 2022, 12% superior em relação a 2021, além de bonificação de 10% em ações (realizada em nov/22), resultando em *dividend yield* de 6,9%.
- Declaração de JCP 2023:** declaração antecipada de R\$ 750 milhões em JCP (ou R\$ 637 milhões líquidos e R\$ 0,065705 líquidos por ação) com pagamento até 31.08.2023.
- Aquisição CCR:** conclusão da aquisição de 10,33% da CCR pelo valor de R\$ 2,9 bilhões em set/22, financiado em grande parte por meio da 5ª emissão de debêntures.
- Alienação de ações XP Inc.:** vendas de 41 milhões de ações da XP em 2022 (7,1% do capital) pelo preço médio de R\$ 114 por ação (total de R\$ 4,7 bilhões), reduzindo a participação para 6,6% na XP.
- Liability Management:** pré-pagamento de R\$ 1,8 bilhão de dívida em dez/22, beneficiando o perfil de dívida da holding, alongando o prazo médio e reduzindo a concentração de vencimentos em 2025.
- Agenda ESG:** definição da nossa estratégia ESG, anúncio da criação do Instituto Itaúsa e instituição do Comitê de Auditoria.

R\$ milhões	4T22	4T21	Variação	2022	2021	Variação
LUCRATIVIDADE E RETORNO¹						
Lucro Líquido	3.324	4.117	-19,3%	13.674	12.200	12,1%
Lucro Líquido Recorrente	3.360	4.135	-18,7%	13.722	12.070	13,7%
ROE sobre PL médio (%) ²	18,5%	25,6%	-7,1 p.p.	20,0%	20,0%	0,0 p.p.
ROE Recorrente sobre PL médio (%) ²	18,7%	26,0%	-7,3 p.p.	20,0%	19,8%	0,2 p.p.
BALANÇO PATRIMONIAL						
Ativo Total	83.254	74.602	11,6%	83.254	74.602	11,6%
Endividamento Líquido ³	3.805	3.793	0,3%	3.805	3.793	0,3%
Patrimônio Líquido	72.797	65.886	10,5%	72.797	65.886	10,5%
MERCADO DE CAPITAIS						
Capitalização de Mercado ⁴	82.559	78.789	4,8%	82.559	78.789	4,8%
Volume Financeiro médio diário ⁵	262	294	-11,0%	231	333	-30,6%

(1) Atribuível aos acionistas controladores.

(2) ROE (*Return on Equity*) anualizado.

(3) Em 31.12.2021 exclui R\$ 1.176 milhões da posição de caixa referentes ao JCP declarado em dezembro de 2021 (que foram pagos em 11.03.2022).

(4) Calculado com base na cotação de fechamento das ações preferenciais em 31.12.2021 e 31.12.2022 e não considera as ações mantidas em tesouraria.

(5) Considera as ações PN da Itaúsa (ITSA4) negociadas na B3.

Mensagem da Administração

“Os resultados recordes da Itaúsa de 2022 refletem a solidez e resiliência do nosso portfólio diante de um ano desafiador para a economia do Brasil e do mundo”

Alfredo Setubal
Presidente da Itaúsa



O ano de 2022 representou período de desafios para o Brasil e para a economia mundial, marcado por pressões inflacionárias, aumento das taxas de juros e conflitos geopolíticos, o que tem provocado perspectivas de recessão da economia no curto prazo. Em contrapartida, a flexibilização das políticas de combate à Covid-19 na China, com a consequente reabertura do seu mercado, pode contribuir para suavizar os efeitos de um possível cenário de crescimento global mais lento em 2023. Adicionalmente, no Brasil, incertezas acerca das políticas fiscal e monetária têm sido pontos de atenção nas expectativas da direção do ambiente de negócios em 2023.

Alinhado ao processo evolutivo de gestão de portfólio, a Itaúsa conduziu importantes transações na frente de alocação de capital em 2022. Realizamos aporte de R\$ 799 milhões na oferta de ações da Alpargatas, a qual captou R\$ 2,5 bilhões que foram utilizados para aquisição de 49,9% da Rothy's, marca norte-americana de calçados sustentáveis, com alta penetração em canais digitais. Ampliamos a nossa presença no segmento de infraestrutura, por meio da aquisição de 10,33% da CCR, um dos maiores *players* concessionários de rodovias, transportes e aeroportos da América Latina, com investimento total de R\$ 2,9 bilhões. Por fim, avançamos no desinvestimento parcial de ativos não estratégicos, com 5 blocos de vendas de ações da XP no montante total de R\$ 4,6 bilhões (preço médio de R\$ 114/ação), o que contribuiu positivamente para o nosso resultado e execução do nosso plano de desalavancagem.

O recorde de resultados apresentado pela Itaúsa em 2022 mesmo em ambiente desafiador confirma a assertividade da *holding* na sua estratégia de alocação de capital, gestão de portfólio e atuação como agente de mudanças nas investidas ao longo dos últimos anos.

O Itaú Unibanco, maior ativo do portfólio, apresentou resultados sólidos ao longo do ano, impulsionados pelo crescimento da carteira de crédito aliado ao controle de inadimplência, disciplina na gestão de capital e de custos, mesmo diante de maiores despesas com provisões para perdas esperadas com operações de crédito. Nossas investidas dos segmentos de energia e infraestrutura, setores da economia mais resilientes a instabilidades, também reportaram curvas crescentes de desempenho. Por outro lado, o enfraquecimento da economia, resultando em redução do consumo das famílias brasileiras, trouxe desafios para as operações da Alpargatas e Dexco, parcialmente compensados por estratégias comerciais e força de suas marcas.

Conduzimos avanços importantes na agenda ESG em 2022. Repensamos a nossa estratégia ESG, o que resultou na definição da nossa ambição: “ser uma empresa que investe com responsabilidade, posicionando-se como agente de mudança para a construção de negócios que criem valor e tenham impacto positivo para o desenvolvimento sustentável do Brasil”.

Somado a isso, anunciamos a criação do Instituto Itaúsa para apoiar projetos e iniciativas socioambientais, a partir de 2023. Para reforçar a nossa governança e estrutura de controles, instituímos o Comitê de Auditoria e criamos a área de Inteligência de Sustentabilidade, que terá como principal objetivo impulsionar a agenda ESG na própria Itaúsa e em seu portfólio.

Por fim, fortalecemos o posicionamento da marca com o lançamento da campanha “Todo lugar tem Itaúsa”, que buscou traduzir como as nossas investidas, por meio de marcas fortes e reconhecidas, estão inseridas na vida dos brasileiros, atendendo necessidades com produtos e serviços de qualidade, gerando empregos e movimentando a economia do país.

Temos confiança que estamos no caminho certo da condução dos nossos negócios, mantendo o foco na disciplina para alocação de capital, visão de longo prazo, cultura de gestão de risco e valorização do capital humano. Seguiremos buscando criação de valor aos nossos mais de 900 mil acionistas, às investidas e à sociedade.



1. Gestão de Portfólio

Alocação eficiente de capital



Investimento em oferta de ações da Alpargatas

Em fevereiro de 2022, a Alpargatas realizou oferta pública de distribuição primária de ações (*follow-on*) no total de R\$ 2,5 bilhões, cujos recursos líquidos foram destinados para financiar o pagamento da aquisição de participação societária na Rothy's Inc. No âmbito desta oferta, a Itaúsa adquiriu, com recursos próprios, 30.382.808 ações de emissão da Alpargatas, totalizando investimento de R\$ 799,1 milhões. Dessa forma, a Itaúsa passou a deter 199.355.304 ações de emissão da Alpargatas representativas de 29,6% do seu capital total (excetuando as ações mantidas em tesouraria).



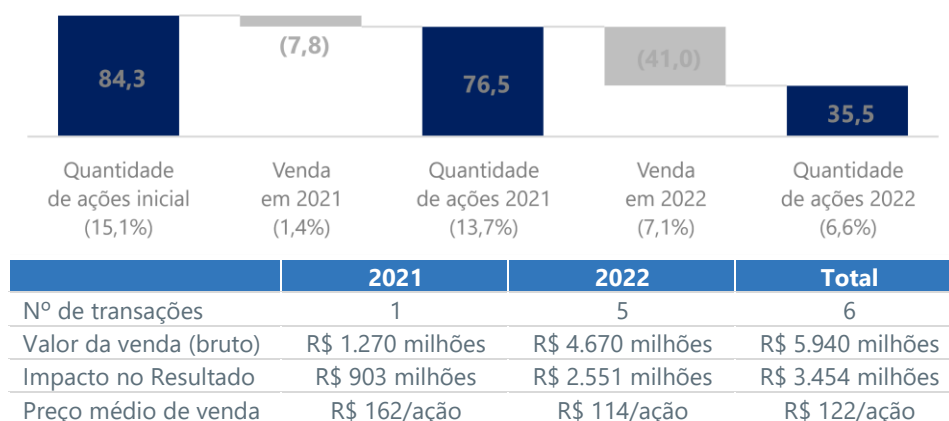
Conclusão do investimento na CCR S.A.

Em setembro de 2022, a Itaúsa concluiu a aquisição de 10,33% do capital total da CCR S.A. pelo valor de R\$ 2,9 bilhões, cujos recursos foram provenientes da combinação de recursos próprios e da 5ª emissão de debêntures. Com a aquisição, a Itaúsa passou a indicar 2 membros ao conselho de administração e compor o bloco de controle da empresa investida com iguais direitos aos demais signatários do Acordo de Acionistas, além de indicar um membro para cada um dos seus seguintes Comitês de Assessoramento: (i) Estratégia, (ii) Gente e ESG, e (iii) Auditoria, *Compliance* e Riscos.

XP Inc. Desinvestimento de ações da XP Inc.

Como parte da sua estratégia de alocação eficiente de capital, a Itaúsa alienou em março, julho, outubro e novembro de 2022 41 milhões de ações Classe A, da XP Inc., correspondentes a 7,1% do capital social da empresa, pelo valor aproximado de R\$ 4,7 bilhões (preço médio de venda de R\$ 114 por ação). As vendas geraram impacto positivo de R\$ 2,6 bilhões no resultado do ano da holding, líquidos de impostos. Dessa forma, a Itaúsa passou a deter diretamente 6,55% (desconsiderando as ações em tesouraria) do capital total da XP e 2,30% de seu capital votante. Apesar das alienações, a Itaúsa manteve seus direitos definidos no Acordo de Acionistas da XP, incluindo a indicação de membros ao Conselho de Administração e Comitê de Auditoria da XP.

Cronograma de Execução (em milhões de ações)



Mais informações sobre as transações acima podem ser acessadas nos Fatos Relevantes e Comunicados ao Mercado, disponíveis em www.itausa.com.br/comunicados-e-fatos-relevantes.

2. Desempenho Operacional e Financeiro da Itaúsa

2.1. Resultado individual da Itaúsa

A Itaúsa é uma *holding* de participações que investe em empresas operacionais e tem seu resultado composto, essencialmente, por Resultado de Equivalência Patrimonial (REP), apurado a partir do lucro líquido de suas empresas investidas, pelo resultado de investimentos em ativos financeiros e pelo resultado de eventuais alienações de ativos do seu portfólio.

Abaixo, estão demonstrados os resultados da equivalência patrimonial e o resultado próprio da Itaúsa considerando o resultado individual recorrente (os itens não recorrentes encontram-se detalhados na tabela Reconciliação do Lucro Líquido Recorrente).

Resultado Individual Gerencial da Itaúsa ¹						
R\$ milhões	4T22	4T21	Δ%	2022	2021	Δ%
Resultado Recorrente das empresas investidas	2.974	3.550	-16%	12.714	11.818	8%
Setor Financeiro	2.841	2.725	4%	11.493	10.513	9%
Itaú Unibanco	2.784	2.581	8%	11.119	10.228	9%
XP Inc.	57	143	-60%	375	285	31%
Setor Não Financeiro	156	848	-82%	1.337	1.346	-1%
Alpargatas	19	42	-55%	75	166	-55%
Dexco	91	161	-43%	303	434	-30%
CCR	(22)	n.a.	n.a.	(23)	n.a.	n.a.
Aegea Saneamento	10	26	-61%	36	37	-2%
Copa Energia	78	14	461%	154	26	485%
NTS ²	(13)	608	-102%	802	692	16%
Outras Empresas	(6)	(2)	151%	(9)	(9)	-3%
Outros resultados³	(24)	(23)	1%	(117)	(42)	177%
Resultado Próprio	810	720	13%	1.876	474	295%
Despesas Administrativas	(46)	(39)	19%	(167)	(142)	18%
Despesas Tributárias	(192)	(145)	32%	(501)	(287)	74%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	1.049	904	16%	2.544	903	182%
Resultado Financeiro	(202)	(101)	101%	(618)	(209)	195%
Lucro antes do IR/CS	3.582	4.169	-14%	13.972	12.082	16%
IR/CS	(221)	(34)	548%	(250)	(12)	1.984%
Lucro Líquido Recorrente	3.360	4.135	-19%	13.722	12.070	14%
Resultado não recorrente	(36)	(17)	106%	(48)	130	n.a.
Próprio	47	83	-44%	164	98	67%
Setor Financeiro	(44)	(152)	-71%	(139)	(222)	-37%
Setor Não Financeiro	(38)	51	n.a.	(72)	254	n.a.
Lucro Líquido	3.324	4.117	-19%	13.674	12.200	12%
ROE sobre PL médio (%)	18,5%	25,6%	-7,1 p.p.	20,0%	20,0%	0,0 p.p.
ROE Recorrente sobre PL médio (%)	18,7%	26,0%	-7,3 p.p.	20,0%	19,8%	0,2 p.p.

(1) Atribuível aos acionistas controladores.

(2) Inclui os dividendos/JCP recebidos, ajuste ao valor justo sobre as ações e as despesas sobre a parcela a prazo em dólar do valor investido e respectiva variação cambial.

(3) Refere-se, principalmente, aos PPAs (*purchase price allocation* ou alocação de preço de compra) da mais valia dos investimentos na Alpargatas, na Copa Energia e na Aegea Saneamento.

2.2. Resultado Recorrente das empresas investidas registrado pela Itaúsa (2022 vs. 2021)

O resultado recorrente proveniente das empresas investidas, refletido na Itaúsa em 2022, foi de **R\$ 12.714 milhões**, aumento de **8%** em relação ao ano anterior, reflexo, principalmente, do resultado consistente do seu portfólio de investimentos.

O **Itaú Unibanco** apresentou crescimento expressivo da carteira de crédito, o que resultou em uma melhor margem com clientes, além de maiores *spreads* e melhora no mix de receitas, as quais foram parcialmente compensadas por menor margem com mercado, aumento da inadimplência e por maior despesa com perdas esperadas em operações de crédito.

A **Alpargatas**, diante de um cenário de pressão inflacionária, juros altos e redução do poder de compra, teve seus resultados impactados pela queda da demanda no Brasil e maiores despesas comerciais e de *marketing*, os quais foram parcialmente compensados pelo crescimento de receita líquida explicado, principalmente, pelo aumento da receita por par de Havaianas no Brasil, além do crescimento de volume de vendas dos mercados internacionais.

A **Dexco** também apresentou crescimento de receita líquida, como resultado da política comercial praticada e melhora de *mix* na Divisão Madeira, que mitigou parcialmente a queda na demanda e no volume de vendas de todos os segmentos, o aumento de custos de alguns insumos e despesas financeiras, frutos da pressão inflacionária e do desaquecimento no setor de construção civil com a alta dos juros.

A **CCR** passou a ter seus resultados reconhecidos pela Itaúsa a partir de setembro de 2022 pelo método de equivalência patrimonial e, nos últimos meses do ano, seu lucro foi impactado por *impairment* parcial do ativo relativo à concessão da ViaOeste. Em relação ao ano de 2022, a CCR apresentou incremento de receita líquida, EBITDA e lucro líquido, impulsionados principalmente pelo melhor desempenho operacional em todos os modais, reflexo do crescimento do volume do tráfego de veículos e passageiros, bem como pela aplicação dos reajustes tarifários.

A **Agea** reportou melhor resultado operacional frente ao ano anterior, principalmente por maior receita de contraprestação das concessões, além da contribuição positiva das SPEs Águas do Rio 1 e 4. A companhia apresentou retração no seu lucro líquido, em função do aumento de seu endividamento e das despesas financeiras, as quais foram impactadas pela alta da taxa básica de juros.

Os resultados do investimento na **NTS**, registrados pela Itaúsa como “ativo financeiro”, foram positivamente impactados, principalmente, pelo aumento de distribuição de dividendos em relação ao ano anterior e, também, por ligeiro incremento no valor justo do ativo decorrente da reavaliação periódica realizada, diante de revisões de premissas para melhor refletir o cenário macroeconômico e o fluxo de caixa projetado para o negócio.

A **Copa Energia** apresentou forte crescimento de EBITDA e lucro, em função, principalmente, da implementação de estratégia comercial e redução de custos, resultado da captura de sinergias com a incorporação da Liquigás pela Copa Energia, parcialmente impactado por maiores despesas financeiras, reflexo do aumento da taxa básica de juros.

Por fim, os resultados da **XP Inc.**, que são reconhecidos pela Itaúsa pelo método de equivalência patrimonial desde junho de 2021, contribuíram positivamente para o resultado da Companhia na comparação anual, devido ao maior período de reconhecimento de equivalência patrimonial, apesar da queda na participação acionária ao longo do ano.

Mais detalhes sobre a atuação de cada empresa investida e a respectiva participação acionária da Itaúsa estão disponíveis na seção 8.1 deste documento (“Desempenho operacional e financeiro das empresas investidas”).

2.3. Resultado Próprio

As **Despesas Administrativas** totalizaram R\$ 46 milhões e R\$ 167 milhões no 4T22 e 2022, respectivamente. O aumento de 18% em relação ao acumulado do ano anterior se deu, principalmente, pelo aumento das despesas de pessoal e normalização dos honorários da administração em decorrência da eleição de novos conselheiros independentes, além de despesas relacionadas a iniciativas de TI com foco em segurança da informação, assessorias em projetos de novos negócios e campanhas de *marketing*.

As **Despesas Tributárias** atingiram R\$ 192 milhões e R\$ 501 milhões no 4T22 e 2022, aumento de 32% e 74%, respectivamente. Tais despesas refletem, essencialmente, os impostos de PIS/COFINS sobre as declarações de JCP realizadas pelo Itaú Unibanco no período, bem como sobre o ganho de capital na alienação de ações da XP, além de maiores tributos sobre a rentabilidade do caixa.

As **Outras Receitas e Despesas Operacionais** totalizaram R\$ 1.049 milhões e R\$ 2.544 milhões no 4T22 e 2022, aumento de 16% e 182%, respectivamente. O resultado observado refere-se, majoritariamente, ao ganho das alienações de ações da XP Inc. que em 2022 foi de R\$ 2.551 milhões.

2.4. Resultado Financeiro

O **Resultado Financeiro** atingiu R\$ 202 milhões e R\$ 618 milhões negativos no 4T22 e 2022, respectivamente. O aumento das despesas líquidas de R\$ 409 milhões em relação a 2021 decorreu, principalmente, pelo aumento das despesas com juros em função da alta da taxa básica de juros no período e do maior endividamento bruto pela 5ª emissão de debêntures, ocorrida em agosto de 2022 para financiar a aquisição de participação na CCR, e pela normalização das despesas financeiras anuais da 4ª emissão de debêntures, concluída em junho de 2021, para aquisição da Aegea. Estes efeitos negativos foram parcialmente compensados pela maior rentabilidade do caixa, impulsionada pela alta na taxa básica de juros.

2.5. Lucro Líquido

O **Lucro Líquido** totalizou R\$ 13.674 milhões em 2022, incremento de 12% em relação aos R\$ 12.200 milhões apurados no ano anterior, em função do melhor resultado proveniente das empresas investidas (Itaú Unibanco e NTS, principalmente), bem como do ganho de capital com as alienações de ações da XP Inc. realizadas ao longo do ano.

2.6. Lucro Líquido Recorrente

O **Lucro Líquido Recorrente** foi de R\$ 13.722 milhões, crescimento de 14% em relação aos R\$ 12.070 milhões reportados em 2021.

O Lucro Líquido foi afetado por eventos não recorrentes, que totalizaram efeito negativo de R\$ 48 milhões em 2022. No resultado próprio da **Itaúsa**, houve impacto positivo com o recebimento de *earn-out* relativo à venda da Elekeiroz no valor de R\$ 164 milhões. No **Itaú Unibanco**, o principal efeito no ano foi relativo à despesa com o programa de demissão voluntária, enquanto na **Alpargatas** despesas relacionadas à reestruturação nas operações internacionais foram os principais efeitos não recorrentes. Já na **Dexco**, o resultado da LD Celulose (que ainda não era operacional) e rescisões de representantes comerciais foram os principais eventos não recorrentes.

Reconciliação do Lucro Líquido Recorrente				
R\$ milhões	4T22	4T21	2022	2021
Lucro Líquido Recorrente	3.360	4.135	13.722	12.070
Total de itens não recorrentes	(36)	(17)	(48)	130
Resultado Próprio	47	83	164	98
Setor Financeiro	(44)	(152)	(139)	(222)
Itaú Unibanco	(44)	(151)	(139)	(221)
Teste de readequação do passivo	30	243	80	215
Ações em Tesouraria	-	-	71	116
Interbancária de Pagamentos (MEP)	-	-	89	-
Reorganização Societária XP	-	-	-	69
Programa de demissão voluntária (PDV)	-	-	(284)	-
Provisão para readequação de estruturas	-	-	-	(276)
Majoração da alíquota CSLL	(51)	(285)	(13)	(89)
Outros	(23)	(109)	(83)	(256)
XP Inc.	-	(1)	-	(1)
Setor Não Financeiro	(39)	51	(72)	254
Alpargatas	(25)	42	(39)	34
Dexco	(12)	53	(18)	201
Copa Energia	(2)	7	(7)	70
Outros ¹	-	(51)	(9)	(52)
Lucro Líquido	3.324	4.117	13.674	12.200

(1) Para o ano de 2022, refere-se, principalmente, ao PPA de Aegea relativo ao exercício de 2021. Para o 4T21 e ano de 2021, refere-se, principalmente, ao PPA de Copa Energia relativo ao exercício de 2020.

3. Estrutura de Capital e Endividamento

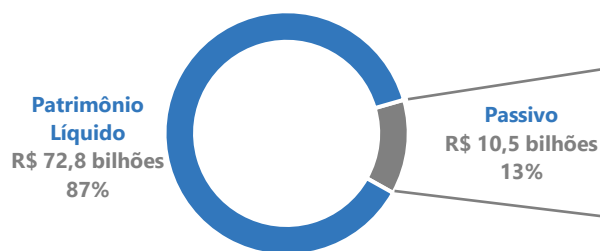
3.1. Composição do Capital e Alavancagem

A Itaúsa tem por prática a gestão prudente de caixa e manutenção de patamares saudáveis de alavancagem, observados o nível de liquidez das disponibilidades e o foco na preservação de capital. A alavancagem da Companhia em 31.12.2022 era de **4,6%** (dívida líquida de R\$ 3,8 bilhões sobre o passivo total + patrimônio líquido de R\$ 83,3 bilhões) e **3,7%** sobre o valor de mercado de seus ativos (dívida líquida de R\$ 3,8 bilhões sobre a *Net Asset Value* (NAV) de R\$ 102,2 bilhões).

A Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para dar continuidade ao seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto, médio e longo prazos, incluindo o pagamento de empréstimos de terceiros, dadas suas fontes de liquidez (posição de caixa atual, proventos das investidas, liquidez de seus ativos do portfólio e sua capacidade de chamar capital, caso necessário).

Importante ressaltar que as ações da XP Inc. detidas pela Itaúsa representam uma importante fonte de liquidez, dada a decisão estratégica já anunciada pela Itaúsa de alienação dessa participação. Se considerado tal valor como posição de caixa em 31.12.2022, a Companhia apresentaria dívida líquida de R\$ 229 milhões.

Composição do Capital em 31.12.2022



Composição do Passivo (R\$ milhões)

Passivo Total	10.457	12,6%
Debêntures	6.447	7,7%
Dividendos e JCP a pagar	1.968	2,4%
Contingências Tributárias	1.763	2,1%
Outros passivos	279	0,3%

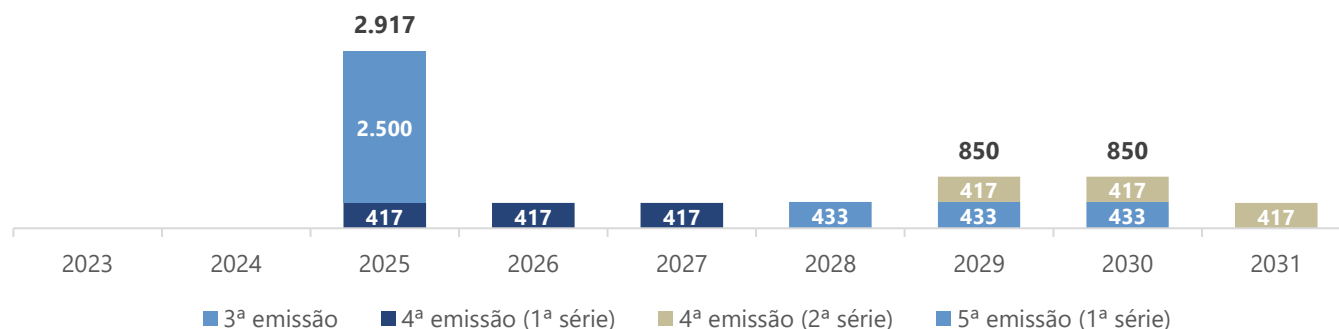
Nota: valores referentes ao balanço individual da Itaúsa.

3.2. Cronograma de Amortização

Abaixo estão a posição de caixa em 31.12.2022, os instrumentos de dívida que representam mais de 60% das dívidas totais da Companhia, bem como o seu cronograma de amortização.

Em 31.12.2022, o prazo médio da dívida da Companhia era de **4 anos e 7 meses** e custo médio de **CDI + 1,61% a.a.**

Cronograma de Amortização do Principal em 31.12.2022 (em R\$ milhões)



- 3ª emissão de debêntures tem custo de CDI + 2,4% a.a. e prazo de 10 anos.
 - 4ª emissão de debêntures (1ª série) tem custo de CDI + 1,4% a.a. e prazo de 6 anos.
 - 4ª emissão de debêntures (2ª série) tem custo de CDI + 2,0% a.a. e prazo de 10 anos.
 - 5ª emissão de debêntures (1ª série) tem custo de CDI + 1,12% a.a. e prazo de 3 anos.

Em agosto de 2022, foi efetivada a 5ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da Itaúsa, no montante de **R\$ 3,5 bilhões**, com **prazo de 3 anos e custo de CDI + 1,12% a.a.**, que foram utilizados, majoritariamente, para aquisição de participação acionária na CCR. Parte desse recurso também foi utilizada para reforço de caixa e pagamento de custos e despesas relacionados às atividades da Itaúsa.

Em linha com a decisão estratégica de desalavancagem, em dezembro, o Conselho de Administração da Itaúsa aprovou realizar o resgate integral da 2ª emissão de debêntures da Companhia (saldo de principal: R\$ 800 milhões) e da 2ª série da 5ª emissão de debêntures da Companhia (saldo de principal: R\$ 1,0 bilhão). O desembolso total foi de aproximadamente **R\$ 1,9 bilhão**, com utilização dos recursos provenientes das últimas transações de venda de ações da XP Inc. Com isso, o endividamento da Itaúsa dos próximos 3 anos foi reduzido em R\$ 1,8 bilhão (saldo de principal) ou **38%**, e não há amortizações a serem realizadas nos próximos 2 anos.

Para mais informações sobre as emissões de debêntures, vide a Nota Explicativa nº 20 ou acesse: www.itausa.com.br/divida-e-rating.

3.3. Agências de Rating

Em setembro, a Moody's elevou o *rating* de crédito corporativo da Itaúsa de AA.br para **AA+.br** (escala nacional) com perspectiva "Estável", mesmo *rating* atribuído às 3ª e 4ª emissões de debêntures da Companhia. De acordo com a agência, a nova classificação do *rating* de crédito da Itaúsa reflete a intensificação da diversificação do seu portfólio de investimentos, a manutenção de baixos níveis de alavancagem e posição de caixa e "colchão" de liquidez confortáveis para o serviço das dívidas.

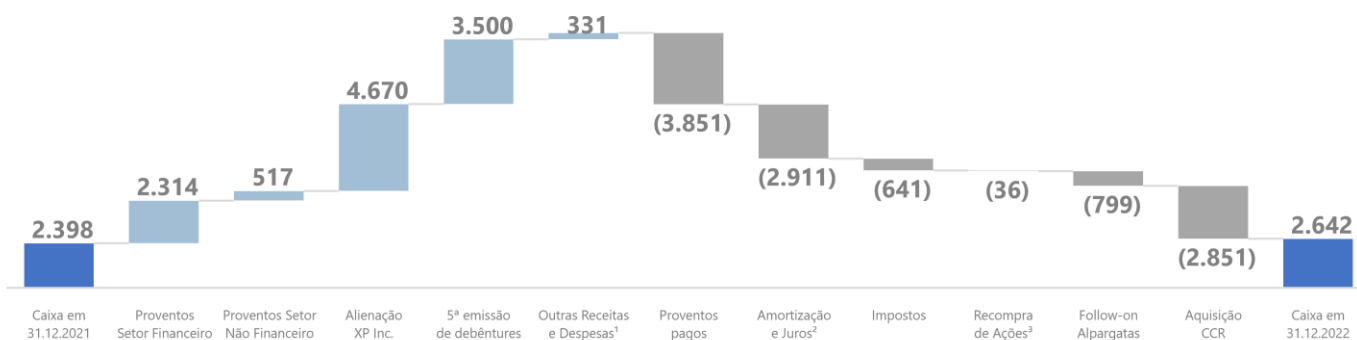
Em novembro, a Fitch Ratings iniciou a cobertura do crédito corporativo da Itaúsa e atribuiu *rating* **AAA** (grau de investimento), em escala nacional, reforçando a credibilidade da *holding* no mercado de capitais e a disciplina financeira conservadora da administração.

Agência	Rating	Perspectiva	Escala	Última atualização
Moody's	AA+.br	Estável	Nacional	12.09.2022
Fitch Ratings	AAA(bra)	Estável	Nacional	04.11.2022

3.4. Fluxo de Caixa

A Itaúsa encerrou 2022 com **R\$ 2.642 milhões** de saldo de caixa, cuja movimentação desde 31.12.2021 é apresentada abaixo, com destaque para (i) proventos recebidos do setor financeiro de R\$ 2.314 milhões, (ii) alienação de 41 milhões de ações da XP detidas pela Itaúsa com impacto no caixa de R\$ 4.670 milhões, (iii) entrada dos recursos da 5ª emissão de debêntures, (iv) proventos de R\$ 3.851 milhões pagos pela Companhia, (v) pagamento de amortização de principal e juros de debêntures emitidas no valor de R\$ 2.911 milhões, (vi) subscrição de R\$ 799 milhões em ações da Alparagatas em seu *follow-on* e (vii) aquisição de 10,33% de participação acionária na CCR por R\$ 2.851 milhões.

(R\$ milhões)



(1) Considera receita oriunda da rentabilidade do caixa, as despesas gerais e administrativas, entre outros.

(2) Inclui *fees* e prêmio de liquidação antecipada.

(3) O Programa de Recompra de Ações de emissão própria para tesouraria, aprovado pelo Conselho de Administração em 22.02.2021, com validade de 18 meses, foi encerrado em 22.08.2022. Durante a vigência do programa, a Itaúsa adquiriu 8,0 milhões de ações preferenciais e 3,5 milhões de ações ordinárias de emissão própria. Adicionalmente, em 13.12.2021 recebeu 400.000 ações preferenciais a título de bonificação. O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em 07.11.2022, o cancelamento dessas ações mantidas em tesouraria.

4. Remuneração aos acionistas

4.1. Proventos e *dividend yield* (dos últimos 12 meses)

Os investidores que permaneceram como acionistas nos últimos 12 meses findos em 31.12.2022 farão jus ao recebimento do montante bruto total de **R\$ 5,6 bilhões** em proventos, ou seja, R\$ 0,58798 (bruto) por ação que, divididos pela cotação da ação preferencial em 29.12.2022, resultou em 6,9% de *dividend yield*.

Exercício Competência	Proventos Declarados ¹	Posição Acionária	Data de Pagamento	Montante Bruto Declarado	Valor bruto por ação ²	Valor líquido por ação ²
2021	JCP	14.01.2022	11.03.2022	R\$ 1.176,5 milhões	R\$ 0,13334	R\$ 0,11334
	JCP	24.03.2022	30.08.2022	R\$ 999,9 milhões	R\$ 0,11337	R\$ 0,09636
	JCP trimestral	31.05.2022	01.07.2022	R\$ 207,5 milhões	R\$ 0,02353	R\$ 0,02000
	JCP	18.08.2022	30.08.2022	R\$ 90,8 milhões	R\$ 0,01030	R\$ 0,00876
	JCP	18.08.2022	até 29.12.2023	R\$ 435,7 milhões	R\$ 0,04940	R\$ 0,04199
2022	JCP trimestral	31.08.2022	03.10.2022	R\$ 207,5 milhões	R\$ 0,02353	R\$ 0,02000
	JCP	18.11.2022	até 29.12.2023	R\$ 500,0 milhões	R\$ 0,05154	R\$ 0,0481
	JCP trimestral	30.11.2022	02.01.2023	R\$ 228,3 milhões	R\$ 0,02353	R\$ 0,02000
	JCP	08.12.2022	10.03.2023	R\$ 1.367,9 milhões	R\$ 0,14100	R\$ 0,11985
	JCP	08.12.2022	até 29.12.2023	R\$ 431,7 milhões	R\$ 0,04450	R\$ 0,03783
Total de proventos dos últimos 12 meses					R\$ 0,61404	R\$ 0,52193
Total de proventos ajustado pela bonificação de 10%³				R\$ 5.645,8 milhões	R\$ 0,58798	R\$ 0,49978
Valor da ação preferencial (ITSA4) em 29.12.2022					R\$ 8,51	
Dividend Yield					6,9%	5,9%

(1) Os juros sobre capital próprio (JCP) são sujeitos à tributação de 15% de Imposto de Renda, retidos na fonte, conforme legislação vigente. | (2) O capital social da Itaúsa em 31.12.2022 era composto por 9.701.409.715 ações. | (3) Conforme convenção de mercado, o *Dividend Yield* foi calculado considerando os proventos por ação ajustados pela bonificação de 10% de ações realizada em 07.11.2022 divididos pelo valor da ação (ITSA4) em 29.12.2022.

O Conselho de Administração da Companhia, reunido em 20.03.2023, declarou Juros sobre o Capital Próprio no valor de R\$ 750 milhões (R\$ 637 milhões líquidos) ou R\$ 0,0773 por ação (R\$ 0,065705 líquido por ação), com base na posição acionária ao final do dia 23.03.2023, a serem pagos até 31.08.2023.

Histórico do <i>Dividend Yield</i> da Itaúsa				
Ano Base	2019	2020	2021	2022
<i>Dividend Yield</i> (bruto)	8,5%	5,5%	4,2%	6,9%

O histórico completo de proventos pagos e a pagar já anunciados está disponível em www.itausa.com.br/dividendos-e-jcp.

4.2. Aumento do Capital Social com Bonificação em Ações

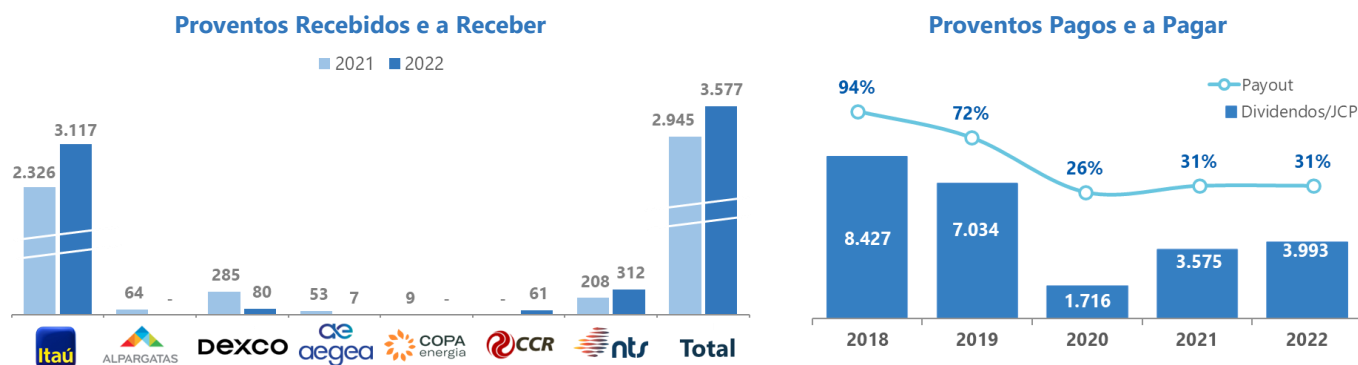
Em novembro, anunciamos aumento do capital social, mediante capitalização de reserva de lucros com a emissão de novas ações, atribuídas gratuitamente aos acionistas, a título de bonificação, na proporção de **1 nova ação para cada 10 ações** da mesma espécie. A bonificação foi efetuada em números inteiros e as novas ações foram incorporadas na carteira dos acionistas em 16.11.2022, com base na posição acionária de 10.11.2022.

O custo atribuído às ações bonificadas foi de R\$ 13,65162423 por ação. O custo visou maximizar o benefício fiscal aos acionistas e foi calculado considerando o valor de reservas de lucros disponível para a bonificação (R\$ 12,04 bilhões) dividido pelo número de novas ações emitidas (881.946.338 novas ações).

As sobras decorrentes de frações de ações foram separadas, agrupadas em números inteiros e vendidas na Bolsa de Valores em leilão realizado em 23.12.2022, e o valor líquido do produto da venda foi disponibilizado, proporcionalmente, aos titulares dessas frações, em 06.01.2023, sendo R\$ 8,9355268747 para cada ação ordinária e R\$ 8,5659236467 para cada ação preferencial.

4.3. Fluxo de Dividendos e JCP por Competência do Exercício^{1,2}

Apresentamos a seguir o fluxo de dividendos e JCP com **base na competência de cada exercício social** para melhor visualização sobre a prática de distribuição de proventos da Companhia que tem sido a de, no mínimo, repassar integralmente o valor recebido de proventos de sua empresa investida Itaú Unibanco relativos aos resultados de cada exercício social.



(1) Referente ao Balanço Individual (valores em R\$ milhões).

(2) Payout = Dividendos e JCP líquidos pagos e a pagar / Lucro Líquido deduzido da reserva legal de 5%.

5. Valor dos Ativos

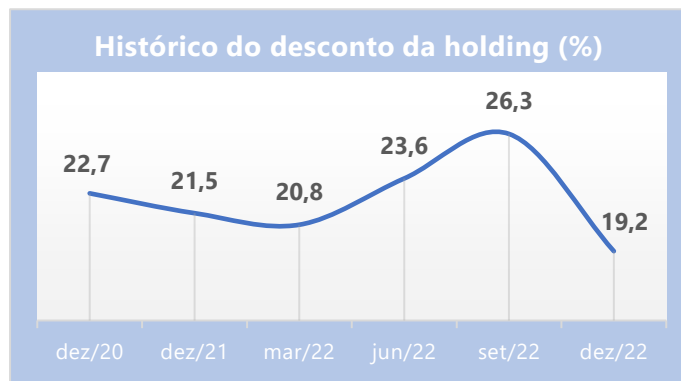
A capitalização de mercado da Itaúsa em 31.12.2022, com base no valor da ação mais líquida (ITSA4), era de **R\$ 82,6 bilhões**, enquanto a soma das participações nas empresas investidas a valor de mercado totalizava **R\$ 102,2 bilhões**, resultando em um desconto de **19,2%**, redução de **2,3 p.p.** em relação aos 21,5% em 31.12.2021.

Empresas do Portfólio	Cotação da ação mais líquida (R\$) (A)	Total de ações (milhões) (B)	Valor de mercado (R\$ milhões)	Participação da Itaúsa (%) (C)	Valor de mercado das participações (R\$ milhões)
Itaú	25,00	9.801	245.022	37,2%	91.250
XP inc. ^(D)	79,61	542	43.128	6,5%	2.824
ALPARGATAS	15,08	674	10.169	29,6%	3.006
DEXCO	6,78	734	5.478	37,9%	2.074
CCR	10,82	2.020	21.856	10,3%	2.258
aegea ^(E)	n/d	n/d	n/d	12,9%	2.573
ntr ^(F)	n/d	n/d	n/d	8,5%	2.005
COPA energia ^(E)	n/d	n/d	n/d	48,9%	1.286
Demais Ativos e Passivos (G)					-5.041
Valor de Mercado da Soma das Partes					102.235
ITAÚSA	8,51	9.701	82.559		82.559
Desconto					-19,2%

(A) Cotações de fechamento do último dia útil do período das ações mais líquidas do Itaú Unibanco (ITUB4), XP Inc. (Nasdaq: XP), Alpargatas (ALPA4), Dexco (DXCO3), CCR (CCRO3) e Itaúsa (ITSA4). | (B) Total de ações emitidas excluindo as ações em tesouraria. | (C) Participação direta e indireta da Itaúsa no capital total das empresas investidas, conforme Nota Explicativa 1 das Demonstrações Contábeis da Itaúsa de 31.12.2022. | (D) Considera cotação de US\$ 15,25/ação e câmbio de R\$ 5,22/US\$. | (E) Considera o valor do investimento contabilizado no Balanço Patrimonial de 31.12.2022. | (F) Considera o valor justo contabilizado no Balanço Patrimonial de 31.12.2022. | (G) Dados do Balanço Patrimonial individual de 31.12.2022.

O desconto é um indicador resultante da diferença entre a cotação de mercado das ações da Itaúsa e a somatória dos investimentos da Companhia a valores de mercado (para empresas listadas), a valor justo ou valor investido (para as empresas não listadas) ("soma das partes").

Parte do desconto é justificável pelas despesas de manutenção da *holding*, os impostos incidentes sobre uma fração dos proventos recebidos (ineficiência fiscal), a avaliação de risco, dentre outros fatores. Considerando os fundamentos que o justificam, a Administração da Itaúsa acredita que o atual patamar de desconto ainda está acima do que considera adequado para o indicador.



A Itaúsa divulga mensalmente um informativo de desconto, disponível em: www.itausa.com.br/valor-dos-ativos-e-desconto.

6. Mercado de Capitais

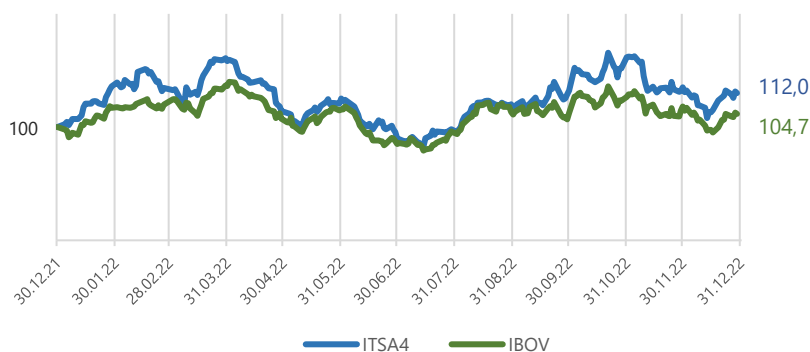
6.1. Desempenho da Ação

As ações preferenciais da Itaúsa (B3: ITSA4) eram cotadas a R\$ 8,51 ao final de 2022, apresentando, nos últimos 12 meses, apreciação de 12,0%, quando ajustadas pelo pagamento de proventos, ao passo que o principal índice da B3, o Ibovespa, apresentou apreciação de 4,7% no mesmo período.

Desempenho das ações da Itaúsa e Investidas

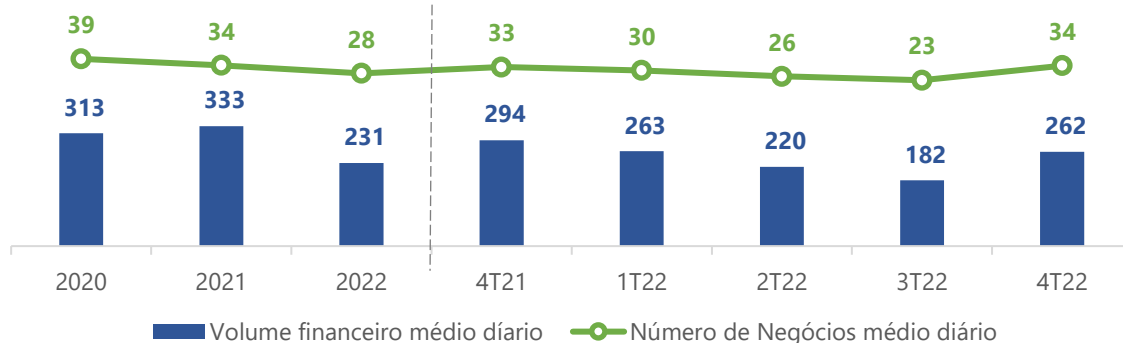
Companhia	Fechamento	Δ 4T22	Δ 2022
ITSA4	R\$ 8,51	-0,8% ▼	12,0% ▲
ITSA3	R\$ 8,90	2,1% ▲	12,3% ▲
ITUB4	R\$ 24,98	-9,0% ▼	24,2% ▲
ALPA4	R\$ 15,08	-29,1% ▼	-59,1% ▼
DXCO3	R\$ 6,78	-16,5% ▼	-47,8% ▼
CCRO3	R\$ 10,82	-11,7% ▼	-3,9% ▼
XP	US\$ 15,25	-19,8% ▼	-46,6% ▼
Ibovespa	109.734	-0,3% ▼	4,7% ▲

ITSA4 vs. Ibovespa (últimos 12 meses)



O volume financeiro médio diário negociado das ações preferenciais da Itaúsa, em 2022, foi de R\$ 231 milhões ante R\$ 333 milhões em 2021, com média diária de 28 mil negócios ante 34 mil negócios em 2021, redução de 30,6% e 17,4%, respectivamente, quando comparados ao mesmo período de 2021.

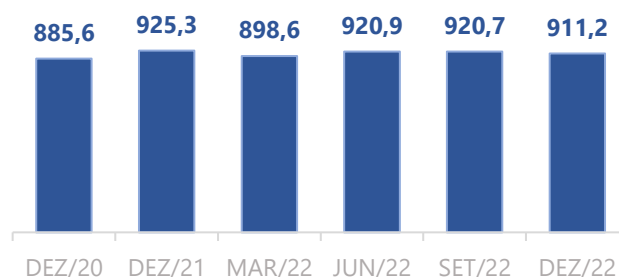
ITSA4 - Volume (R\$ milhões) e número médio de negócios diário (quantidade em milhares)



6.2. Evolução da base acionária

Em 31.12.2022, a Itaúsa detinha 911,2 mil acionistas (sendo 99,6% pessoas físicas) em sua base, o que a posiciona dentre as empresas que detêm uma das maiores bases de acionistas da B3.

Evolução da quantidade de acionistas (em milhares)



6.3. Índices e Ratings ESG

O comprometimento da Itaúsa e das empresas do portfólio com a ética dos negócios, transparência e constante aprimoramento de sua performance socioambiental é reconhecido na participação de importantes índices de sustentabilidade nacionais e internacionais, como os que estão destacados a seguir:

Member of
Dow Jones
Sustainability Indices
Powered by the S&P Global CSA

ISE B3



ICO2 B3

IGPTWB3

Sustainalytics

Para mais informações sobre a gestão socioambiental e de governança, acesse www.itausa.com.br/sustentabilidade.

7. Auditoria Independente – Resolução CVM nº 162

Procedimentos adotados pela Companhia:

A política de atuação da Itaúsa e empresas controladas na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos auditores independentes fundamenta-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No exercício de 2022, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes prestou os seguintes serviços não relacionados à auditoria externa, que corresponderam a 18,06% do total dos honorários devidos aos serviços de auditoria externa por ela prestados, conforme previsto na Resolução CVM nº 162:

Itaúsa: (i) serviço de *due diligence*, contratado em 12.04.2022, no valor de R\$ 178 mil; (ii) outros serviços, contratados em 21.07.2022, no valor de R\$ 8 mil; e (iii) asseguarção do Formulário de Referência e do Relato Integrado, contratado em 15.09.2022, no valor de R\$ 139 mil.

Controlada Dexco: serviços de consultoria em projetos, contratados em 18.01.2022, 15.02.2022 e 01.06.2022, no valor de R\$ 345 mil.

Justificativa dos auditores independentes – PwC: a prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados à Itaúsa e sua controlada. A política de atuação com a Itaúsa na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa substancia-se nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente, e todos foram observados na prestação de referidos serviços.

8. Anexos

8.1. Desempenho operacional e financeiro das empresas investidas

Apresentamos abaixo os principais destaques dos resultados do 4T22 das empresas investidas que compõem o portfólio da Itaúsa.

Empresas Investidas	Atividade	Participação ¹ no capital total	Listagem
Itaú Unibanco Holding S.A. ²	Instituição Financeira (Banco)	37,24%	B3: ITUB4
XP Inc. ³	Produtos e Serviços Financeiros	6,55%	Nasdaq: XP
Alpargatas S.A.	Calçados e Vestuários	29,56%	B3: ALPA4
Dexco S.A.	Madeira, Louças, Metais Sanitários e Celulose Solúvel	37,86%	B3: DXCO3
CCR S.A.	Infraestrutura e Mobilidade	10,33%	B3: CCRO3
Aegea Saneamento e Participações S.A. ⁴	Saneamento	12,88%	n.a.
Copa Energia S.A.	Distribuição de Gás (GLP)	48,93%	n.a.
Nova Transportadora do Sudeste S.A. (NTS)	Transporte de Gás Natural	8,50%	n.a.

(1) Considera o percentual de participação direta e indireta detida pela Itaúsa em 31.12.2022, conforme Nota Explicativa nº 1 (Contexto Operacional).

(2) A Itaúsa detém participação indireta no Itaú Unibanco Holding por deter participação de 66,53% no capital da IUPAR – Itaú Unibanco Participações S.A., cujo único investimento é a participação acionária no Itaú Unibanco.

(3) Não considera a participação indireta de 3,83% (desconsiderando as ações em tesouraria), detida por meio da controlada em conjunto Itaú Unibanco, visto que esta não exerce influência significativa na XP, classificando esta participação como um ativo financeiro mensurado a valor justo por meio de "outros resultados abrangentes", no seu Patrimônio Líquido. Os efeitos dessa participação na Itaúsa estão contabilizados na rubrica "ajustes de avaliação patrimonial", no Patrimônio Líquido, de forma reflexa ao registro realizado no Patrimônio Líquido do Itaú Unibanco.

(4) A Itaúsa detém posição acionária de 10,20% do capital votante e 12,88% do capital total da Aegea Saneamento. Adicionalmente, possui participação de 4,65% e 4,53% das SPEs 1 e 4 da Águas do Rio, respectivamente.



Itaú Unibanco Holding S.A.

Eventos recentes:

- **ESG:** o banco emitiu R\$ 2 bilhões em Letras Financeiras Sociais no mercado local para apoiar o empreendedorismo feminino no Brasil. A operação faz parte da agenda ESG da organização e conecta-se ao Programa Itaú Mulher Empreendedora.
- **Itaú Corpbanca (Chile):** o Itaú Unibanco, que atualmente detém 65,62% do capital do Itaú Corpbanca, anunciou a intenção de realizar uma oferta pública voluntária para a aquisição de até a totalidade das ações em circulação dessa companhia. Espera-se que a oferta seja realizada ainda no 1º semestre de 2023, concomitantemente no Chile e nos Estados Unidos. A oferta está sujeita a obtenção das aprovações regulatórias.

Dados Financeiros e Operacionais (em IFRS) (R\$ milhões, exceto onde indicado)	4T22	4T21	Δ%	2022	2021	Δ%
Produto Bancário ¹	38.811	36.387	6,7%	148.114	129.212	14,6%
Perda Esperada de Ativos Financeiros e Sinistros	(7.914)	(6.169)	28,3%	(29.287)	(14.379)	103,7%
Despesas Gerais e Administrativas	(18.537)	(16.785)	10,4%	(69.164)	(62.549)	10,6%
Lucro Líquido ²	7.503	6.596	13,8%	29.702	26.760	11,0%
Lucro Líquido Recorrente ²	7.622	7.000	8,9%	30.267	27.662	9,4%
ROE (anualizado)	18,0%	17,6%	0,4 p.p.	18,7%	18,2%	0,5 p.p.
ROE Recorrente (anualizado)	18,3%	18,6%	-0,3 p.p.	19,0%	18,8%	0,2 p.p.
Patrimônio Líquido ²	167.953	152.864	9,9%	167.953	152.864	9,9%
Carteira de Crédito ³	1.144.687	1.030.779	11,1%	1.144.687	1.030.779	11,1%
Índice de capital Nível I	13,5%	13,0%	0,5 p.p.	13,5%	13,0%	0,5 p.p.

(1) Para melhor comparabilidade, foram reclassificados os efeitos fiscais do *hedge* nos investimentos no exterior. | (2) Atribuível aos acionistas controladores. | (3) Carteira de Crédito com Garantias Financeiras prestadas e Títulos Privados.

Desempenho Financeiro (4T22 vs. 4T21):

- **Carteira de crédito:** o aumento foi impulsionado pelo crescimento nos principais segmentos no Brasil (+20,1% em pessoas físicas, +10,6% em micro, pequenas e médias empresas, +9,6% em grandes empresas). O efeito positivo do crescimento da carteira foi acompanhado pelo aumento de 18,1% na receita de juros com operações de crédito.
- **Despesas gerais e administrativas:** cresceram principalmente em função dos aumentos das (i) despesas de pessoal, devido aos efeitos da negociação do acordo coletivo de trabalho, que inclui reajuste de 8,0% sobre salários a partir de setembro, e do crescimento do número de colaboradores no período; (ii) despesas com comercialização de produtos não financeiros; e (iii) despesas com processamento de dados e telecomunicações.
- **Perda esperada de ativos financeiros e sinistros:** o crescimento no 4T22 ocorreu em função de um evento subsequente relacionado a um caso específico de empresa de grande porte que entrou em recuperação judicial, cujas condições creditícias existiam em 31.12.2022. Houve reforço na Provisão para Perda de Crédito Esperada para cobrir 100% da exposição, gerando um impacto em resultado de R\$ 1,3 bilhão (R\$ 719 milhões, líquidos de impostos) no período.
- **Lucro Líquido:** aumentou em função do crescimento de 6,7% do Produto Bancário, fruto do aumento de 9,6% na receita financeira líquida, diante de maiores receitas com operações de crédito.
- **Índice de capital Nível I:** a gestão de capital é primordial, pois é por meio dela que se busca otimizar a aplicação dos recursos e garantir a solidez do banco. Ao final de dezembro de 2022, estava em 13,5%, acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil (9,5%).

i Para mais informações sobre os resultados do Itaú Unibanco, acesse: www.itaú.com.br/relacoes-com-investidores

XP inc.

Dados Financeiros e Operacionais (R\$ milhões, exceto onde indicado)	4T22	4T21	Δ%	2022	2021	Δ%
Ativos de clientes	945.942	814.753	16,1%	945.942	814.753	16,1%
Receita Líquida	3.177	3.260	-2,5%	13.348	12.077	10,5%
EBITDA Ajustado	738	1.121	-34,1%	3.445	3.815	-9,7%
Margem EBITDA Ajustado	23,2%	34,4%	-11,1 p.p.	25,8%	31,6%	-5,8 p.p.
Lucro Líquido ¹	783	989	-20,9%	3.579	3.589	-0,3%
ROE (anualizado) ¹	18,2%	28,4%	-10,3 p.p.	22,2%	28,6%	-6,4 p.p.
Carteira de Crédito ² (R\$ bilhões)	17,1	10,2	67,1%	17,1	10,2	67,1%

(1) Atribuível aos acionistas controladores. | (2) Carteira bruta de provisões, não inclui empréstimos *intercompany* e recebíveis relacionados a cartão de crédito.

Desempenho Financeiro (4T22 vs. 4T21):

- **Ativos de Clientes:** totalizaram R\$ 946 bilhões, aumento de 16% em relação ao 4T21, impulsionado por R\$ 155 bilhões de captação líquida, parcialmente compensado por R\$ 37 bilhões de desvalorização de mercado no ano.
- **Carteira de crédito²:** atingiu R\$ 17,1 bilhões com vencimento médio de 3,0 anos e NPL de 90 dias igual a 0,1%. Mais de 90% da carteira de crédito da XP Inc. é colateralizada com investimentos dentro da própria plataforma.
- **Volume transacionado de cartões:** R\$ 8,2 bilhões no 4T22, crescimento de 86% em relação ao mesmo período do ano anterior. Ao final de dezembro de 2022, o total de cartões ativos era de 688 mil (+184% vs. 4T21), equivalente a uma penetração de 16% na base de clientes ativos.
- **Receita Líquida:** atingiu R\$ 3,2 bilhões no 4T22, queda de 12% contra o mesmo período do ano anterior. Em um cenário desafiador para Renda Variável no Varejo e Mercado de Capitais, os principais fatores positivos do ano foram (i) Institucional, (ii) Grandes Empresas e (iii) Renda Fixa, Float e Cartões no Varejo.
- **Lucro Líquido¹:** atingiu R\$ 783 milhões no 4T22, queda de 21% contra o mesmo período do ano anterior, como resultado da queda de receita, compressão de margem bruta e crescimento de despesas, dado incremento de 33% no quadro de colaboradores da companhia em 2022.

i Para mais informações sobre os resultados da XP Inc., acesse: <https://investors.xpinc.com/>



Eventos recentes:

- **2ª emissão de debêntures:** em dezembro, a companhia anunciou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até duas séries. A totalidade dos recursos líquidos captados por meio da emissão foi destinada para (i) amortização ou pagamento, conforme o caso, de dívidas registradas no passivo circulante, (ii) financiamento de capital de giro e (iii) gestão ordinária dos negócios.

Dados Financeiros e Operacionais (R\$ milhões, exceto onde indicado)	4T22	4T21	Δ%	2022	2021	Δ%
Volume (mil pares/peças) ¹	68.498	76.701	-10,7%	246.624	260.090	-5,2%
Brasil	61.803	70.444	-12,3%	213.674	228.760	-6,6%
Internacional	6.695	6.257	7,0%	32.951	31.330	5,2%
Receita Líquida	1.103	1.069	3,2%	4.182	3.949	5,9%
EBITDA Recorrente	153	180	-15,2%	689	762	-9,5%
Margem EBITDA Recorrente	13,8%	16,8%	-3,0 p.p.	16,5%	19,6%	-3,1 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido ²	(21)	294	-107,1%	121	690	-82,4%
Lucro Líquido Recorrente ³	64	150	-57,6%	254	571	-55,6%
ROE (anualizado) ²	-1,4%	35,0%	-36,4 p.p.	2,3%	21,7%	-19,3 p.p.
ROE Recorrente (anualizado) ³	4,4%	17,9%	-13,5 p.p.	4,9%	17,9%	-13,1 p.p.
CAPEX	190	159	19,4%	701	339	106,5%

(1) Considera somente operações Havaianas. | (2) Atribuível aos acionistas controladores. | (3) Atribuível aos acionistas controladores e de operações continuadas.

Desempenho Financeiro (4T22 vs. 4T21):

- **Receita Líquida:** a receita líquida foi impulsionada pelas iniciativas de RGM (*Revenue Growth Management*), que se refletiu no aumento da receita por par de Havaianas no Brasil, além disso houve crescimento de volume de vendas dos mercados internacionais.
- **EBITDA Recorrente:** apesar da melhora de receita, foi negativamente impactado pela queda no volume de vendas no Brasil e pelo aumento das despesas de distribuição e de *marketing*, além de incremento de provisão de perda de um cliente específico.
- **Posição de Caixa:** posição financeira líquida negativa em R\$ 612 milhões, representando redução de R\$ 1.094 milhões em relação ao 4T21. A retração deve-se, principalmente, ao aumento de estoques de matéria-prima e produtos acabados, ao aumento do saldo de contas a receber e à intensificação dos investimentos estratégicos (CAPEX) relacionados ao Programa de Excelência Industrial e Logística (ILEP), além das aquisições de loasys e da participação na Rothys's.

i Para mais informações sobre os resultados da Alpargatas, acesse: <https://ri.alpargatas.com.br>

DEXCO

Eventos recentes:

- **LD Celulose:** começou a operar em abril de 2022 e alcançou capacidade plena no final de dezembro de 2022. Vale destacar que, além de operar em plena capacidade, o volume produzido já está adequado em termos de qualidade.

Dados Financeiros e Operacionais (R\$ milhões, exceto onde indicado)	4T22	4T21	Δ%	2022	2021	Δ%
Receita Líquida	1.980	2.251	-12,0%	8.487	8.170	3,9%
Divisão Madeira	1.256	1.302	-3,5%	5.205	4.762	9,3%
Divisão Metais e Louças	487	630	-22,8%	2.136	2.251	-5,1%
Divisão Revestimentos	238	319	-25,4%	1.145	1.157	-1,1%
EBITDA Ajustado e Recorrente	366	588	-37,7%	1.732	2.188	-20,9%
Margem EBITDA Ajustado e Recorrente	18,5%	26,1%	-7,6 p.p.	20,4%	26,8%	-6,4 p.p.
Lucro Líquido ¹	209	581	-64,0%	756	1.725	-55,2%
Lucro Líquido Recorrente ¹	239	407	-41,4%	803	1.148	-30,0%
ROE (anualizado) ¹	14,2%	39,6%	-25,4 p.p.	13,1%	31,2%	-18,1 p.p.
ROE Recorrente (anualizado) ¹	16,2%	27,7%	-11,5 p.p.	14,0%	20,8%	-6,8 p.p.
CAPEX (Manutenção e Opex Florestal)	407	587	-30,7%	1.687	1.165	44,8%
Dívida Líquida/EBITDA	2,33x	1,12x	1,21x	2,33x	1,12x	1,21x

(1) Atribuível aos acionistas controladores.

Desempenho Financeiro (4T22 vs. 4T21):

- **Receita Líquida:** no 4T22, o crescimento das receitas unitárias de todas as divisões de negócio não foi suficiente para compensar a queda no volume de vendas, principalmente no mercado externo, onde a companhia optou por reduzir o volume exportado em função da alta no custo do frete internacional. No ano, a receita líquida atingiu patamares recordes, fruto da estratégia de posicionamento de seus produtos no mercado, aliado a melhora de mix na Divisão Madeira e manutenção dos patamares de exportação, que foram suficientes para compensar a queda no volume de vendas em todas as divisões.
- **EBITDA Ajustado e Recorrente:** o aumento dos custos decorrente da pressão no preço de insumos, menor volume vendido e antecipação das paradas de manutenção de todas as fábricas de revestimentos cerâmicos, resultaram em uma queda do EBITDA Ajustado e Recorrente. Mesmo em meio a isso, no comparativo anual, 2022 foi o segundo melhor ano de resultados da Dexco.
- **Celulose Solúvel (DWP):** no ano, a nova divisão vendeu 139,7 mil toneladas (sendo 91,5 mil toneladas no 4T22) e apresentou EBITDA Ajustado e Recorrente de R\$ 398,4 milhões (sendo R\$ 308,1 milhões no 4T22). Do valor total, R\$ 195 milhões representam os 49% da participação da Dexco, o que, caso tivessem sido consolidados ao resultado da companhia, levariam o EBITDA Ajustado e Recorrente do ano a R\$ 517 milhões.
- **Lucro Líquido Recorrente:** impactado por forte pressão inflacionária de custos, em especial fretes e insumos dolarizados, além de maior despesa de juros em função da alta da taxa básica de juros sobre a dívida.
- **Alavancagem:** patamar permanece saudável. O aumento no período é justificado pela retração nos resultados dos últimos 12 meses, aumento do endividamento e das despesas de juros em função da alta da taxa básica de juros sobre a dívida. No 4T22, a companhia captou R\$ 804 milhões.

i Para mais informações sobre os resultados da Dexco, acesse: <https://ri.dex.co/>



Eventos recentes:

- **Novo CEO:** em março de 2023, no contexto de processo sucessório, a CCR anunciou a eleição de Miguel Setas como seu novo Diretor Presidente, que ocupará o cargo a partir de 24 de abril. Miguel Setas acumula mais de 25 anos de experiência em funções de liderança no setor energético e de infraestrutura, sendo um importante passo para o fortalecimento e a perenidade dos negócios da companhia.
- **Alocação de capital:** alienação da totalidade de sua participação acionária no capital social da SAMM, empresa prestadora de serviços de fibra ótica, no montante de R\$ 245 milhões, sujeitos à verificação de determinadas condições usuais a este tipo de transação, incluindo condições precedentes tais como aprovações regulatórias.

- **ESG:** a ViaMobilidade - Linhas 8 e 9 contratou R\$ 2,5 bilhões em debêntures de infraestrutura verdes, a maior captação no mercado de capitais brasileiro nessa modalidade, até o momento. Tal emissão contará com certificação de debênture sustentável, conforme legislação em vigor, tendo em vista que os recursos serão aplicados em transporte de baixa emissão de carbono.
- **Metrô Bahia:** em dezembro, foi celebrado o Termo Aditivo nº 10, cujo objeto consiste na inclusão da operação do Tramo 3 no Metrô Bahia com respectivo reequilíbrio econômico-financeiro, além de implantar e operar Wi-Fi nas estações já existentes das linhas 1 e 2 com respectivo reequilíbrio econômico-financeiro.

Dados Financeiros e Operacionais (R\$ milhões, exceto onde indicado)	4T22	4T21	Δ%	2022	2021	Δ%
Receita Líquida (sem construção)	3.281	2.835	15,7%	17.563	11.175	57,2%
Rodovias	1.866	1.855	0,6%	12.129	6.693	81,2%
Aeropostos	544	378	44,0%	1.852	1.186	56,1%
Mobilidade Urbana	873	594	46,9%	3.544	3.261	8,7%
Outros ¹	(1)	9	-110,1%	38	35	8,3%
EBITDA Ajustado e Recorrente ²	1.604	1.363	17,7%	5.991	4.869	23,1%
Margem EBITDA Ajustado e Recorrente ²	61,1%	57,5%	3,6 p.p.	62,9%	62,0%	0,9 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido ³	(217)	(133)	63,0%	4.133	696	494,2%
Lucro Líquido Recorrente ²	219	161	36,3%	495	806	-38,6%
CAPEX	916	371	147,0%	2.719	1.695	60,4%
Dívida Líquida/EBITDA	1,7x	3,0x	-1,3x	1,7x	3,0x	-1,3x

(1) Inclui holdings, SAMM e eliminações intragrupo. | (2) Equivalente aos números em "mesma base" reportados pela CCR. | (3) Atribuível aos acionistas controladores.

Desempenho Financeiro (4T22 vs. 4T21):

- **Desempenho do tráfego:** na mesma base de comparação, o tráfego de veículos equivalentes cresceu 1,0%, passageiros transportados nos aeroportos 16,9% e passageiros transportados nos negócios de mobilidade 22,5%.
- **Receita Líquida (sem construção):** o incremento reflete o crescimento do volume do tráfego de veículos e passageiros decorrente, da entrada em operação das novas concessões RioSP, ViaMobilidade - Linhas 8 e 9, Pampulha e Blocos Sul e Central, compensado parcialmente com as saídas das concessões NovaDutra e RodoNorte, além da aplicação dos reajustes tarifários.
- **EBITDA Ajustado e Recorrente:** impulsionado, principalmente, pelo melhor desempenho operacional em todos os modais.
- **Lucro Líquido Recorrente:** o incremento em relação ao mesmo período do ano anterior se deu pelo melhor desempenho operacional no modal rodoviário, aeroportuário e de mobilidade urbana.
- **CAPEX:** aumento em decorrência dos avanços na recuperação de pavimento e implantações de dispositivos de segurança na RioSP, aquisição de novos trens na ViaMobilidade - Linhas 8 e 9 e duplicações na BR-386 na ViaSul.
- **Endividamento:** a Dívida Líquida consolidada atingiu R\$ 20,8 bilhões no final de dezembro e o indicador de alavancagem medido pela Dívida Líquida/EBITDA ajustado (últimos 12 meses) atingiu 1,7x.

i Para mais informações sobre os resultados da CCR, acesse: <https://ri.ccr.com.br/>



Eventos recentes:

- **Leilões:** em dezembro, a Aegea, em consórcio com a Engep Ambiental Ltda., anunciou a oferta vencedora na licitação para manejo de resíduos sólidos em 9 municípios do Ceará. Em 20 de dezembro, anunciou a oferta vencedora na licitação para aquisição das ações da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), em parceria com as gestoras Perfin e Kinea. Com essas vitórias, a Aegea passará a operar em 489 municípios de 13 estados, atendendo mais de 30 milhões de habitantes.
- **Financiamento de longo prazo de Águas do Rio:** em dezembro, a coligada Águas do Rio assinou contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES com abertura de crédito de até R\$ 19,3 bilhões e prazo de até 28 anos.
- **ESG:** a Águas do Rio firmou com a Petrobras contrato para fornecimento de, pelo menos, 29 mil m³ de água de reuso por ano para operações industriais, sendo este o maior projeto de reuso industrial até o momento no Brasil. A Aegea firmou junto ao BNDES parceria no Projeto Floresta Viva, para a recuperação dos biomas da Mata Atlântica e do Pantanal, contribuindo para a resiliência hídrica e combate às mudanças climáticas.

Dados Financeiros e Operacionais (R\$ milhões, exceto onde indicado)	4T22	4T21	Δ%	2022	2021	Δ%
Volume faturado ('000 m ³)	143	137	4,8%	557	518	7,6%
Receita Líquida ¹	975	823	18,5%	3.674	2.939	25,0%
EBITDA	679	597	13,7%	2.471	1.822	35,6%
Margem EBITDA	69,6%	72,5%	-2,9 p.p.	67,3%	62,0%	5,3 p.p.
Lucro Líquido ²	65	191	-65,7%	260	501	-48,1%
CAPEX	314	234	34,1%	974	777	25,4%
Dívida Líquida/EBITDA	3,15x	2,76x	0,39x	3,15x	2,76x	0,39x

(1) Receita operacional líquida deduzida das receitas de construção com margem próxima a zero e sem efeito-caixa. | (2) Atribuível aos acionistas controladores.

Nota: A tabela acima apresenta as informações da Aegea Saneamento, considerando os resultados de Águas do Rio (SPEs 1 e 4) reconhecidos por equivalência patrimonial.

Desempenho Financeiro (4T22 vs. 4T21):

- **Receita Líquida:** o aumento reflete principalmente os reajustes tarifários e o crescimento do volume faturado, este último decorrente da expansão das redes e aumento das economias atendidas, especialmente as de esgoto.
- **EBITDA:** crescimento devido, principalmente, ao aumento no faturamento e aos resultados de Águas do Rio (RJ) em 2022.
- **Lucro Líquido:** redução devido ao aumento na despesa financeira líquida, decorrente, principalmente, do aumento nas taxas de juros sobre as dívidas.
- **CAPEX:** aumento decorrente da expansão do portfólio e dos avanços nas redes de cobertura de água e esgoto.
- **Águas do Rio:** em 2022, registrou receita líquida de R\$ 4,9 bilhões, EBITDA de R\$ 1,4 bilhão, margem EBITDA de 28,7% e lucro líquido de R\$ 468 milhões. O endividamento líquido total da Águas do Rio foi de R\$ 7,7 bilhões ao final de dezembro de 2022.

i Para mais informações sobre os resultados da Aegea Saneamento, acesse: <https://ri.aegea.com.br/>



Eventos recentes:

- **Gestão de frota:** buscando uma melhor eficiência logística e satisfação dos clientes, a companhia elevou os investimentos em tecnologia e logística implementando a torre de controle logístico e veículos.
- **ESG:** foram definidos os cinco compromissos estratégicos em ESG: ética e governança, foco no cliente, nossas pessoas, cadeia de valor e meio ambiente.

Dados Financeiros e Operacionais (R\$ milhões, exceto onde indicado)	4T22	4T21	Δ%	2022	2021	Δ%
Volume ('000 tons)	452	446	1,3%	1.821	1.826	-0,3%
Receita Líquida ¹	2.820	2.753	2,4%	11.770	10.240	14,9%
EBITDA Recorrente	351	116	201,6%	909	361	151,4%
Lucro Líquido Recorrente	159	29	446,1%	313	55	470,8%
CAPEX	49	56	-11,9%	130	116	12,5%

(1) Considera venda de ativos. | Nota: Números não auditados.

Desempenho Financeiro (4T22 vs. 4T21):

- **Volume de Vendas:** apesar do ligeiro aumento no volume vendido no 4T22 em relação ao 4T21, impactado pelas reduções dos preços do GLP da Petrobras e benefício da alíquota zero de PIS/COFINS, no ano o volume vendido apresentou leve retração ainda sob impacto da desaceleração do consumo das famílias, em virtude da diminuição do poder de compra do consumidor.
- **Receita Líquida:** melhor desempenho observado no período reflete a política de preços e comercial implementada na companhia, mesmo com a ligeira queda do volume vendido.
- **EBITDA e Lucro Líquido Recorrentes:** incremento é reflexo da melhor margem bruta do período.

i Para mais informações sobre a Copa Energia, acesse: <https://www.copaenergia.com.br/>



Eventos recentes:

- **Democratização do acesso à infraestrutura de transporte de gás no mercado brasileiro:** foram assinados 7 contratos na modalidade interruptível (contratos de curta duração) com a SHELL, GALP e GERDAU. Além disso, foi assinado acordo de Redução de Flexibilidade de uso pela Petrobras. Tal instrumento possibilita o acesso de outros agentes ao sistema de transporte da NTS de forma isonômica com a Petrobras, reforçando assim a prontidão da companhia para operar num ambiente multicliente e disponibilizando parte da capacidade firme de sua malha para novos carregadores.
- **Expansão da malha de gasodutos de transporte de gás natural no Brasil (Projeto GASIG):** conclusão das obras do primeiro projeto após a implementação do novo marco regulatório do setor, em 2021. O GASIG tem 11 km de extensão e interliga Itaboraí a Guapimirim, viabilizando o escoamento do gás do pré-sal pela Rota 3, com capacidade de transporte de 18 M m³/dia.
- **Investimentos:** a NTS investiu R\$ 431 milhões no ano, com destaque para os avanços no projeto GASIG, a aquisição de Linepack e o comissionamento do novo ponto de entrega Cubatão II, levando a companhia a atuar na direção de um mercado multicliente e em conformidade com a Nova Lei do Gás.

Dados Financeiros e Operacionais (R\$ milhões, exceto onde indicado)	4T22	4T21	Δ%	2022	2021	Δ%
Receita Líquida	1.738	1.490	16,6%	6.778	5.766	17,5%
Lucro Líquido	702	777	-9,6%	3.075	3.060	0,5%
Proventos ¹ - Total	232	430	-46,1%	3.108	2.737	13,6%
Proventos ¹ - % Itaúsa	20	33	-40,1%	313	209	49,4%
CAPEX	139	82	68,5%	431	202	112,9%
Dívida Líquida ²	10.090	3.107	224,8%	10.090	3.107	224,8%

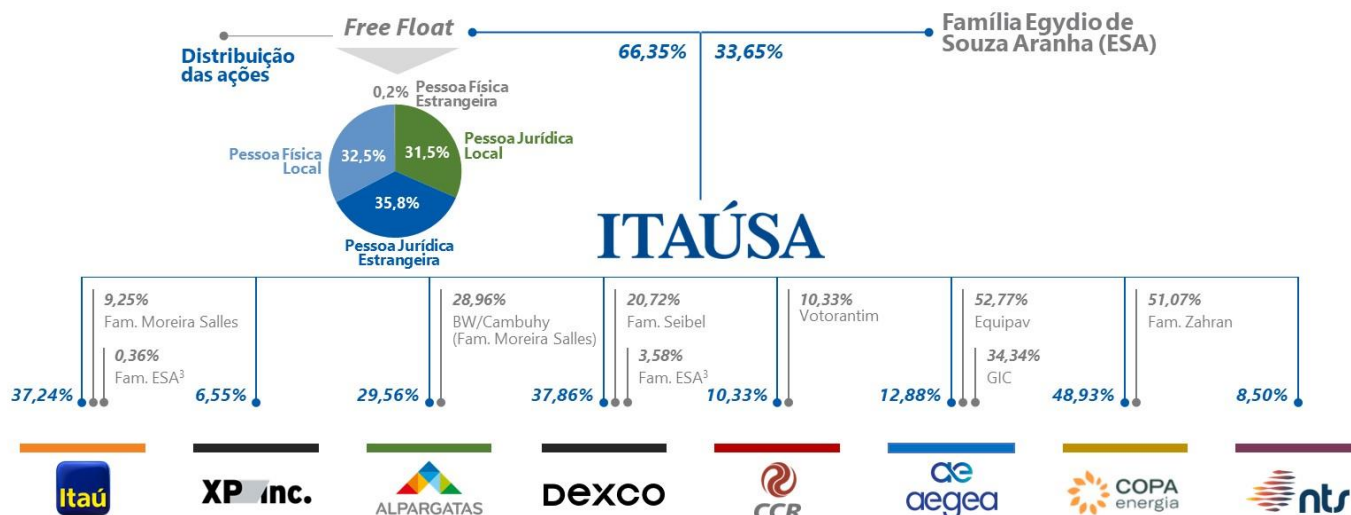
(1) Considera dividendos e juros sobre o capital próprio brutos (pagos pela NTS e pela NISA). | (2) Resultados preliminares ainda não auditados.

Desempenho Financeiro (4T22 vs. 4T21):

- **Receita Líquida:** aumento observado deve-se aos reajustes previstos nos contratos de transporte de gás.
- **Lucro Líquido:** queda em relação ao mesmo período do ano anterior, fruto de maior despesa financeira no 4T22 relacionada ao maior nível de endividamento da companhia após incorporação da NISA no 2T22, além do aumento do CDI entre os períodos comparativos.
- **Proventos:** a NTS pagou R\$ 3.108 milhões em dividendos e JCP (brutos) no ano como base no critério de distribuição intercalar adotado pela companhia. Do total pago, R\$ 313 milhões foram destinados à Itaúsa e já considera a parcela proveniente da NISA.
- **Endividamento:** em função da incorporação da NISA pela NTS, o endividamento líquido da NTS incorporou as debêntures e notas comerciais da NISA, além dos juros e saldos correspondentes a instrumentos financeiros derivativos. Adicionalmente, no segundo semestre, a companhia concluiu processo de captação de R\$ 5 bilhões de dívida com propósito de antecipar o vencimento de debênture vincenda em 2023.

i Para mais informações sobre os resultados da NTS, acesse: <https://ri.ntsbrasil.com>

8.2. Estrutura Acionária em 31.12.2022^{1,2}



(1) As participações apresentadas são referentes ao total de ações excetuadas as ações em tesouraria.

(2) Corresponde a participação direta e indireta nas empresas investidas.

(3) Ações detidas diretamente por pessoas físicas ou entidades da Família ESA.

8.3. Balanço Patrimonial (individual e gerencial)

(R\$ milhões)

ATIVO	31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE	6.518	4.952	CIRCULANTE	4.155	2.454
Ativos Financeiros	6.341	4.863	Debêntures	160	428
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.642	2.398	Dividendos/JCP a Pagar	1.968	1.882
Ativos Financeiros VJR (NTS/NISA)	2.005	1.516	Fornecedores	6	19
Dividendos/JCP a Receber	1.694	949	Tributos a Recolher	178	80
Ativos Fiscais	167	65	Obrigações com Pessoa	54	42
Tributos a Compensar	167	65	Passivos de Arrendamentos	3	3
Outros Ativos	10	24	Provisões	1.763	-
Despesas Antecipadas	7	10	Outros Passivos	23	-
Outros Ativos	3	14			
NÃO CIRCULANTE	76.736	69.650	NÃO CIRCULANTE	6.302	6.262
Investimentos	75.861	68.520	Debêntures	6.287	4.587
Investimentos em participações societárias	75.857	68.516	Provisões	12	1.663
Outros Investimentos	4	4	Outros Tributos Diferidos	1	7
Ativos Fiscais	716	965	Passivos de Arrendamentos	2	5
Tributos a Compensar	9	8			
Imp. Renda/Contrib. Social Diferidos	707	957	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	72.797	65.886
Imobilizado	104	107	Capital Social	63.500	51.460
Outros Ativos	55	58	Reservas de capital	563	572
Ativos de Direito de Uso	5	7	Reservas de lucros	13.598	16.319
Despesas Antecipadas	-	5	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(4.864)	(2.368)
Depósitos Judiciais	32	31	Ações em Tesouraria	-	(97)
Outros Ativos	18	15			
TOTAL DO ATIVO	83.254	74.602	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	83.254	74.602

Notas:

- Balanço Patrimonial atribuível aos acionistas controladores.

- O Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos Ativo e Passivo estão apresentados compensados pela entidade tributável.

8.4. Apuração do Resultado de Equivalência Patrimonial

A Itaúsa tem seu resultado composto basicamente pelo Resultado de Equivalência Patrimonial (REP), apurado a partir do lucro líquido de suas empresas investidas e do resultado de investimentos em ativos financeiros.

Visão do 4º trimestre de 2022 e 2021

(R\$ milhões)

Apuração do Resultado da Equivalência Patrimonial	Setor Financeiro				Setor não Financeiro								Holding							
	Itaú		XP Inc.		ALPARGATAS		DEXCO		CCR		aegea		COPA energia		ntr		Outras		ITAÚSA	
	4T22	4T21	4T22	4T21	4T22	4T21	4T22	4T21	4T22	4T21	4T22	4T21	4T22	4T21	4T22	4T21	4T22	4T21	4T22	4T21
Lucro Líquido Recorrente das Empresas Investidas	7.622	7.000	783	989	64	150	239	437	(217)	-	68	206	159	29	-	-	(6)	(2)		
(x) Participação Direta / Indireta	37,24%	37,32%	7,42%	14,61%	29,56%	29,18%	37,86%	36,86%	10,33%	-	Vide nota.	Vide nota.	48,93%	48,93%	8,50%	8,50%	100,00%	100,00%		
(=) Participação no Lucro Líquido Recorrente	2.839	2.614	57	142	19	42	91	161	(22)	-	10	26	78	13	-	-	(6)	(2)	3.066	2.996
(+/-) Outros Resultados	(56)	(34)	-	-	(6)	(5)	-	-	-	-	(11)	-	(6)	(17)	-	-	-	-	(79)	(56)
(=) Resultado de Equivalência Patrimonial Recorrente	2.783	2.580	57	142	13	37	91	161	(22)	-	(1)	26	72	(4)	-	-	(6)	(2)	2.987	2.940
(+/-) Resultado não Recorrente	(44)	(151)	-	(1)	(25)	38	(12)	53	-	-	-	-	(2)	(104)	-	-	-	64	(83)	(101)
(=) Resultado da Equivalência Patrimonial	2.739	2.429	57	141	(12)	75	79	214	(22)	-	(1)	26	70	(108)	-	-	(6)	62	2.904	2.839
(+) Resultado de Investimentos em Ativos Financeiros - VJR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(13)	608	-	-	(13)	608
(=) Resultado das Empresas Investidas na Itaúsa	2.739	2.429	57	141	(12)	75	79	214	(22)	-	(1)	26	70	(108)	(13)	608	(6)	62	2.891	3.447
Contribuição	94,7%	70,5%	2,0%	4,1%	-0,4%	2,2%	2,7%	6,2%	-0,8%	0,0%	0,0%	0,8%	2,4%	-3,1%	-0,4%	17,6%	-0,2%	1,8%	100,0%	100,0%

- Notas:
- As participações (direta e indireta) nas empresas investidas consideram o percentual médio de participação da Itaúsa no período.
 - O investimento na NTS é reconhecido como um ativo financeiro, não sendo avaliado pelo Método de Equivalência Patrimonial.
 - Em relação à Aegea Saneamento, a participação demonstrada no quadro considera a equivalência patrimonial sobre os resultados da Aegea Saneamento e Águas do Rio 1 e 4, respeitando o acordo de divisão de resultados celebrado entre as partes.
 - "Outras empresas" considera os investimentos na Itautec e ITH Zux Cayman (empresas não operacionais).

Visão acumulada de 2022 e 2021

(R\$ milhões)

Apuração do Resultado da Equivalência Patrimonial	Setor Financeiro				Setor não Financeiro								Holding							
	Itaú		XP Inc.		ALPARGATAS		DEXCO		CCR		aegea		COPA energia		ntr		Outras		ITAÚSA	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Lucro Líquido Recorrente das Empresas Investidas	30.268	27.662	3.579	3.589	254	572	803	1.179	(227)	-	259	309	314	55	-	-	(9)	(9)		
(x) Participação Direta / Indireta	37,25%	37,33%	10,57%	14,90%	29,54%	29,18%	37,76%	36,79%	10,33%	-	Vide nota.	Vide nota.	48,93%	48,68%	8,50%	8,50%	100,00%	100,00%		
(=) Participação no Lucro Líquido Recorrente	11.275	10.328	375	285	75	166	303	434	(23)	-	36	37	154	26	-	-	(9)	(9)	12.186	11.267
(+/-) Outros Resultados	(158)	(102)	-	-	(29)	(23)	-	-	-	-	(43)	-	(43)	(17)	-	-	-	-	(273)	(142)
(=) Resultado de Equivalência Patrimonial Recorrente	11.117	10.226	375	285	46	143	303	434	(23)	-	(7)	37	111	9	-	-	(9)	(9)	11.913	11.125
(+/-) Resultado não Recorrente	(139)	(221)	-	(1)	(27)	29	(18)	201	-	-	(21)	-	(7)	(41)	-	-	-	64	(212)	31
(=) Resultado da Equivalência Patrimonial	10.978	10.005	375	284	19	172	285	635	(23)	-	(28)	37	104	(32)	-	-	(9)	55	11.701	11.156
(+) Resultado de Investimentos em Ativos Financeiros - VJR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	802	692	-	-	802	692
(=) Resultado das Empresas Investidas na Itaúsa	10.978	10.005	375	284	19	172	285	635	(23)	-	(28)	37	104	(32)	802	692	(9)	55	12.503	11.848
Contribuição	87,8%	84,4%	3,0%	2,4%	0,2%	1,5%	2,3%	5,4%	-0,2%	0,0%	-0,2%	0,3%	0,8%	-0,3%	6,4%	5,8%	-0,1%	0,5%	100,0%	100,0%

- Notas:
- As participações (direta e indireta) nas empresas investidas consideram o percentual médio de participação da Itaúsa no período.
 - O investimento na NTS é reconhecido como um ativo financeiro, não sendo avaliado pelo Método de Equivalência Patrimonial.
 - Em relação à Aegea Saneamento, a participação demonstrada no quadro considera a equivalência patrimonial sobre os resultados da Aegea Saneamento e Águas do Rio 1 e 4, respeitando o acordo de divisão de resultados celebrado entre as partes.
 - "Outras empresas" considera os investimentos na Itautec e ITH Zux Cayman (empresas não operacionais).

ITAÚSA S.A.**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO****Presidente**

Henri Penchas

Vice-Presidentes

Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela

Roberto Egydio Setubal

Conselheiros

Alfredo Egydio Setubal

Edson Carlos De Marchi

Fernando Marques Oliveira (*) (**)

Patrícia de Moraes (*)

Rodolfo Villela Marino

Vicente Furletti Assis (*)

Conselheiros Suplentes

Ricardo Egydio Setubal

Ricardo Villela Marino

Victório Carlos De Marchi

(*) *Conselheiros Independentes*(**) *Afastado temporariamente***CONSELHO FISCAL****Presidente**

Tereza Cristina Grossi Togni

Conselheiros

Eduardo Rogatto Luque

Guilherme Tadeu Pereira Júnior

Isaac Berensztejn

Marco Tulio Leite Rodrigues

Conselheiros Suplentes

Felício Cintra do Prado Junior

Gustavo Amaral de Lucena

João Costa

Patrícia Valente Stierli

Rodolfo Latini Neto

COMITÊ DE AUDITORIA**Coordenador**

Edson Carlos De Marchi

Membros

Henri Penchas

Patrícia de Moraes

Ricardo Egydio Setubal

DIRETORIA**Diretor Presidente**

Alfredo Egydio Setubal (*)

Diretores Vice-Presidentes Executivos

Alfredo Egydio Arruda Villela Filho

Ricardo Egydio Setubal

Rodolfo Villela Marino

Diretores Gerentes

Frederico de Souza Queiroz Pascowitch

Maria Fernanda Ribas Caramuru

Priscila Grecco Toledo

(*) *Diretor de Relações com Investidores***Contadora**

Sandra Oliveira Ramos Medeiros

CRC 1SP 220.957/O-9

ITAÚSA S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL E CONSOLIDADO - ATIVO

(Em milhões de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.642	2.398	4.472	3.876
Títulos e valores mobiliários	6	2.005	1.516	2.005	1.516
Clientes	7	-	-	1.425	1.430
Estoques	8	-	-	1.605	1.433
Dividendos e Juros sobre o capital próprio a receber	9	1.694	949	1.631	949
Imposto de renda e Contribuição social a compensar		165	63	308	190
Outros tributos a compensar	10	2	2	79	89
Outros ativos	11	10	24	167	289
Total Circulante		6.518	4.952	11.692	9.772
Não Circulante					
Realizável a longo prazo		767	1.017	4.644	4.089
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	50	40
Ativos Biológicos	12	-	-	1.917	1.269
Depósitos judiciais		32	31	148	120
Benefícios a empregados	30.1.1	13	9	123	109
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	13	707	957	1.089	1.252
Imposto de renda e Contribuição social a compensar		9	8	9	8
Outros tributos a compensar	10	-	-	596	801
Direito de uso	14	5	7	565	374
Outros ativos	11	1	5	147	116
Investimentos	15	75.861	68.520	75.364	67.628
Imobilizado	16	104	107	4.055	3.736
Intangível	17	4	6	882	756
Total não Circulante		76.736	69.650	84.945	76.209
TOTAL DO ATIVO		83.254	74.602	96.637	85.981

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL E CONSOLIDADO – PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhões de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores	18	6	19	1.243	1.674
Obrigações com pessoal		54	42	259	269
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	742	836
Debêntures	20	160	428	180	441
Imposto de renda e Contribuição social a recolher		-	3	21	18
Outros tributos a recolher	10	178	77	346	154
Dividendos e Juros sobre o capital próprio a pagar	22.5.2	1.968	1.882	2.111	1.885
Arrendamentos	14	3	3	40	28
Provisões	21	1.763	-	1.763	-
Outros passivos	11	23	-	654	522
Total Circulante		4.155	2.454	7.359	5.827
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	3.639	1.822
Debêntures	20	6.287	4.587	7.486	5.785
Arrendamentos	14	2	5	567	376
Provisões	21	12	1.663	415	2.040
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	13	-	-	207	149
Outros tributos diferidos		1	7	2	8
Outros tributos a recolher	10	-	-	57	68
Benefícios a empregados	30.2	-	-	36	38
Outros Passivos	11	-	-	334	360
Total não Circulante		6.302	6.262	12.743	10.646
TOTAL DO PASSIVO		10.457	8.716	20.102	16.473
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	22.1	63.500	51.460	63.500	51.460
Reservas de capital	22.2	563	572	563	572
Reservas de lucros	22.3	13.598	16.319	13.598	16.319
Ajustes de avaliação patrimonial	22.4	(4.864)	(2.368)	(4.864)	(2.368)
Ações em tesouraria	22.6	-	(97)	-	(97)
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores		72.797	65.886	72.797	65.886
Participação dos acionistas não controladores		-	-	3.738	3.622
Total do Patrimônio Líquido		72.797	65.886	76.535	69.508
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		83.254	74.602	96.637	85.981

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita líquida	23	-	-	8.486	8.170
Custos dos produtos e serviços	24	-	-	(5.611)	(5.296)
Lucro bruto		-	-	2.875	2.874
Receitas e despesas operacionais					
Despesas com vendas	24	-	-	(1.120)	(1.006)
Despesas gerais e administrativas	24	(172)	(143)	(548)	(507)
Resultado de participações societárias	15	11.701	11.156	11.479	10.397
Outras receitas	25	2.887	822	2.883	1.339
Total das receitas e despesas operacionais		14.416	11.835	12.694	10.223
Lucro antes do Resultado financeiro e dos Tributos sobre o lucro		14.416	11.835	15.569	13.097
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	26	916	810	1.330	1.228
Despesas financeiras	26	(1.408)	(776)	(2.343)	(1.085)
Total do Resultado Financeiro		(492)	34	(1.013)	143
Lucro antes dos Tributos sobre o lucro		13.924	11.869	14.556	13.240
Tributos sobre o lucro					
Imposto de renda e contribuição social correntes	27	-	(7)	(129)	(278)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	(250)	338	(273)	329
Total dos Tributos sobre o Lucro		(250)	331	(402)	51
Lucro líquido do exercício		13.674	12.200	14.154	13.291
Lucro líquido atribuível aos Acionistas Controladores		13.674	12.200	13.674	12.200
Lucro líquido atribuível aos Acionistas Não Controladores		-	-	480	1.091
Lucro líquido por ação - Básico e Diluído (Em Reais)					
Ordinárias	28	1,40941	1,25638	1,40941	1,25638
Preferenciais	28	1,40941	1,25638	1,40941	1,25638

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
(Em milhões de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício	13.674	12.200	14.154	13.291
Outros resultados abrangentes				
Itens que serão reclassificados para o resultado (líquidos de tributos)				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes	(2.474)	(1.102)	-	-
Ajuste a valor justo de ativos financeiros	-	-	(1.178)	(1.293)
Hedge	-	-	(19)	392
Variação cambial de investimentos no exterior	-	-	(1.370)	(100)
Itens que não serão reclassificados para o resultado (líquidos de tributos)				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes	(22)	37	-	-
Remensuração em obrigações de benefício pós-emprego	-	-	(23)	43
Total de Outros resultados abrangentes	(2.496)	(1.065)	(2.590)	(958)
Total do Resultado abrangente	11.178	11.135	11.564	12.333
Atribuível aos Acionistas Controladores	11.178	11.135	11.178	11.135
Atribuível aos Acionistas Não Controladores	-	-	386	1.198

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA S.A. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO INDIVIDUAL E CONSOLIDADA

(Em milhões de Reais)

	Atribuível aos acionistas controladores						Participação dos não controladores	Total Consolidado	
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados			Total Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2020	43.515	586	14.545	-	(1.303)	-	57.343	3.290	60.633
Transações com os acionistas									
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	-	(90)	-	-	(90)	(59)	(149)
Alienação de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	3	3
Aumento de capital com integralização de Reservas de lucros	7.945	-	(7.938)	(7)	-	-	-	-	-
Reversão de dividendos prescritos	-	-	6	-	-	-	6	-	6
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio de exercícios anteriores	-	-	(48)	-	-	-	(48)	(247)	(295)
Equivalência patrimonial reflexa do Patrimônio líquido das investidas	-	(14)	904	-	-	-	890	(8)	882
Total do resultado abrangente									
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(1.065)	-	(1.065)	107	(958)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	12.200	12.200	1.091	13.291
Destinação do lucro									
Reserva legal	-	-	610	-	-	(610)	-	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio do exercício	-	-	-	-	-	(3.350)	(3.350)	(555)	(3.905)
Reservas estatutárias	-	-	8.240	-	-	(8.240)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	51.460	572	16.319	(97)	(2.368)	-	65.886	3.622	69.508
Saldo em 31 de dezembro de 2021	51.460	572	16.319	(97)	(2.368)	-	65.886	3.622	69.508
Transações com os acionistas									
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	-	(36)	-	-	(36)	(172)	(208)
Aumento de capital com integralização de Reservas de lucros	12.040	-	(12.040)	-	-	-	-	-	-
Cancelamento de ações	-	-	(133)	133	-	-	-	-	-
Reversão de dividendos prescritos	-	-	7	-	-	-	7	-	7
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio de exercícios anteriores	-	-	(797)	-	-	-	(797)	-	(797)
Equivalência patrimonial reflexa do Patrimônio líquido das investidas	-	(9)	389	-	-	-	380	28	408
Total do resultado abrangente									
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(2.496)	-	(2.496)	(94)	(2.590)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	13.674	13.674	480	14.154
Destinação do lucro									
Reserva legal	-	-	684	-	-	(684)	-	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio do exercício	-	-	-	-	-	(3.821)	(3.821)	(126)	(3.947)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio propostos	-	-	877	-	-	(877)	-	-	-
Reservas estatutárias	-	-	8.292	-	-	(8.292)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	63.500	563	13.598	-	(4.864)	-	72.797	3.738	76.535

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAL E CONSOLIDADA

(Em milhões de Reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Ajustes para reconciliação do lucro líquido				
Lucro antes dos Tributos sobre o lucro	13.924	11.869	14.556	13.240
Resultado de participações societárias	(11.701)	(11.156)	(11.479)	(10.397)
Provisões	(69)	282	18	443
Juros e variações cambiais e monetárias (líquidas)	528	(250)	1.248	(63)
Depreciação, amortização e exaustão	10	10	855	722
Varição do valor justo dos Ativos biológicos	-	-	(598)	(129)
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	-	-	27	21
Resultado na venda de Investimentos	15.2.3	(2.551)	(903)	(2.551)
Exclusão ICMS base PIS e COFINS	-	-	-	(597)
Reversão de provisão ICMS base PIS COFINS	-	-	-	(142)
Outros	-	-	7	5
	141	(148)	2.083	2.200
Variações nos Ativos e Passivos				
(Aumento) Redução de Clientes	-	-	(12)	(216)
(Aumento) Redução em Estoques	-	-	(267)	(540)
(Aumento) Redução em Tributos a compensar	452	502	652	(313)
(Aumento) Redução em Outros ativos	(276)	(166)	(222)	341
Aumento (Redução) em Tributos a recolher	(579)	(296)	(567)	(253)
Aumento (Redução) em Fornecedores	(13)	(15)	(442)	549
Aumento (Redução) em Obrigações com pessoal	11	(4)	(14)	13
Aumento (Redução) em Outros passivos	(23)	25	(151)	279
	(428)	46	(1.023)	(140)
Caixa proveniente das operações	(287)	(102)	1.060	2.060
Pagamento de Imposto de renda e Contribuição social	(3)	-	(54)	(345)
Juros pagos sobre Empréstimos, financiamentos e Debêntures	(701)	(216)	(1.140)	(335)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais	(991)	(318)	(134)	1.380
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de Investimentos	15.2 e 33	(2.868)	(2.572)	(2.992)
Alienação de Investimentos	15.2.3	4.670	1.270	4.670
Investimentos em Fundo de Corporate Venture Capital	6.2	-	-	(10)
(Aumento) Redução de capital social em investidas	15.2	(799)	-	(1.110)
Aquisição de Imobilizado, Intangível e Ativos biológicos		(2)	(14)	(1.215)
Alienação de Imobilizado, Intangível e Ativos biológicos		-	4	11
Juros sobre o capital próprio e Dividendos recebidos	9	2.831	2.939	2.771
Caixa e Equivalentes de caixa de controladas incorporadas/adquiridas		-	-	7
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos		3.832	1.627	2.132
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
(Aquisição) Alienação de Ações em tesouraria	22.6	(36)	(90)	(311)
Juros sobre o capital próprio e Dividendos pagos	22.5.2	(3.851)	(2.402)	(3.851)
Ingresso de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	19.2 e 20.2	3.493	2.492	5.993
Amortização de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	19.2 e 20.2	(2.200)	-	(3.076)
Amortização de passivos de arrendamento		(3)	(3)	(87)
Amortização de derivativos		-	-	(38)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(2.597)	(3)	(1.370)
Varição cambial sobre Caixa e equivalentes de caixa		-	-	(32)
Aumento líquido de Caixa e equivalentes de caixa		244	1.306	596
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.398	1.092	3.876
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		2.642	2.398	4.472
		244	1.306	596

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA S.A.**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO INDIVIDUAL E CONSOLIDADA***(Em milhões de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas	-	-	10.484	10.480
Vendas de produtos e serviços	-	-	10.462	10.152
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(27)	(21)
Outras receitas	-	-	49	349
Insumos adquiridos de terceiros	(2.217)	(716)	(8.660)	(6.843)
Custos dos produtos e serviços	-	-	(5.394)	(5.299)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.217)	(716)	(3.266)	(1.544)
Valor adicionado bruto	(2.217)	(716)	1.824	3.637
Depreciação, amortização e exaustão	(10)	(10)	(855)	(722)
Valor adicionado líquido produzido	(2.227)	(726)	969	2.915
Valor adicionado recebido em transferência	17.784	13.494	17.974	13.231
Resultado de participações societárias	11.701	11.156	11.479	10.397
Receitas financeiras	916	810	1.330	1.228
Outras receitas	5.167	1.528	5.165	1.606
Valor adicionado total a distribuir	15.557	12.768	18.943	16.146
Distribuição do valor adicionado	15.557	12.768	18.943	16.146
Pessoal	76	65	1.216	1.110
Remuneração direta	69	59	962	893
Benefícios	6	5	188	158
FGTS	1	1	58	53
Outros	-	-	8	6
Impostos, taxas e contribuições	764	(34)	1.597	901
Federais	763	(35)	1.475	825
Estaduais	-	-	103	65
Municipais	1	1	19	11
Remuneração de capital de terceiros	1.043	537	1.976	844
Juros	1.043	537	1.976	844
Remuneração de capital próprio	13.674	12.200	14.154	13.291
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	4.698	3.350	4.824	3.905
Lucros retidos	8.976	8.850	8.977	8.850
Participação dos acionistas não controladores nos lucros retidos	-	-	353	536

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando divulgado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Itaúsa S.A. ("ITAÚSA" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Av. Paulista nº 1938, 5º andar, Bela Vista, na cidade de São Paulo, SP, Brasil.

As ações da ITAÚSA estão registradas no Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob os códigos "ITSA3" para as ações ordinárias e "ITSA4" para as ações preferenciais. Além do Índice Bovespa – Ibovespa, as ações da ITAÚSA integram determinadas carteiras de segmentos na B3 com características ASG (Ambiental, Social e Governança Corporativa), destacando o Índice de Governança Corporativa – IGC, o Índice de Ações com Tag Along Diferenciado – ITAG, o Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE, o Índice Carbono Eficiente – ICO2 e o Índice Great Place to Work – IGPTW. Adicionalmente, devido a sua reconhecida sustentabilidade corporativa, a ITAÚSA integra o principal índice de alcance global Dow Jones Sustainability World Index - DJSI e é classificada como uma empresa de baixo risco sob a ótica ASG pela Sustainalytics, além de participar de iniciativas como o Carbon Disclosure Project - CDP.

A ITAÚSA tem por objeto participar em outras sociedades, no País ou no exterior, para investimento em quaisquer setores da economia, inclusive por meio de fundos de investimento, disseminando nas investidas os seus princípios de valorização do capital humano, governança e ética nos negócios e geração de valor para os acionistas, de forma sustentável. A ITAÚSA é uma holding controlada pela família Egydio de Souza Aranha que detém 63,35% das ações ordinárias e 17,74% das ações preferenciais, resultando em 33,41% do capital total.

O portfólio de investimentos da ITAÚSA é composto das seguintes entidades:

	País de constituição	Atividade	% de Participação (Direta e Indireta) ⁽¹⁾	
			31/12/2022	31/12/2021
Controladas em conjunto (Joint ventures)				
Itaú Unibanco Holding S.A. ("Itaú Unibanco")	Brasil	Instituição Financeira	37,24%	37,32%
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A. ("IUPAR")	Brasil	Holding	66,53%	66,53%
Alpargatas S.A. ("Alpargatas")	Brasil	Calçados e Vestuários	29,56%	29,18%
Controladas				
Dexco S.A. ("Dexco")	Brasil	Madeira, Louças e Metais Sanitários e Celulose solúvel	37,86%	36,86%
Itautec S.A. ("Itautec")	Brasil	Holding	100,00%	100,00%
ITH Zux Cayman Ltd. ("ITH Zux Cayman")	Ilhas Cayman	Holding	100,00%	100,00%
Coligadas				
CCR S.A. ("CCR")	Brasil	Infraestrutura e mobilidade	10,33%	-
Aegea Saneamento e Participações S.A. ("Aegea")	Brasil	Saneamento	12,88%	12,88%
Águas do Rio 1 SPE S.A. ("Águas do Rio 1")	Brasil	Saneamento	4,65%	5,01%
Águas do Rio 4 SPE S.A. ("Águas do Rio 4")	Brasil	Saneamento	4,53%	4,89%
XP Inc. ("XP") ⁽³⁾	Ilhas Cayman	Produtos e serviços financeiros	6,55%	13,68%
Copa Energia – Distribuidora de Gás S.A. ("Copa Energia")	Brasil	Distribuição de GLP	48,93%	48,93%
Ativos financeiros				
Nova Transportadora do Sudeste S.A. – NTS ("NTS")	Brasil	Transporte de gás natural	8,50%	8,50%
Nova Infraestrutura Gasodutos Participações S.A. ("NISA") ⁽²⁾	Brasil	Holding	-	8,50%

⁽¹⁾ Desconsidera as ações em tesouraria.

⁽²⁾ Empresa incorporada pela NTS em 12 de abril de 2022 (Nota 6.1).

⁽³⁾ Não considera a participação indireta de 3,83% (desconsiderando as ações em tesouraria), detida por meio da controlada em conjunto Itaú Unibanco, visto que esta não exerce influência significativa na XP, classificando esta participação como um ativo financeiro mensurado a valor justo por meio dos Outros resultados abrangentes, no Patrimônio líquido. Os efeitos desta participação na ITAÚSA estão contabilizados na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", no Patrimônio líquido, de forma reflexa ao registro realizado no Patrimônio líquido do Itaú Unibanco.

Em 12 de setembro de 2022, a ITAÚSA concluiu o processo de aquisição de 10,33% do capital total da CCR. Para mais informações, vide nota 15.2.8.

Estas Demonstrações Contábeis, Individuais e Consolidadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 20 de março de 2023.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis, individuais e consolidadas, foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, contudo, as IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das Demonstrações Contábeis.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela ITAÚSA na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As Demonstrações Contábeis, individuais e consolidadas, foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 4.1.1; (ii) os passivos de benefício definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do ativo, conforme demonstrado na nota 30; e (iii) os ativos biológicos mensurados ao valor justo por meio do resultado, conforme demonstrado na nota 12.

2.3. Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As Demonstrações Contábeis, individuais e consolidadas, foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, sendo todos os saldos arredondados para milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A definição da moeda funcional reflete o principal ambiente econômico de operação da ITAÚSA e suas controladas.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente do Real, quando aplicável, são convertidos como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do Balanço Patrimonial;
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal;
- Ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica "Outros resultados abrangentes".

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício são reconhecidos no Resultado financeiro.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das Demonstrações Contábeis é requerido que a Administração da ITAÚSA e de suas controladas se utilizem de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas durante os exercícios apresentados e em exercícios subsequentes.

Os julgamentos, estimativas e premissas são baseados em informações disponíveis na data da elaboração das Demonstrações Contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Adicionalmente, quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores das Demonstrações Contábeis para os próximos exercícios, são os seguintes:

- Reconhecimento dos tributos diferidos (Notas 3.10, 13 e 27);
- Determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos (Notas 3.1.3, 3.1.4, 4.1.2 e 4.1.3);
- Provisões e Ativos e Passivos contingentes (Notas 3.14 e 21);
- Determinação do valor justo para ativos biológicos (Notas 3.5 e 12);
- Reconhecimento de ativos e passivos relacionados a planos de previdência (Notas 3.11 e 30); e
- Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (*Impairment*) (Notas 3.9, 15.5, 16.4 e 17.4).

2.5. Consolidação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis Consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas.

A ITAÚSA consolida suas controladas a partir do momento em que obtém o controle sobre as mesmas. As Demonstrações Contábeis das controladas são elaboradas na mesma data-base das Demonstrações Contábeis da ITAÚSA, utilizando políticas e práticas contábeis consistentes. Quando necessário, ajustes são realizados nas Demonstrações Contábeis das controladas para adequar suas políticas e práticas contábeis às políticas contábeis da ITAÚSA.

Os montantes relativos aos acionistas não controladores, provenientes das controladas cuja participação societária detida pela ITAÚSA não corresponda à totalidade do Capital social, estão destacadas no Balanço Patrimonial na rubrica "Participação dos acionistas não controladores", na Demonstração do Resultado na rubrica "Lucro líquido atribuível aos Acionistas Não Controladores" e na Demonstração do Resultado Abrangente na rubrica "Total do Resultado Abrangente atribuível aos Acionistas Não Controladores".

As operações entre as empresas consolidadas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados.

2.6. Adoção das normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, conseqüentemente, o CPC, emitiram novas normas e revisões às normas já existentes.

2.6.1. Normas e interpretações revisadas adotadas pela ITAÚSA e suas controladas a partir de 1º de janeiro de 2022

No exercício de 2022 a ITAÚSA e suas controladas adotaram as alterações das normas relacionadas abaixo as quais não apresentaram impactos significativos em suas Demonstrações Contábeis.

- **IFRS 3 / CPC 15 (R1) – Combinação de negócios:** Substituiu as referências da versão antiga da Estrutura Conceitual pelas mais recentes da versão emitida em 2018.
- **IAS 16 / CPC 27 – Imobilizado:** Proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Desta forma, tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.
- **IAS 37 / CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:** Esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento deste contrato inclui os custos incrementais (Ex. funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento do mesmo (Ex. depreciação de um ativo utilizado para o cumprimento do contrato).
- **Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018–2020:**
 - (a) **IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos financeiros:** Esclarece quais custos devem ser incluídos no “teste de 10%” para análise de baixa de passivos financeiros.
 - (b) **IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos:** Exclui o exemplo de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros.
 - (c) **IAS 41 / CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola:** Remove a exigência de excluir, das estimativas dos fluxos de caixa, os tributos (IRPJ/CSLL) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos, alinhando assim às exigências de mensuração contidas no IAS 41 / CPC 46 – Mensuração do Valor Justo.

2.6.2. Normas e interpretações revisadas e não adotadas pela ITAÚSA e suas controladas

As normas abaixo já foram emitidas, contudo, ainda não encontram-se vigentes em 31 de dezembro de 2022. A ITAÚSA e suas controladas não estimam impactos significativos em suas Demonstrações Contábeis quando da sua adoção.

Normas aplicáveis após 1º de janeiro de 2023:

- Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (Divulgação de políticas contábeis)
- Alterações à IAS 12 / CPC 32 – Tributos sobre o lucro
- Alterações à IAS 8 / CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

Normas aplicáveis após 1º de janeiro de 2024:

- Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (Classificação de passivos entre Circulante e Não circulante)

Norma cuja data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB:

- Alterações à IFRS 10 / CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 / CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento controlado em conjunto

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros

São reconhecidos na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

São baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, quando há certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou do título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.1.1. Ativos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são classificados e mensurados por meio: (i) da avaliação do modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) das características do seu fluxo de caixa contratual. As mensurações podem ser as seguintes:

- **Custo amortizado:** São aqueles cuja característica de fluxo de caixa corresponde, unicamente, ao pagamento de principal e juros e que sejam geridos em um modelo de negócios para obtenção dos fluxos de caixa contratuais do instrumento. São reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros.
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** São aqueles cuja característica de fluxo de caixa também corresponda ao pagamento de principal e juros, contudo, são geridos em um modelo de negócios que envolva a obtenção de fluxos de caixa tanto pela manutenção contratual, quanto pela venda do ativo. São reconhecidos em contrapartida dos "Outros resultados abrangentes" no Patrimônio líquido.
- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** São aqueles cuja característica de fluxo de caixa não corresponda somente ao pagamento de principal e juros ou que sejam geridos em um modelo de negócios para venda no curto prazo. São reconhecidos em contrapartida do Resultado.

A ITAÚSA e suas controladas avaliam periodicamente a necessidade de reconhecimento de perdas ao valor recuperável (*impairment*) para todos os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Para fins de determinação da perda por *impairment* são considerados diversos elementos, tais como a situação creditícia de cada ativo financeiro, a análise da conjuntura econômica ou setorial e o histórico de perdas reconhecidas em períodos anteriores.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros, reconhecido em contrapartida do Resultado. Se um ativo financeiro tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a taxa efetiva de juros atualizada determinada de acordo com o contrato.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida pode ser revertida caso haja uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

3.1.2. Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A ITAÚSA e suas controladas também poderão classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) se desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração.

3.1.3. Derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que: (i) seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro; (ii) não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares; e (iii) sempre será liquidado em data futura. Somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

São reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no Resultado, exceto quando o derivativo for classificado como proteção de fluxo de caixa, sendo os ganhos e perdas da parcela efetiva registrados em "Outros resultados abrangentes" no Patrimônio líquido.

Os instrumentos financeiros derivativos são mantidos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. A ITAÚSA e suas controladas não realizam a contratação de derivativos de caráter especulativo. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

3.1.4. Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação, baseadas em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração e as condições de mercado existentes na data das Demonstrações Contábeis. As técnicas de avaliação incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da ITAÚSA e suas controladas.

A ITAÚSA e suas controladas classificam as mensurações de valor justo utilizando a hierarquia de valor justo, que reflete a significância dos dados utilizados no processo de mensuração, conforme demonstrado abaixo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, mas que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- Nível 3: preços baseados em variáveis não observáveis no mercado sendo, geralmente, obtidos internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A ITAÚSA e suas controladas entendem que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado, no entanto, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

3.2. Caixa e Equivalentes de caixa

Correspondem a recursos utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo e incluem o caixa em espécie, contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com liquidez imediata, prazo de resgate igual ou inferior a três meses e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. O caixa em espécie e as contas bancárias estão reconhecidos pelo custo amortizado. Já as aplicações financeiras estão reconhecidas pelo montante aplicado acrescidos dos rendimentos auferidos e não apresentam diferença significativa em relação ao seu valor de mercado, correspondendo assim ao seu valor justo.

3.3. Clientes

Correspondem aos valores a receber no decurso normal das atividades das controladas. São registradas, inicialmente, pelo valor justo da contraprestação a ser recebida acrescidas, quando aplicável, de variação cambial. Posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado e deduzidas das Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). Referem-se, na sua totalidade, a operações de curto prazo e assim não são ajustadas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas Demonstrações Contábeis. Estima-se que o valor justo destas contas a receber seja substancialmente similar ao seu valor contábil.

A PECLD é constituída com base em análise individual dos valores a receber considerando, principalmente: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) o desaparecimento de um mercado ativo para determinado ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; e (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados.

Uma vez que os recebíveis não possuem componente de financiamento significativo, com base em uma abordagem simplificada, a PECLD é registrada sobre toda a vida do recebível realizando a aplicação de um percentual calculado a partir de estudo histórico de inadimplência segregados por parâmetros de: (i) segmento; (ii) data de faturamento; e (iii) data de vencimento.

A matriz de risco será revisada anualmente, no entanto, o estudo poderá ser reavaliado caso a PECLD se comporte diferente do resultado esperado.

A PECLD é constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. As recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na rubrica "Outras Receitas e Despesas", na Demonstração do Resultado.

3.4. Estoques

Estão mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo corresponde ao custo médio de aquisição ou de produção, avaliado com base na média ponderada móvel, o qual não excede aos valores de reposição ou de realização. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

A controlada Dexco possui política para constituição de provisão para perdas no estoque de baixa rotatividade ou obsoletos. A Administração considera que foram constituídas provisões para perda nos estoques em montantes suficientes.

3.5. Ativos Biológicos

As reservas florestais são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita. Para plantações imaturas (até um ano de vida para florestas de Eucalipto e quatro anos para florestas de Pinus), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo. A avaliação dos ativos biológicos é feita trimestralmente, ou na medida em que são concluídos inventários rotativos, sendo os ganhos ou perdas decorrentes do reconhecimento do valor justo reconhecidos na Demonstração de Resultado na rubrica de "Custo dos produtos e serviços". A exaustão, também apropriada na rubrica de "Custo dos produtos e serviços", é proveniente dos ativos colhidos no exercício e é formada pela parcela do custo de formação e da parcela referente ao diferencial do valor justo.

Foram adotadas diversas estimativas para avaliar as reservas florestais de acordo com a metodologia estabelecida pelo CPC 29 / IAS 41 – "Ativo biológico e produto agrícola". Essas estimativas foram baseadas em referências de mercado, as quais estão sujeitas a mudanças de cenário que poderão impactar as Demonstrações Contábeis. As metodologias utilizadas para avaliar o valor justo de ativos biológicos e uma análise de sensibilidade dos mesmos estão detalhadas na nota 12.

3.6. Investimentos

São representados por investimentos em empresas controladas, coligadas e controladas em conjunto, em decorrência da participação acionária da ITAÚSA nestas empresas. São reconhecidos, inicialmente, ao custo de aquisição e avaliados, subsequentemente, pelo método de equivalência patrimonial. Adicionalmente, estes investimentos incluem o montante de ágio (*goodwill*) identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

Anualmente, a ITAÚSA avalia se há evidência objetiva de que o investimento nas controladas, coligadas e controladas em conjunto sofreu perda por desvalorização. Se assim for, a ITAÚSA calcula o montante da perda por desvalorização e reconhece o montante na Demonstração do Resultado.

A ITAÚSA não reconhece perdas adicionais em seus Investimentos em montante superior à sua participação acionária, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome das investidas.

3.6.1. Investimentos em controladas

Os investimentos em controladas são aqueles em que a ITAÚSA está exposta ou possui direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida além de possuir a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido.

Esses investimentos são consolidados integralmente para fins de apresentação das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

3.6.2. Investimentos em coligadas e controladas em conjunto

Coligadas são as investidas nas quais o investidor tem influência significativa, porém, não detém o controle.

Controladas em conjunto são as investidas as quais a ITAÚSA e um ou mais investidores mantêm o controle compartilhado das atividades operacionais e financeiras da entidade. Podem ser classificados como operações em conjunto ou *joint ventures*, dependendo dos direitos e das obrigações contratuais dos investidores.

A participação da ITAÚSA nos lucros ou prejuízos de suas controladas em conjunto e coligadas é reconhecida na rubrica "Resultado de participações societárias" na Demonstração do Resultado. Já a participação nas movimentações do Patrimônio Líquido das controladas em conjunto e coligadas também são reconhecidas em rubricas equivalentes do Patrimônio Líquido da ITAÚSA.

3.6.3. Combinação de negócios

A combinação de negócios é o método utilizado para o reconhecimento de aquisições de investimentos, cuja característica é definida como um conjunto integrado de atividades e de ativos conduzidos e administrados com o propósito de fornecer retorno aos investidores, redução de custos ou ainda outros benefícios econômicos.

O referido método requer que os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos sejam mensurados pelo seu valor justo. Na empresa adquirente, a diferença entre o valor pago e o valor de livros do patrimônio líquido da empresa adquirida é reconhecida na rubrica de Investimento segregado em: (i) mais valia, quando o fundamento econômico está relacionado, substancialmente, ao valor justo dos ativos líquidos da adquirida; e (ii) ágio (*goodwill*), quando o montante pago supera o valor justo dos ativos líquidos e representa a expectativa de geração de valor no futuro.

Na combinação de negócios de empresas controladas, os ágios (*goodwill*) são classificados na rubrica de "Investimentos" nas Demonstrações Contábeis Individuais e classificadas na rubrica de "Intangível" nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Se o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Os custos diretamente atribuíveis à aquisição deverão ser alocados diretamente ao resultado na medida em que são incorridos.

3.7. Imobilizado

Estão demonstrados pelo seu custo de aquisição, formação ou construção acrescidos de quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de formação/construção.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros e que possam ser mensurados com segurança.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são reconhecidos no resultado na rubrica "Outras receitas e despesas".

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. Os terrenos não são depreciados. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada item. As estimativas de vida útil dos respectivos itens são revisadas ao final de cada exercício.

3.8. Intangível

Compreende bens incorpóreos e são reconhecidos quando: (i) provém de direitos legais ou contratuais; (ii) seu custo pode ser mensurável confiavelmente; e (iii) é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundo do seu uso.

Referem-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente e podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Os intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados, no mínimo, anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável, ou quando houver indícios de perdas.

3.8.1. Softwares

As licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. São amortizadas durante sua vida útil estimável com base no método linear.

3.8.2. Marcas e patentes

As marcas registradas e licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Não são amortizados, uma vez que possuem vida útil indefinida.

3.8.3. Carteira de clientes

É reconhecida apenas em uma combinação de negócios, pelo valor justo na data da aquisição. As relações com clientes têm vida útil definida e, portanto, são amortizadas. A amortização é calculada utilizando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

3.8.4. Ágio (*Goodwill*)

Conforme descrito na nota 3.6.3, o ágio representa o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente ou quando existe indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

3.9. Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros – Investimento, Imobilizado e Intangível

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso é calculado por meio de metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, condições de mercado e os riscos de negócio.

Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa).

Os ativos com vida útil definida, aqueles sujeitos à depreciação ou amortização, são avaliados apenas se existirem evidências objetivas (eventos ou mudanças de circunstâncias) de que o valor contábil pode não ser recuperável. Nesse sentido são considerados os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos.

Para os ativos de vida útil indefinida a ITAÚSA e suas controladas realizam a avaliação do valor recuperável no mínimo anualmente ou quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis.

Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, uma provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida pode ser revertida, com exceção da perda por redução ao valor recuperável do ágio, caso haja uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

3.10. Imposto de renda e Contribuição social

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são apurados conforme a legislação tributária vigente pertinente a cada tributo. Sobre o lucro tributável incide as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o excedente de R\$240 mil, para o IRPJ e 9% para a CSLL. Eventuais alterações na legislação fiscal relacionadas com as alíquotas tributárias são reconhecidas no exercício em que entram em vigor.

São reconhecidos na Demonstração do Resultado, na rubrica "Tributos sobre o Lucro", exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no Patrimônio líquido ou no Resultado abrangente.

O IRPJ e a CSLL correntes são apresentados líquidos no Balanço Patrimonial, por entidade contribuinte, e se aproximam dos montantes a serem pagos ou recuperados, podendo estar segregados entre Circulante e Não circulante conforme a expectativa de compensação/liquidação. Com relação ao IRPJ e CSLL diferidos são reconhecidos sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias sobre as bases fiscais dos ativos e passivos, somente na proporção da probabilidade de apuração de lucro tributável futuro e possibilidade de utilização das diferenças temporárias realizadas, e estão apresentados no não circulante pelo seu montante líquido quando há o direito legal e a intenção de compensá-los, em geral, com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

Na determinação dos tributos diferidos, a ITAÚSA e suas controladas avaliam o impacto das incertezas nas posições fiscais tomadas. Esta avaliação baseia-se em estimativas e premissas e envolvem uma série de julgamentos sobre eventos futuros, tais como projeções econômico-financeiras, cenários macroeconômicos e a legislação fiscal pertinente. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levaria a ITAÚSA e suas controladas a mudar seu julgamento com relação aos tributos já reconhecidos, reconhecendo estes impactos no exercício em que foram realizadas.

3.11. Benefícios a empregados (Planos de previdência privada e Planos de assistência médica)

A ITAÚSA e suas controladas patrocinam planos de previdência privada e de assistência médica a seus empregados com as características de benefício definido e contribuição definida.

3.11.1. Planos de benefício definido

A ITAÚSA e suas controladas reconhecem as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação, na data da Demonstração Contábil, é maior que o valor justo dos ativos do plano. O valor presente dos compromissos é apurado com base em avaliação atuarial, elaborada anualmente por atuários independentes, com base no Método do Crédito Unitário Projetado. O ativo líquido é composto, substancialmente, pelos investimentos que compõem a carteira do plano de benefícios, que são avaliados pelo seu valor justo.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefício definido são reconhecidos diretamente no Patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial". Os custos com serviços passados e os juros sobre o déficit/superávit atuarial são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrem.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, em contrapartida do resultado, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano, conforme legislação vigente e regulamento do plano.

A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano é paritária entre as patrocinadoras e os participantes.

3.11.2. Plano de contribuição definida

As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que essas contribuições levarem a uma redução efetiva dos pagamentos futuros.

3.12. Plano de remuneração baseado em ações

A controlada Dexco oferecia aos executivos plano de remuneração com base em ações (*Stock Options*), substituído em 2020 pelo ILP (Incentivos de Longo Prazo). Em ambos os planos o valor justo das ações a serem entregues aos executivos é reconhecido como despesa em contrapartida ao Patrimônio líquido, durante o exercício no qual os serviços dos executivos são prestados e o direito é adquirido. O plano será liquidado exclusivamente com a entrega de ações.

O valor justo das opções outorgadas no *stock options* é calculado na data da outorga das opções utilizando modelos de precificação de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Ao término de cada exercício são revisadas as estimativas da quantidade de ações que espera que sejam emitidas, com base nas condições de aquisição de direitos.

3.13. Empréstimos e Debêntures

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado, ou seja, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido utilizando o método da taxa de juros efetiva. Determinados empréstimos, que possuem instrumentos derivativos de proteção, poderão ser avaliados ao seu valor justo.

Os custos dos empréstimos e debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Quando não relacionado a ativo qualificável, os custos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

3.14. Provisões e Ativos e Passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, que seja provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. São mensuradas pela melhor estimativa do valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação e que reflitam seus riscos específicos. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

A avaliação da probabilidade de perda, por parte dos consultores jurídicos da ITAÚSA e suas controladas, inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. As estimativas e premissas utilizadas no registro das provisões são revisadas periodicamente.

Os passivos contingentes, avaliados como de risco de perda possível ou remoto, não são provisionados, sendo divulgados em nota explicativa somente os valores classificados como possível.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e quando da confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são divulgados nas notas explicativas.

As atualizações das provisões, bem como as atualizações dos depósitos judiciais efetuados para garantia dos processos em discussão, são apropriadas no Resultado financeiro conforme previsão contratual ou por índice previsto em legislação.

3.15 Capital social e Ações em tesouraria

3.15.1. Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis para sua emissão.

3.15.2. Ações em tesouraria

A recompra de ações próprias são reconhecidas ao custo médio de aquisição e classificadas como dedução no Patrimônio líquido na rubrica de "Ações em Tesouraria". Quando estas ações são disponibilizadas para a alienação, a baixa é realizada pelo custo médio e o ganho ou perda são reconhecidos na rubrica de "Reservas de lucros". O cancelamento de ações em tesouraria é reconhecido como uma redução também na rubrica de "Reservas de lucros", pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

3.16. Dividendos e Juros sobre o capital próprio - JCP

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano, ajustados na forma prevista no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, por meio de pagamentos trimestrais, ou com intervalos menores, no decorrer do próprio exercício e até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as respectivas Demonstrações Contábeis. Os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social são reconhecidos como passivo, líquidos dos pagamentos já realizados, em contrapartida do Patrimônio líquido. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral.

O dividendo mínimo obrigatório poderá ser pago em quatro parcelas ou mais, no mínimo trimestralmente, ou com intervalos menores. Na antecipação trimestral é utilizada a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês subsequente.

O Conselho de Administração poderá deliberar o pagamento de JCP. Para fins de atendimento às normas fiscais, são reconhecidos em contrapartida à rubrica de "Despesas financeiras". Para fins de preparação das referidas Demonstrações Contábeis, são revertidos do resultado em contrapartida do Patrimônio líquido e imputados ao saldo dos dividendos do exercício.

Os dividendos a receber das controladas, coligadas e controladas em conjunto são reconhecidos como ativo nas Demonstrações Contábeis quando da deliberação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral das mesmas, em contrapartida da rubrica de "Investimentos".

Para o JCP a receber, quando deliberado pelo Conselho de Administração das controladas, coligadas e controladas em conjunto, os mesmos são inicialmente registrados na rubrica de "Receitas financeiras", para fins fiscais, e, concomitantemente, revertidos dessa rubrica em contrapartida da rubrica de "Investimentos".

Os dividendos e JCP deliberados pelas investidas classificadas como "Títulos e Valores Mobiliários" são registrados em contrapartida do resultado do exercício na rubrica de "Outras receitas".

3.17. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante cada exercício. O lucro diluído por ação é calculado pelos mesmos indicadores ajustados por instrumentos potencialmente conversíveis em ações e com efeito diluidor.

3.18. Receitas

Compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da ITAÚSA e suas controladas. Está apresentada líquida dos impostos, das devoluções, descontos, bonificações e abatimentos concedidos, bem como das eliminações de venda entre empresas do grupo.

São reconhecidas quando o valor for mensurado com segurança e que seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos, para cada tipo de receita, tiverem sido atendidos.

3.18.1. Receita de venda de produtos e serviços

São reconhecidas no resultado quando todas as obrigações de desempenho são satisfeitas, ou seja, quando da entrega dos produtos ou da prestação de serviços, bem como pela transferência dos riscos e benefícios ao comprador/tomador, caracterizando, substancialmente, o reconhecimento da receita em um período específico de tempo. As controladas atuam como a parte principal dos contratos com os clientes, sendo que as receitas não possuem componente de financiamento significativo.

A Receita líquida consolidada é composta, em sua totalidade, pela controlada Dexco. Para mais detalhes sobre seus segmentos de negócio e os produtos e serviços comercializados, vide nota 31 "Informações por segmento".

3.18.2. Receita financeira

São reconhecidas pelo regime de competência, utilizando o método da taxa de juros efetiva, e são representadas, principalmente, por rendimentos sobre aplicações financeiras, atualizações monetárias e descontos obtidos.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

4.1. Instrumentos financeiros

A ITAÚSA e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e de controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade.

4.1.1. Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros:

Nota	Níveis	Controladora				Consolidado			
		31/12/2022		31/12/2021		31/12/2022		31/12/2021	
		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Ativos financeiros									
Valor justo por meio do resultado									
No reconhecimento inicial ou subsequente									
	5								
Caixa e Equivalentes de caixa									
Aplicações financeiras	2	2.642	2.642	2.398	2.398	4.307	4.307	3.682	3.682
Títulos e valores mobiliários	6								
Ações	3	2.005	2.005	1.516	1.516	2.005	2.005	1.516	1.516
Fundo de Corporate Venture Capital	2	-	-	-	-	50	50	40	40
Outros ativos	11								
Derivativos a receber	2	-	-	-	-	33	33	14	14
		4.647	4.647	3.914	3.914	6.395	6.395	5.252	5.252
Custo amortizado									
Caixa e Equivalentes de caixa	5								
Caixa e Bancos	2	-	-	-	-	165	165	194	194
Clientes	7	2	-	-	-	1.425	1.425	1.430	1.430
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	9	2	1.694	1.694	949	949	1.631	1.631	949
Depósitos judiciais	2	2	32	32	31	31	148	148	120
Outros ativos	11	2	11	11	29	29	281	281	391
		1.737	1.737	1.009	1.009	3.650	3.650	3.084	3.084
Total de Ativos financeiros		6.384	6.384	4.923	4.923	10.045	10.045	8.336	8.336

Nota	Níveis	Controladora				Consolidado			
		31/12/2022		31/12/2021		31/12/2022		31/12/2021	
		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Passivos financeiros									
Valor justo por meio do resultado									
No reconhecimento inicial ou subsequente									
Empréstimos e financiamentos	19	2	-	-	-	-	-	75	75
Outros passivos	11								
Derivativos a pagar	2	-	-	-	-	243	243	5	5
		-	-	-	-	243	243	80	80
Custo amortizado									
Fornecedores	18	2	6	6	19	19	1.243	1.243	1.674
Obrigações com pessoal	2	2	54	54	42	42	259	259	269
Empréstimos e financiamentos	19	2	-	-	-	-	4.381	4.381	2.583
Debêntures	20	2	6.840	6.447	5.406	5.015	8.059	7.666	6.617
Arrendamentos	14	2	5	5	8	8	607	607	404
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	22.5.2	2	1.968	1.968	1.882	1.882	2.111	2.111	1.885
Outros passivos	11	2	23	23	-	-	745	745	877
		8.896	8.503	7.357	6.966	17.405	17.012	14.309	13.918
Total de Passivos financeiros		8.896	8.503	7.357	6.966	17.648	17.255	14.389	13.998

4.1.2. Valor justo dos instrumentos financeiros

Para apuração do valor justo, a ITAÚSA e suas controladas projetam os fluxos de caixa descontados dos instrumentos financeiros até o término das operações, seguindo as regras contratuais, considerando também o risco de crédito próprio, de acordo com o CPC 46 / IFRS 13 – Mensuração do valor justo. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares, assim como pela alteração diária das taxas de juros futuros negociadas na B3.

As operações com instrumentos financeiros que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato de que estes instrumentos financeiros possuem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

A Administração elegeu designar determinados empréstimos e financiamentos como passivos a valor justo por meio do resultado. A adoção do valor justo justifica-se por uma necessidade de evitar o descasamento contábil entre o instrumento de dívida e o instrumento de proteção contratado que também é mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros relevantes, que diferem do valor contábil ou que são mensuradas a valor justo subsequentemente, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

- Títulos e valores mobiliários (nível de hierarquia 2): mensurados considerando os fluxos futuros de recebimentos, descontados a valor presente por taxas de juros obtidas das curvas de juros de mercado.
- Outros ativos e Outros passivos (Derivativos): (i) os valores justos dos contratos de taxas de juros são calculados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado; e (ii) os valores justos dos contratos em moeda estrangeira é determinado com base nas taxas de câmbio futuras descontadas a valor presente.
- Debêntures e Empréstimos e financiamentos: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Adicionalmente, na rubrica de Títulos e valores mobiliários encontra-se registrada a participação societária de 8,5% na NTS (Nota 6.1), mensurada a valor justo por meio do resultado e cujo nível de hierarquia é 3. O valor justo do investimento é calculado com base no fluxo de caixa futuro correspondente à ITAÚSA descontado a valor presente à taxa que corresponde ao custo de capital próprio que, em 31 de dezembro de 2022, corresponde à 14,5% (13,6% em 31 de dezembro de 2021). As premissas consideradas para o cálculo do custo do capital próprio levam em consideração: (i) risco país; (ii) taxa livre de risco de títulos do tesouro americano (com vencimento em 10 anos); (iii) prêmio de risco de mercado; (iv) beta considerando empresas com modelo de negócio semelhantes; e (v) diferencial de inflação entre mercado externo (Estados Unidos) e interno.

4.1.3. Derivativos

Os derivativos têm como finalidade mitigar a exposição a indexadores de taxas juros e/ou a exposição cambial de contratos de empréstimos e financiamentos.

Nas operações com derivativos não existem verificações, liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo todos os contratos liquidados em seus vencimentos e mensurados ao valor justo, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 apenas a controlada Dexco apresenta operações com derivativos.

Segue abaixo os tipos de contratos vigentes:

- *Hedge* de fluxo de caixa: nestes contratos, a parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos e outros instrumentos de *hedge* qualificáveis, é reconhecida no Patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes", limitada à variação acumulada do valor justo do item objeto de *hedge* desde o início do *hedge*. O ganho ou a perda relacionada à parcela não efetiva é reconhecido imediatamente no Resultado. A Dexco e suas controladas possuem 9 contratos, cujos vencimentos vão até fevereiro de 2038, com as seguintes características:

- (i) 3 contratos, com valor nocional agregado de R\$697, trocando taxas em IPCA + taxa pré-fixada (ponta ativa) por uma posição passiva média em 96,25% do CDI;
- (ii) 2 contrato de valor nocional de US\$150 milhões com posição ativa em dólar + taxa pré-fixada e posição passiva média em reais + CDI 1,4% a.a.;
- (iii) 3 contratos, com valor nocional agregado de R\$400, trocando taxas em IPCA + taxa pré-fixada (ponta ativa) por uma posição passiva média em 107,97% do CDI;
- (iv) 1 contrato, com valor nocional de R\$200, trocando taxas em IPCA + taxa pré-fixada (ponta ativa) por uma posição passiva em 108,65% do CDI.

Segue abaixo o quadro contendo as principais informações a respeito dos derivativos:

Derivativo	Posição	Consolidado					
		Notional (R\$)		Valor justo		Saldos em	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Hedge de Fluxo de Caixa							
IPCA + Pré	Ativa	1.297	510	1.274	511	(74)	2
CDI	Passiva	(1.297)	(510)	(1.348)	(509)	-	-
US\$ + Pré	Ativa	835	-	770	-	(136)	-
R\$ + CDI+	Passiva	(835)	-	(906)	-	-	-
Swaps							
IPCA + Pré	Ativa	-	73	-	74	-	(1)
CDI	Passiva	-	(73)	-	(75)	-	-
NDF							
R\$ x US\$		-	144	-	146	-	8
Total						(210)	9
Outros ativos (Circulante)						-	14
Outros ativos (Não circulante)						33	-
Outros passivos (Circulante)						148	-
Outros passivos (Não circulante)						95	5

Em 31 de dezembro de 2022 foram realizados testes de eficácia que demonstraram que o programa de contabilidade de *hedge* implementado é efetivo. Os testes consideraram a relação econômica a partir da análise do *hedge* ratio, o efeito do risco de crédito envolvido no instrumento e objeto de *hedge* e a avaliação dos termos críticos.

4.2. Gerenciamento de riscos

Pelo fato dos resultados da ITAÚSA estarem diretamente atrelados às operações, às atividades e aos resultados de suas investidas, a ITAÚSA está exposta, essencialmente, aos riscos das empresas de seu portfólio.

Por meio de sua alta administração, a ITAÚSA participa nos conselhos de administração e comitês de assessoramento das empresas investidas, além da presença de membros independentes com experiência nos respectivos mercados de atuação, sempre estimulando boas práticas de gerenciamento de riscos e compliance, incluindo, a integridade. Como exemplos dessa atuação, os membros da ITAÚSA participam: (i) no Comitê de Gestão de Riscos e Capital do Itaú Unibanco; (ii) no Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos da Dexco; (iii) no Comitê de Auditoria Estatutário da Alpargatas; (iv) no Comitê de Auditoria, Riscos e Integridade da Aegea; e (v) no Comitê de Auditoria da Copa Energia e da XP.

A ITAÚSA segue as diretrizes constantes em sua Política de Gerenciamento de Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração, onde são definidas: (i) as principais diretrizes na gestão e no controle de riscos, em linha com o apetite a riscos estabelecido pelo Conselho de Administração; (ii) as metodologias do processo de gerenciamento de riscos; (iii) as diretrizes e orientações à área de *Compliance* e Riscos Corporativos na implementação do programa de integridade; e (iv) as revisões dos normativos da ITAÚSA, submetendo-os, quando necessário, à avaliação e à aprovação do Conselho de Administração.

A ITAÚSA possui um Comitê de Sustentabilidade e Riscos que tem como principais objetivos: (i) assessorar na gestão de riscos, incluindo proposta de apetite e tolerância; (ii) rever e propor priorização de riscos e planos de resposta; e (iii) manifestar-se sobre a avaliação da aderência normativa, do Programa de Integridade e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos.

4.2.1. Riscos de mercado

Os riscos de mercado envolvem, principalmente, a possibilidade de oscilação nas taxas de juros e taxas de câmbio. Estes riscos podem resultar em redução dos valores dos ativos ou aumento de seus passivos em função das taxas negociadas no mercado.

Em relação aos riscos de taxa de câmbio, a controlada Dexco possui uma Política de Endividamento que estabelece o montante máximo denominado em moeda estrangeira que pode estar exposta a variações da taxa de câmbio. Em função dos procedimentos de gerenciamento de riscos, são realizadas pela Administração avaliações periódicas das exposições cambiais, com o objetivo de mitigá-las, além de manter mecanismos de *hedge* que visam proteger grande parte de sua exposição cambial.

Em relação aos riscos de taxas de juros são aqueles que podem fazer com que a ITAÚSA e suas controladas sofram perdas econômicas devido a alterações adversas nessas taxas. Esse risco é monitorado continuamente pela Administração com o objetivo de se avaliar eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para se proteger contra a volatilidade destas taxas. Em relação às aplicações financeiras, os rendimentos estão indexados à variação do CDI e com resgate garantido pelos bancos emissores, de acordo com as taxas contratadas nos casos de aplicações em CDB's, ou pelo valor da quota no dia de resgate para os fundos de investimento.

4.2.1.1. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar como as companhias podem ser impactadas pelas mudanças das variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro representativo. Não obstante, a liquidação destas transações poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade utilizada na preparação dessas análises.

As informações demonstradas no quadro abaixo mensuram, com base na exposição dos saldos contábeis de 31 de dezembro de 2022, os possíveis impactos nos resultados da ITAÚSA e das suas controladas em função da variação de cada risco destacado para os próximos 12 meses ou, caso inferior, até data de vencimento destas operações. As taxas projetadas foram definidas por meio de premissas disponíveis no mercado (B3 e Boletim Focus – Banco Central do Brasil).

Controladora

	Indexador/ Moeda	Risco	Taxas projetadas	Cenário Provável
Ativos				
Caixa e Equivalentes de caixa				
Aplicações financeiras	CDI	Redução do CDI	13,47% a.a.	356
Passivos				
Debêntures	CDI	Aumento do CDI	De 13,51% a.a. até 14,94% a.a.	(908)
Total				(552)

Consolidado

	Indexador/ Moeda	Risco	Taxas projetadas	Cenário Provável
Ativos				
Caixa e Equivalentes de caixa				
Aplicações financeiras	CDI	Redução do CDI	De 13,47% a.a. até 13,60% a.a.	525
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	Aumento do CDI	De 13,51% a.a. até 14,94% a.a.	(1.318)
Empréstimos e financiamentos - com <i>Swap</i> (IPCA para CDI)	CDI	Aumento do CDI	13,8% a.a.	(178)
Empréstimos e financiamentos - com <i>Swap</i> (US\$ e Taxa para R\$ e CDI)	CDI	Aumento do CDI	14% a.a.	(124)
Total				(1.095)

4.2.2. Riscos de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da ITAÚSA e suas controladas não realizarem seus direitos. Essa descrição está relacionada, principalmente, às rubricas abaixo, sendo a exposição máxima ao risco de crédito refletida pelos saldos contábeis das mesmas:

(a) Clientes

A controlada Dexco possui política formalizada para a concessão de créditos, com o objetivo de estabelecer os procedimentos a serem seguidos na concessão de crédito em operações comerciais de venda de produtos e serviços, no mercado interno e externo. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais, são procedimentos adotados, a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização das contas a receber.

(b) Caixa e Equivalentes de caixa

A ITAÚSA e suas controladas possuem políticas formalizadas para a gestão de recursos junto às instituições financeiras visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade dos recursos. Os normativos internos determinam que as aplicações financeiras devem ser realizadas em instituições financeiras de primeira linha e sem concentrar recursos em aplicações específicas, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas. A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a ITAÚSA e suas controladas a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

4.2.3. Riscos de liquidez

O risco de liquidez corresponde ao risco da ITAÚSA e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A controlada Dexco possui política de endividamento que tem por objetivo definir os limites e parâmetros de endividamento e recursos disponíveis mínimos, sendo este último representado pelo somatório de determinadas obrigações previstas para os próximos 3 meses.

Adicionalmente, a Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, principalmente, o pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio e outras obrigações assumidas.

A ITAÚSA e suas controladas investem o excesso de caixa escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente em relação às previsões de saída de recursos.

Com o propósito de manter os investimentos em níveis aceitáveis de risco, novos investimentos ou aumentos ou diminuições de participação em investimentos são discutidos em reuniões da Diretoria Executiva, do Comitê de Estratégia e Novos Negócios e do Conselho de Administração da ITAÚSA.

O quadro abaixo demonstra os vencimentos dos passivos financeiros de acordo com os fluxos de caixa não descontados:

	Controladora				Total
	Menos de 1	Entre 1 e 2	Entre 3 e 5	Acima de 5	
	ano	anos	anos	anos	
Debêntures	160	2.910	2.961	416	6.447
Fornecedores	6	-	-	-	6
Obrigações com pessoal	54	-	-	-	54
Arrendamentos	3	2	-	-	5
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	1.968	-	-	-	1.968
Outros débitos	23	-	-	-	23
	2.214	2.912	2.961	416	8.503

	Consolidado				Total
	Menos de 1	Entre 1 e 2	Entre 3 e 5	Acima de 5	
	ano	anos	anos	anos	
Empréstimos e financiamentos	742	1.156	572	1.911	4.381
Debêntures	180	3.510	3.560	416	7.666
Fornecedores	1.243	-	-	-	1.243
Obrigações com pessoal	259	-	-	-	259
Arrendamentos	40	69	76	422	607
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	2.111	-	-	-	2.111
Outros débitos	654	334	-	-	988
	5.229	5.069	4.208	2.749	17.255

A projeção orçamentária, aprovada pela Administração, demonstra capacidade e geração de caixa para cumprimento das obrigações.

4.2.3.1. Cláusulas restritivas (*covenants*)

A controlada Dexco possui determinados contratos de Empréstimos, financiamentos e Debêntures que estão sujeitos a determinadas cláusulas restritivas (*covenants*), de acordo com as práticas usuais de mercado, e que, quando não cumpridas, podem acarretar um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. Segue abaixo a relação de *covenants* financeiros vigentes da controlada:

(a) Empréstimos e financiamentos

- (i) Contrato com a Caixa Econômica Federal (Cédula de Crédito Exportação)
- (ii) Duas operações da Resolução nº 4.131 com o Scotiabank
- (iii) 2ª emissão de notas comerciais

- Dívida líquida / EBITDA (*): menor ou igual a 4,0

(b) Debêntures

- Dívida líquida / EBITDA (*) menor ou igual a 4,0

(*) EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) lucro antes dos juros e impostos (sobre o lucro) depreciação e amortização.

A manutenção dos *covenants* está baseada nas Demonstrações Contábeis da controlada Dexco e, caso a referida obrigação contratual não seja cumprida, a mesma deverá solicitar “*waiver*” dos credores.

Em 31 de dezembro de 2022 todas as obrigações contratuais acima foram atendidas em sua plenitude.

4.3. Gestão de capital

A ITAÚSA e suas controladas fazem a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus acionistas, inclusive pela otimização do custo de capital e controle do nível de endividamento, pelo monitoramento do índice de alavancagem financeira, que corresponde à relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	4.381	2.658
Debêntures	20	6.447	5.015	7.666	6.226
(-) Caixa e Equivalentes de caixa	5	(2.642)	(2.398)	(4.472)	(3.876)
Dívida líquida		3.805	2.617	7.575	5.008
Patrimônio líquido	22	72.797	65.886	76.535	69.508
Índice de alavancagem financeira		5,2%	4,0%	9,9%	7,2%

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e Bancos	-	-	165	194
Aplicações financeiras	2.642	2.398	4.307	3.682
Renda fixa	-	-	11	37
Certificado de Depósitos Bancários - CDB	-	-	1.599	1.193
Fundos de investimento	2.642	2.398	2.697	2.452
Total	2.642	2.398	4.472	3.876

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Notas	Controladora		Consolidado			
		Circulante		Circulante		Não circulante	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Investimentos em ações	6.1	2.005	1.516	2.005	1.516	-	-
Fundo de Corporate Venture Capital	6.2	-	-	-	-	50	40
Total		2.005	1.516	2.005	1.516	50	40

6.1. Investimentos em Ações

	Nota	Controladora e Consolidado		
		NTS (a)	NISA (b)	Total
Saldo em 31/12/2020		1.473	-	1.473
Valor justo		(114)	638	524
Aporte de ações da NTS na NISA (c)		(481)	481	-
Aporte na NISA - Dívida com o FIP (c)		-	(481)	(481)
Saldo em 31/12/2021		878	638	1.516
Valor justo	26	480	9	489
Incorporação da NISA pela NTS (d)		647	(647)	-
Saldo em 31/12/2022		2.005	-	2.005

(a) NTS

Refere-se à participação societária de 8,5% da ITAÚSA no capital social da NTS. Visto que a ITAÚSA não possui influência significativa nas decisões sobre políticas financeiras e operacionais na NTS, o investimento é classificado como um ativo financeiro, conforme CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos financeiros, e mensurado a valor justo por meio do resultado no Resultado financeiro. Para mais informações sobre as premissas utilizadas no cálculo do valor justo, vide nota 4.1.2.

No exercício de 2022 a ITAÚSA registrou dividendos e JCP da NTS, em contrapartida do resultado na rubrica "Outras receitas e despesas", no montante de R\$312 (R\$209 em 2021) (Nota 25).

A Administração monitora periodicamente eventuais riscos de redução ao valor recuperável dos Títulos e valores mobiliários. Considerando a natureza desses ativos e o histórico de perdas, a ITAÚSA não constituiu perdas por redução ao valor recuperável dos referidos ativos.

(b) NISA

Referia-se à participação societária de 8,5% da ITAÚSA no capital social da NISA. Em 30 de abril de 2021 a ITAÚSA, a Nova Infraestrutura Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, gerido pela Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda. ("FIP") e a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras ("Petrobras") concluíram as negociações referentes à venda, pela Petrobras, da totalidade de sua participação de 10% do capital social da NTS.

A aquisição da referida participação foi realizada exclusivamente pela NISA, sociedade integralmente detida pelo FIP e pela ITAÚSA, na proporção de 91,5% e 8,5% de participação do seu capital social, respectivamente.

Para a constituição do capital social da NISA, a ITAÚSA integralizou o montante de R\$0,2, sendo esta participação societária também classificada como um ativo financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado. Com a aquisição, a participação total da ITAÚSA, direta e indiretamente na NTS, passou de 7,65% para 8,5%, não alterando os direitos da ITAÚSA estabelecidos no Acordo de Acionistas da NTS.

(c) Reorganização societária – NISA

Em 16 de dezembro de 2021 a ITAÚSA e o FIP realizaram uma reorganização societária na NISA, resultando nos seguintes aportes:

- parte da participação societária detida na NTS (na mesma proporção entre as acionistas, não havendo mudança de participação societária na NISA); e
- total da dívida em dólar que detinham referente à aquisição inicial da NTS.

Como resultado da reorganização, a NISA passou a deter 42,08% do capital social da NTS, sendo que a participação direta e indireta da ITAÚSA na NTS permaneceu em 8,5%.

(d) Incorporação da NISA pela NTS

Em 12 de abril de 2022 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da NISA pela NTS. Com a efetivação da incorporação, a NISA foi extinta e as participações antes detidas indiretamente por ITAÚSA e FIP na NTS, por meio da NISA, passam a ser detidas por essas companhias diretamente na NTS, totalizando, respectivamente, 8,5% e 91,5% de participação no capital total da NTS, permanecendo sem alterações nos direitos da ITAÚSA estabelecidos no Acordo de Acionistas da NTS.

A incorporação teve como objetivo a racionalização da estrutura societária e a redução de custos e despesas, bem como, era uma obrigação da NISA assumida em suas escrituras de 1ª e 2ª emissão de debêntures simples e no termo de 1ª emissão de notas comerciais escriturais.

6.2. Fundo de Corporate Venture Capital

A controlada Dexco constituiu um fundo de Corporate Venture Capital ("CVC"), denominado DX Ventures Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("DX Ventures"), para investimentos em *start-ups* e *scale-ups*, em múltiplos estágios de investimento, com um primeiro aporte programado de R\$100.

A controlada Dexco é a única cotista deste fundo, contudo, contará com o auxílio da Valetec, empresa gestora de venture capital especializada. Por meio deste fundo, será possível acompanhar as macrotendências de transformação e inovação do setor de construção, reforma e decoração, por meio do desenvolvimento de negócios relevantes no longo prazo.

Até 31 de dezembro de 2022 o montante aportado foi de R\$48 (R\$39 em 31 de dezembro de 2021) que corresponde a um valor justo de R\$50 (R\$40 em 31 de dezembro de 2021).

7. CLIENTES

Consolidado								
31/12/2022								
Vencidos								
	A vencer	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima de 180 dias	(-) PECLD	Saldo líquido
Cientes no país	1.125	44	13	10	12	41	(55)	1.190
Cientes no exterior	143	26	10	3	2	8	(9)	183
Partes relacionadas	51	-	1	-	-	-	-	52
Total	1.319	70	24	13	14	49	(64)	1.425

31/12/2021								
Vencidos								
	A vencer	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima de 180 dias	(-) PECLD	Saldo líquido
Cientes no país	1.078	89	24	12	15	60	(80)	1.198
Cientes no exterior	160	35	10	3	1	5	(5)	209
Partes relacionadas	16	5	2	-	-	-	-	23
Total	1.254	129	36	15	16	65	(85)	1.430

Não há quaisquer ônus reais, garantias prestadas e/ou restrições aos valores de contas a receber de clientes. Nenhum cliente isoladamente representa mais de 10% do contas a receber ou das receitas.

A exposição da ITAÚSA e suas controladas a riscos de créditos relacionados ao contas a receber de clientes são divulgadas na nota 4.2.2.

7.1. Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD

Conforme requerido pelo CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Clientes e, de acordo com a abordagem simplificada, é constituída uma PECLD para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A classificação de risco acontece com base em modelos de agentes externos, tanto para o mercado interno como para o mercado externo, e estão classificados entre "A" e "D", no qual "A" indica os clientes de baixo risco e "D" os clientes de alto risco. A parcela de clientes com PECLD está classificada separadamente.

Classificação	31/12/2022	31/12/2021
A	30%	28%
B	17%	17%
C	49%	49%
D	1%	1%
Clientes com PECLD	3%	5%

Segue abaixo a movimentação da PECLD:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(85)	(84)
Constituições	(17)	(21)
Baixas	38	20
Saldo final	(64)	(85)

8. ESTOQUES

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Produtos acabados	800	576
Matérias-prima	515	563
Produtos em elaboração	215	205
Almoxarifado geral	145	141
Adiantamento a fornecedores	6	14
(-) Perda estimada na realização dos estoques	(76)	(66)
Total	1.605	1.433

A totalidade dos Estoques é proveniente da controlada Dexco. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não havia estoques dados em garantia.

As movimentações das perdas estimadas na realização dos estoques estão demonstradas a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(66)	(58)
Constituições	(88)	(54)
Reversões	26	20
Baixas	51	25
Varição cambial	1	1
Saldo final	(76)	(66)

9. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO A RECEBER

	Controladora									
	Investimentos									
	Controladas		Controladas em conjunto				Coligadas		Títulos e valores mobiliários	
	Dexco	Itautec	Itaú Unibanco	IUPAR	Alpargatas	CCR	Aegea	Copa Energia	NTS	NISA
Saldo em 31/12/2020	34	-	551	400	-	-	-	-	-	985
Dividendos	172	-	259	162	39	-	5	24	203	864
JCP	256	1	922	829	25	-	-	-	6	2.039
Recebimentos	(462)	(1)	(1.239)	(980)	(42)	-	(5)	(1)	(209)	(2.939)
Saldo em 31/12/2021	-	-	493	411	22	-	-	23	-	949
Dividendos	-	57	-	23	-	69	55	18	283	530
JCP	63	3	1.656	1.321	-	-	-	-	3	3.046
Recebimentos	-	(60)	(1.316)	(998)	(22)	(61)	(54)	(9)	(286)	(2.831)
Saldo em 31/12/2022	63	-	833	757	-	8	1	32	-	1.694

	Consolidado								
	Investimentos								
	Controladas em conjunto				Coligadas			Títulos e valores mobiliários	
	Itaú Unibanco	IUPAR	Alpargatas	CCR	Aegea	Copa Energia	NTS	NISA	Total
Saldo em 31/12/2020	551	400	-	-	-	-	-	-	951
Dividendos	259	162	39	-	5	24	203	-	692
JCP	922	829	25	-	-	-	6	-	1.782
Recebimentos	(1.239)	(980)	(42)	-	(5)	(1)	(209)	-	(2.476)
Saldo em 31/12/2021	493	411	22	-	-	23	-	-	949
Dividendos	-	23	-	69	55	18	283	25	473
JCP	1.656	1.321	-	-	-	-	3	-	2.980
Recebimentos	(1.316)	(998)	(22)	(61)	(54)	(9)	(286)	(25)	(2.771)
Saldo em 31/12/2022	833	757	-	8	1	32	-	-	1.631

10. OUTROS TRIBUTOS A COMPENSAR E A RECOLHER

	Controladora		Consolidado			
	Circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Outros tributos a compensar						
ICMS/PIS/COFINS sobre aquisição de imobilizado ⁽¹⁾	-	-	20	16	31	19
PIS e COFINS ⁽²⁾	2	2	7	16	576	792
ICMS E IPI	-	-	53	55	-	-
Outros	-	-	6	6	1	1
Subtotal	2	2	86	93	608	812
(-) Perda estimada na realização de créditos ⁽³⁾	-	-	(7)	(4)	(12)	(11)
Total	2	2	79	89	596	801
Outros tributos a recolher						
PIS e COFINS	178	77	206	84	-	-
ICMS e IPI	-	-	91	51	-	-
Parcelamento de impostos ⁽⁴⁾	-	-	15	15	57	68
INSS	-	-	6	3	-	-
Outros	-	-	28	1	-	-
Total	178	77	346	154	57	68

⁽¹⁾ Refere-se à controlada Dexco: o ICMS e o PIS/COFINS a compensar foram gerados, substancialmente, na aquisição de ativos destinados ao imobilizado para as plantas industriais. Conforme legislações vigentes, as compensações se darão nos prazos de 12 e 24 meses para o PIS e COFINS e 48 meses para o ICMS.

⁽²⁾ Vide nota explicativa 21.3.1

⁽³⁾ Na controlada Itautec, devido a perspectiva de não realização dos tributos federais, estaduais e municipais, a Administração decidiu pelo reconhecimento de perdas.

⁽⁴⁾ Na controlada Dexco, refere-se ao parcelamento de impostos de sua controlada Cecriisa.

11. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

Nota	Controladora				Consolidado				
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Outros ativos									
Despesas antecipadas	7	10	-	5	49	32	-	5	
Ativos de planos de aposentadoria (Plano BD)	30.1.2	-	1	-	6	13	-	5	
Alienação de Imobilizados	-	-	-	-	22	45	3	16	
Alienação de Investimentos	-	-	-	-	-	-	13	13	
Fomento nas operações florestais	-	-	-	-	-	-	12	11	
Adiantamento a funcionários	-	-	-	-	15	10	-	-	
Ativos indenizáveis	-	-	-	-	-	-	18	18	
Retenção de valores na aquisição de empresas	-	-	-	-	2	2	64	48	
Venda de energia elétrica	-	-	-	-	6	4	-	-	
Ativo mantido para venda	-	-	-	-	58	58	-	-	
Acordo - Sobrepreço na compra de cinescópios	11.1	-	-	-	-	82	-	-	
Operações com derivativos	4.1.3	-	-	-	-	14	33	-	
Demais ativos	-	3	13	1	9	29	4	-	
Total		10	24	1	5	167	289	147	116
Outros passivos									
Adiantamento de clientes	-	-	-	-	80	81	12	11	
Lucros a distribuir aos sócios participantes das SCPs ^(*)	-	-	-	-	33	7	-	-	
Aquisição de áreas para reflorestamento	-	-	-	-	72	28	-	-	
Contas a pagar aos sócios participantes das SCP's ^(*)	-	-	-	-	84	84	-	-	
Aquisições de empresas	-	-	-	-	29	28	175	231	
Fretes e seguros a pagar	-	-	-	-	21	66	-	-	
Comissões a pagar	-	-	-	-	18	19	-	-	
Garantias, assistência técnica e manutenção	-	-	-	-	61	98	7	7	
Passivos com <i>Joint operation</i>	-	-	-	-	-	-	-	60	
Vendas para entrega futura	-	-	-	-	38	20	-	-	
Aquisição de fazendas	-	-	-	-	-	-	20	38	
Contraprestação contingente	11.2	23	-	-	23	-	-	-	
Operações com derivativos	4.1.3	-	-	-	148	-	95	5	
Demais passivos	-	-	-	-	47	91	25	8	
Total		23	-	-	654	522	334	360	

(*) SCP – Sociedade em Conta de Participação

11.1. Acordo - Sobrepreço na compra de cinescópios

Em dezembro de 2015, a controlada Itaotec ajuizou ação reparatória na Holanda objetivando o ressarcimento de sobrepreço pago na compra de cinescópios e tubos CRT (“Cathode Ray Tubes”) utilizados pela Itaotec na fabricação de televisores e monitores de computador – CPTs e CDTs – em decorrência da conduta cartelizada, no Brasil e no exterior, pelas respectivas fabricantes, no período entre 1995 e 2007.

Em novembro de 2021, a Itaotec celebrou acordo com as empresas Philips e Technicolor (e suas afiliadas) reconhecendo no resultado na rubrica “Outras Receitas e Despesas” o montante de R\$82 (não descontados os demais custos relacionados ao processo e tributos incidentes). O recebimento do valor estava sujeito à homologação pelo juiz da exclusão das empresas do polo passivo do processo, o que ocorreu em janeiro de 2022, resultando no recebimento efetivo de R\$79.

Em outubro de 2022, a Corte da Holanda julgou o mérito da ação de forma favorável para a Itaotec, sendo o *quantum* indenizatório a ser apurado em sede de perícia.

11.2. Contraprestação contingente

Refere-se à contraprestação contingente originada no processo de aquisição da coligada Aegea, conforme mencionado na nota 15.2.4.1, a ser pago ao alienante Saneamento 100% Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, no valor original de R\$21, corrigido pela variação do CDI a partir da data de fechamento da operação até a data do seu efetivo pagamento, previsto para ocorrer até julho de 2023. Deste montante, poderão ser deduzidas eventuais perdas incorridas e indenizáveis pelo alienante.

12. ATIVOS BIOLÓGICOS

As controladas indiretas Dexco Colombia S.A., Duratex Florestal Ltda. e Caetex Florestal S.A. detêm reservas florestais de eucalipto que são utilizadas, preponderantemente, como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e, complementarmente, para venda a terceiros.

As reservas florestais funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço da madeira. Trata-se de uma operação sustentável e integrada aos seus complexos industriais que, aliada a uma rede de abastecimento, proporciona elevado grau de autossuficiência no suprimento de madeira.

Em 31 de dezembro de 2022 as empresas possuíam, aproximadamente, 104,0 mil hectares em áreas de efetivo plantio (101,4 mil hectares em 31 de dezembro de 2021) que são cultivadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Alagoas e na Colômbia.

As florestas estão desoneradas de qualquer ônus ou garantias a terceiros, inclusive instituições financeiras. Adicionalmente, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita.

O saldo dos ativos biológicos é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Custo de formação dos ativos biológicos	1.159	939
Diferencial entre o custo de formação e o valor justo	758	330
Total	1.917	1.269

A movimentação do exercício é a seguinte:

	Nota	Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial		1.269	1.143
Varição no valor justo			
Preço/Volume	24	598	129
Exaustão		(170)	(116)
Varição no custo de formação			
Custos com o plantio		466	302
Exaustão		(246)	(189)
Saldo final		1.917	1.269

12.1. Valor justo e análise de sensibilidade

O valor justo é determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para florestas de eucalipto com até um ano de vida, que são mantidas ao custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo.

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As principais premissas utilizadas foram:

- Fluxo de caixa descontado: volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio, mensurados a valor presente pela taxa de desconto em 31 de dezembro de 2022 de 8,4% a.a. (7,12% em 31 de dezembro de 2021) que corresponde ao custo médio ponderado de capital da controlada Dexco, o qual é revisado anualmente pela sua Administração.

- Preços da madeira: são obtidos em R\$/metro cúbico por meio de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos da controlada Dexco, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos.
- Diferenciação: os volumes de colheita foram segregados e valorados conforme espécie: (i) pinus e eucalipto, (ii) região; e (iii) destinação (serraria e processo).
- Volumes: estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o eucalipto e 12º ano para o pinus), com base na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira que são estimados por meio de inventários rotativos realizados por técnicos especialistas a partir do segundo ano de vida das florestas e seus efeitos incorporados nas Demonstrações Contábeis.

Dentre as variáveis que afetam o cálculo do valor justo dos ativos biológicos, destacam-se a variação no preço da madeira e a taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa.

O preço médio em 31 de dezembro de 2022 era de R\$86,12/m³ (R\$53,22/m³ em 31 de dezembro de 2021). Aumentos no preço acarretam aumento no valor justo das florestas, sendo que, a cada 5% de variação no preço, o impacto sobre o valor justo das florestas seria da ordem de R\$81 (R\$56 em 31 de dezembro de 2021).

Em relação à taxa de desconto, aumentos na taxa acarretam queda no valor justo da floresta, sendo que, a cada 0,5% a.a. de variação na taxa, o valor justo seria afetado em cerca de R\$7 (R\$7 em 31 de dezembro de 2021).

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O saldo e a movimentação do Imposto de renda e Contribuição social diferidos estão apresentados a seguir:

	Controladora						
	31/12/2020	Constituição	Realização/ Reversão	31/12/2021	Constituição	Realização/ Reversão	31/12/2022
Ativos							
Reconhecidos no Resultado							
Prejuízo fiscal e Base negativa de Contribuição social	382	245	(6)	621	22	-	643
Diferenças temporárias	534	314	(22)	826	40	(244)	622
Contingências	505	186	-	691	38	(127)	602
Juros sobre capital próprio	-	112	-	112	-	(112)	-
Outros	29	16	(22)	23	2	(5)	20
Total ^(*)	916	559	(28)	1.447	62	(244)	1.265
Passivos							
Reconhecidos no Resultado							
Diferenças temporárias	(243)	(247)	-	(490)	(168)	100	(558)
Valor justo de instrumentos financeiros	(236)	(212)	-	(448)	(166)	81	(533)
Outros	(7)	(35)	-	(42)	(2)	19	(25)
Total ^(*)	(243)	(247)	-	(490)	(168)	100	(558)

^(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados pela entidade tributável, totalizando no ativo diferido em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$707 (R\$957 em 31 de dezembro de 2021).

Consolidado

	Realização/		Realização/		Realização/		
	31/12/2020	Constituição	Reversão	31/12/2021	Constituição	Reversão	31/12/2022
Ativos							
Reconhecidos no Resultado							
Prejuízo fiscal e Base negativa de Contribuição social	555	245	(76)	724	153	-	877
Diferenças temporárias	876	374	(48)	1.202	60	(265)	997
Provisão para <i>impairment</i> no contas a receber de clientes	7	3	-	10	1	-	11
Juros sobre capital próprio	-	112	-	112	-	(112)	-
Contingências	650	186	(21)	815	38	(129)	724
Perdas nos estoques	16	4	-	20	4	-	24
Lucros no exterior	44	12	-	56	8	-	64
<i>Impairment</i> de imobilizado	50	7	-	57	5	-	62
Benefício Pós-emprego	7	1	-	8	-	(1)	7
Outros	102	49	(27)	124	4	(23)	105
Reconhecidos no Patrimônio líquido							
Benefício Pós-emprego	9	-	(4)	5	-	-	5
<i>Hedge Accounting</i>	-	-	-	-	40	-	40
Total ^(*)	1.440	619	(128)	1.931	253	(265)	1.919
Passivos							
Reconhecidos no Resultado							
Diferenças temporárias	(615)	(297)	92	(820)	(342)	129	(1.033)
Reserva de reavaliação	(63)	-	9	(54)	-	2	(52)
Valor justo de instrumentos financeiros e derivativos	(236)	(212)	-	(448)	(166)	81	(533)
Depreciação	(26)	(5)	-	(31)	(11)	-	(42)
Ativos biológicos	(168)	-	55	(113)	(145)	-	(258)
Carteira de clientes	(32)	-	9	(23)	-	9	(14)
Planos de Pensão	(36)	(1)	1	(36)	(6)	-	(42)
Mais valia de ativos	(25)	-	1	(24)	-	1	(23)
Outros	(29)	(79)	17	(91)	(14)	36	(69)
Reconhecidos no Patrimônio líquido							
Variação Cambial na conversão de balanços de empresas no exterior	(10)	-	3	(7)	-	4	(3)
Reserva de reavaliação	(1)	-	-	(1)	-	-	(1)
Total ^(*)	(626)	(297)	95	(828)	(342)	133	(1.037)

^(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados pelas entidades tributáveis, totalizando no ativo diferido em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$1.089 (R\$1.252 em 31 de dezembro de 2021) e no passivo diferido em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$207 (R\$149 em 31 de dezembro de 2021).

13.1. Ativos diferidos

13.1.1. Expectativa de realização

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos levando-se em consideração a realização provável desses créditos, com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos, aprovados pela Administração, que podem sofrer alterações. Segue abaixo a expectativa de realização dos ativos diferidos:

	Controladora	Consolidado
2023	612	784
2024	-	41
2025	234	297
2026	231	338
2027	178	235
2028 - 2031	10	224
Total	1.265	1.919

13.1.2. Créditos fiscais não reconhecidos

A ITAÚSA e suas controladas possuem créditos fiscais relativos à prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, não reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, tendo em vista as incertezas na sua realização.

Em 31 de dezembro de 2022, os créditos não reconhecidos na ITAÚSA correspondem ao montante de R\$78 e no consolidado no montante de R\$226 (R\$143 em 31 de dezembro de 2021). Os referidos créditos poderão ser objeto de reconhecimento futuro, conforme as revisões anuais das projeções de geração de lucros tributáveis, não havendo prazo de prescrição para a utilização dos mesmos.

14. DIREITO DE USO E ARRENDAMENTOS

Para o contrato de arrendamento da ITAÚSA, a Administração não considerou a possibilidade de renovação (48 meses no total), por entender que, ao vencimento do contrato, as condições para a renovação tendem a ser substancialmente diferentes das atuais, caracterizando um novo contrato. Já a controlada Dexco, devido às características de longo prazo dos contratos, de modo substancial, também não considerou a renovação para os contratos de arrendamento de terras. Para os demais contratos, quando aplicável, foi considerada uma renovação.

Em relação ao valor dos pagamentos, tratam-se, substancialmente, de valores fixos estabelecidos em contrato corrigidos anualmente por indexador atrelado à inflação.

14.1. Ativos de direito de uso

	Controladora	Consolidado					Total
	Equipamentos de informática	Terras	Edifícios	Veículos	Equipamentos de informática	Outros	
Saldo em 31/12/2020	10	300	14	2	10	22	348
Novos contratos / atualizações	-	56	8	-	-	4	68
Depreciação no exercício (Resultado)	(3)	(1)	(7)	(2)	(4)	(7)	(21)
Depreciação no exercício (*)	-	(18)	-	-	-	-	(18)
Variação cambial	-	(1)	-	-	-	-	(1)
Baixa de contratos	-	-	(2)	-	-	-	(2)
Saldo em 31/12/2021	7	336	13	-	6	19	374
Novos contratos / atualizações	-	233	-	7	-	45	285
Depreciação no exercício (Resultado)	(2)	(1)	(7)	(2)	(2)	(10)	(22)
Depreciação no exercício (*)	-	(25)	-	-	-	-	(25)
Variação cambial	-	(1)	-	-	-	(1)	(2)
Baixa de contratos	-	(44)	-	-	-	(1)	(45)
Saldo em 31/12/2022	5	498	6	5	4	52	565

(*) Contabilizado no custo de formação das reservas florestais na rubrica de "Ativos biológicos".

14.2. Passivos de arrendamento

	Controladora	Consolidado					Total
	Equipamentos de informática	Terras	Edifícios	Veículos	Equipamentos de informática	Outros	
Saldo em 31/12/2020	11	320	16	2	10	22	370
Novos contratos / atualizações	-	56	8	-	-	4	68
Juros apropriados no exercício (Resultado)	-	2	2	-	-	2	6
Juros apropriados no exercício (*)	-	30	-	-	-	-	30
Pagamentos	(3)	(44)	(9)	(2)	(3)	(9)	(67)
Baixa de contratos	-	-	(2)	-	-	-	(2)
Variação cambial	-	(1)	-	-	-	-	(1)
Saldo em 31/12/2021	8	363	15	-	7	19	404
Novos contratos / atualizações	-	233	-	7	-	45	285
Juros apropriados no exercício (Resultado)	-	3	1	-	1	4	9
Juros apropriados no exercício (*)	-	47	-	-	-	-	47
Pagamentos	(3)	(62)	(7)	(2)	(3)	(13)	(87)
Baixa de contratos	-	(47)	-	-	-	(1)	(48)
Variação cambial	-	(2)	-	-	-	(1)	(3)
Saldo em 31/12/2022	5	535	9	5	5	53	607
Circulante	3						40
Não circulante	2						567

(*) Contabilizado no custo de formação das reservas florestais na rubrica de "Ativos biológicos".

As taxas de desconto utilizadas estão apresentadas a seguir:

	Controladora	Consolidado
Prazos dos contratos		
Até 5 anos	5,85% a.a.	De 5,85% até 12,05% a.a
De 6 a 10 anos	-	12,40% a.a.
Acima de 10 anos	-	12,98% a.a.

Os vencimentos dos passivos de arrendamento consideram o seguinte fluxo futuro de pagamentos:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2022
Circulante		
2023	3	40
Total	3	40
Não circulante		
2024	2	36
2025	-	33
2026	-	32
2027	-	24
2028	-	20
2029 - 2033	-	95
2034 - 2038	-	68
2039 - 2048	-	136
Acima de 2049	-	123
Total	2	567

14.3. Efeitos da inflação

Segue abaixo os efeitos da inflação nos saldos, quando comparados aos saldos das Demonstrações Contábeis:

	Controladora			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Cenário contábil	Cenário com inflação	Cenário contábil	Cenário com inflação
Ativos de direito de uso	12	9	11	12
Depreciação	(7)	(5)	(4)	(5)
Total	5	4	7	7
Passivos de arrendamento	6	5	10	9
Juros a apropriar	(1)	(1)	(2)	-
Total	5	4	8	9
	Consolidado			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Cenário contábil	Cenário com inflação	Cenário contábil	Cenário com inflação
Ativos de direito de uso	692	2.005	478	1.786
Depreciação	(127)	(265)	(104)	(199)
Total	565	1.740	374	1.587
Passivos de arrendamento	1.524	4.209	1.075	3.810
Juros a apropriar	(917)	(2.362)	(671)	(2.088)
Total	607	1.847	404	1.722

15. INVESTIMENTOS

15.1. Saldos dos investimentos

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Controladas em conjunto					
Controladas em conjunto		65.065	58.852	65.065	58.852
Controladas em conjunto indiretas		-	-	83	105
Controladas					
Controladas		2.248	2.206	-	-
Coligadas					
Coligadas		8.544	7.458	8.544	7.458
Coligadas Indiretas		-	-	1.665	1.206
	15.2	75.857	68.516	75.357	67.621
Outros investimentos		4	4	7	7
Total dos investimentos		75.861	68.520	75.364	67.628

15.2. Movimentação dos investimentos

	Controladora													Total
	Controladas em conjunto				Controladas			Coligadas						
	Itaú Unibanco (Nota 15.2.1) (**)	IUPAR (Nota 15.2.1)	XPART (Nota 15.2.1)	Alpargatas (Nota 15.2.6)	Dexco	Itautec	ITH Zux Cayman	XP (Notas 15.2.1 e 15.2.3)	CCR (Nota 15.2.8)	AEGEA (Nota 15.2.4)	Águas do Rio 1 (Nota 15.2.4)	Águas do Rio 4 (Nota 15.2.4)	Copa Energia (Nota 15.2.2)	
Saldo em 31/12/2020	28.971	24.241	-	1.971	1.899	38	3	-	-	-	-	-	1.219	58.342
Resultado de participação societária	5.380	4.735	75	173	635	55	-	98	-	35	(1)	3	(32)	11.156
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	(1.375)	(1.149)	-	(68)	(467)	(1)	-	-	-	(5)	-	-	(23)	(3.088)
Aquisição de ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.471	52	49	21	2.593
Alienação de ações	-	-	-	-	-	-	-	(367)	-	-	-	-	-	(367)
Outros resultados abrangentes	(578)	(537)	(19)	(6)	63	-	-	(2)	-	(2)	-	-	16	(1.065)
Cisão Itaú Unibanco	(2.018)	-	2.018	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incorporação XPART pela XP	-	-	(2.088)	-	-	-	-	2.088	-	-	-	-	-	-
Cisão IUPAR	-	(1.783)	-	-	-	-	-	1.838	-	-	-	-	-	55
Outros	467	423	14	5	(17)	(2)	-	10	-	-	-	-	(10)	890
Saldo em 31/12/2021	30.847	25.930	-	2.075	2.113	90	3	3.665	-	2.499	51	52	1.191	68.516
Resultado de participação societária	5.930	5.048	-	19	285	(9)	-	375	(23)	(35)	2	5	104	11.701
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	(1.953)	(1.581)	-	-	(76)	(60)	-	-	(69)	(55)	-	-	(18)	(3.812)
Aquisição de ações	-	-	-	-	-	-	-	-	2.868	21	-	-	-	2.889
Alienação de ações	-	-	-	-	-	-	-	(2.134)	-	-	-	-	-	(2.134)
Aumento de capital social	-	-	-	799	-	-	-	-	-	-	-	-	-	799
Outros resultados abrangentes	(1.255)	(1.102)	-	(72)	(56)	-	-	26	(10)	(18)	-	-	(9)	(2.496)
Outros	204	181	-	(5)	(42)	-	-	(31)	18	51	-	-	18	394
Saldo em 31/12/2022	33.773	28.476	-	2.816	2.224	21	3	1.901	2.784	2.463	53	57	1.286	75.857
Valor de Mercado em 31/12/2021 (*)	40.728	-	-	6.255	4.160	-	-	12.265	-	-	-	-	-	-
Valor de Mercado em 31/12/2022 (*)	48.602	-	-	3.006	2.074	-	-	2.824	2.258	-	-	-	-	-

(*) O valor de mercado está sendo apresentado apenas para as empresas investidas que possuem suas ações negociadas na bolsa de valores (B3) e representam o percentual de participação da ITAÚSA.

(**) O valor de mercado apresentado para o Itaú Unibanco corresponde apenas à participação direta detida pela ITAÚSA. Considerando a participação indireta detida pela IUPAR, o valor total de mercado corresponde a R\$91.250 (R\$76.468 em 31 de dezembro de 2021).

Consolidado

	Controladas em conjunto				Controlada Indireta	Coligada Indireta	Controlada em conjunto indireta	Coligadas						Total	
	Itaú Unibanco (Nota 15.2.1) (**)	IUPAR (Nota 15.2.1)	XPART (Nota 15.2.1)	Alpargatas (Nota 15.2.6)	Viva Decora	LD Celulose (Nota 15.2.7)	ABC da Construção (Nota 15.2.5)	LD Florestal	XP (Notas 15.2.1 e 11.2.3)	CCR (Nota 15.2.8)	AEGEA (Nota 15.2.4)	Águas do Rio 1 (Nota 15.2.4)	Águas do Rio 4 (Nota 15.2.4)		Copa Energia (Nota 15.2.2)
Saldo em 31/12/2020	28.971	24.241	-	1.971	1	852	-	107	-	-	-	-	-	1.219	57.362
Resultado de participação societária	5.380	4.735	75	173	-	(66)	-	(3)	98	-	35	(1)	3	(32)	10.397
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	(1.375)	(1.149)	-	(68)	-	-	-	-	-	-	(5)	-	-	(23)	(2.620)
Aquisição de ações	-	-	-	-	-	-	102	-	-	-	2.471	52	49	21	2.695
Alienação de ações	-	-	-	-	-	-	-	-	(367)	-	-	-	-	-	(367)
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	98	-	-	-	-	-	-	-	-	98
Outros resultados abrangentes	(578)	(537)	(19)	(6)	-	70	-	-	(2)	-	(2)	-	-	16	(1.058)
Cisão	(2.018)	-	2.018	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incorporação XPART pela XP	-	-	(2.088)	-	-	-	-	-	2.088	-	-	-	-	-	-
Cisão IUPAR	-	(1.783)	-	-	-	-	-	-	1.838	-	-	-	-	-	55
Outros	467	423	14	5	(1)	150	-	1	10	-	-	-	-	(10)	1.059
Saldo em 31/12/2021	30.847	25.930	-	2.075	-	1.104	102	105	3.665	-	2.499	51	52	1.191	67.621
Resultado de participação societária	5.930	5.048	-	19	-	76	-	(22)	375	(23)	(35)	2	5	104	11.479
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	(1.953)	(1.581)	-	-	-	-	-	-	-	(69)	(55)	-	-	(18)	(3.676)
Aquisição de ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.868	21	-	-	-	2.889
Alienação de ações	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.134)	-	-	-	-	-	(2.134)
Aumento de capital social	-	-	-	799	-	311	-	-	-	-	-	-	-	-	1.110
Outros resultados abrangentes	(1.255)	(1.102)	-	(72)	-	(20)	-	-	26	(10)	(18)	-	-	(9)	(2.460)
Outros	204	181	-	(5)	-	92	-	-	(31)	18	51	-	-	18	528
Saldo em 31/12/2022	33.773	28.476	-	2.816	-	1.563	102	83	1.901	2.784	2.463	53	57	1.286	75.357
Valor de Mercado em 31/12/2021 (*)	40.728	-	-	6.255	-	-	-	-	12.265	-	-	-	-	-	-
Valor de Mercado em 31/12/2022 (*)	48.602	-	-	3.006	-	-	-	-	2.824	2.258	-	-	-	-	-

(*) O valor de mercado está sendo apresentado apenas para as empresas investidas que possuem suas ações negociadas na bolsa de valores (B3) e representam o percentual de participação da ITAÚSA.

(**) O valor de mercado apresentado para o Itaú Unibanco corresponde apenas à participação direta detida pela ITAÚSA. Considerando a participação indireta detida pela IUPAR, o valor total de mercado corresponde a R\$91.250 (R\$76.468 em 31 de dezembro de 2021).

15.2.1. Reorganização societária envolvendo o investimento do Itaú Unibanco na XP e criação da XPART

Em Assembleia Geral do Itaú Unibanco, realizada em 31 de janeiro de 2021, foi aprovada a proposta de reorganização societária com vistas à segregação da linha de negócio referente à participação de 40,52% detida pelo Itaú Unibanco no capital social da XP, a qual dependia de manifestação favorável do Federal Reserve Board ("FED") (Banco Central Norte Americano) para sua implementação.

Em 31 de maio de 2021, o FED manifestou-se favoravelmente à operação efetivando-se a referida reorganização societária, que resultou na cisão parcial do Itaú Unibanco, e consequente constituição da XPART, que possui como objeto social exclusivo a participação societária no capital social da XP.

A XP, sediada na Ilhas Cayman, é uma companhia aberta com ações negociadas na bolsa de valores americana Nasdaq e apresenta uma plataforma de serviços financeiros, líder de tecnologia, com foco em: (i) serviços de consultoria financeira; e (ii) produtos financeiros que fornecem acesso a investimentos em ações e títulos de renda fixa, fundos mútuos e de *hedge*, produtos estruturados, seguro de vida, planos de pensão, fundos imobiliários entre outros.

Como resultado dessa reorganização societária, os acionistas do Itaú Unibanco tiveram direito ao recebimento de participação acionária na XPART na mesma quantidade, espécie e proporção das ações por eles detidas no Itaú Unibanco, sendo que as ações do Itaú Unibanco e os *American Depositary Receipts* - ADRs continuaram a ser negociados com o referido direito ao recebimento de valores mobiliários da XPART até a data de corte ("ex-direito" de recebimento de valores mobiliários da XPART), considerada 1º de outubro de 2021.

Com a reorganização societária a ITAÚSA passou a ter direito à participação acionária na XPART direta e indireta, por meio da IUPAR, equivalente à que detinha no Itaú Unibanco, ou seja, 37,32%, e que correspondia a uma participação acionária na XP de 15,12%.

15.2.1.1. Incorporação da XPART pela XP

Em 31 de janeiro de 2021 e em 28 de maio de 2021, a ITAÚSA, a IUPAR, os controladores da XP e a XP assinaram documentos contendo os principais termos e condições relativos à proposta de incorporação da XPART pela XP e outros direitos e obrigações das partes.

Em 1º de outubro de 2021, as Assembleias Gerais da XPART e da XP aprovaram a incorporação da XPART pela XP e a consequente extinção da XPART.

Com a incorporação da XPART pela XP, os acionistas do Itaú Unibanco, que até a data de corte tiveram o direito ao recebimento de valores mobiliários de emissão da XPART, receberam: (i) no caso dos acionistas controladores do Itaú Unibanco (IUPAR e ITAÚSA) e dos titulares de ADRs, ações Classe A de emissão da XP; e (ii) no caso dos demais acionistas, *Brazilian Depositary Receipts* – BDRs patrocinados Nível I.

Em decorrência da incorporação, a ITAÚSA passou a ser, direta e indiretamente, detentora de ações Classe A de emissão da XP equivalentes a 15,07% do capital total da XP e 4,74% de seu capital votante.

Ainda, a partir desta data, a ITAÚSA e a IUPAR passaram a ser partes do Acordo de Acionistas da XP, com destaque para o direito de ambas indicarem membros ao Conselho de Administração e Comitê de Auditoria da XP.

15.2.1.2. Cisão do investimento detido na XP – Controlada em conjunto IUPAR

Em 8 de dezembro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária da IUPAR aprovou a cisão parcial de seu patrimônio líquido, em favor de seus acionistas, correspondente à sua participação societária de 10,58% na XP, deduzido o valor do passivo relativo a tributos diferidos.

Com a incorporação da parcela cindida, a ITAÚSA passou a ser detentora, de forma direta, de 15,06% do capital total da XP e também dos direitos no Acordo de Acionistas da XP, detidos pela IUPAR, do qual a ITAÚSA já era signatária.

15.2.2. Conclusão da alocação do preço de compra da Copa Energia

Em dezembro de 2021 a ITAÚSA concluiu o processo de alocação do preço de compra da coligada Copa Energia, considerando a participação nos ativos e passivos líquidos avaliados a valor justo, a contraprestação paga pela ITAÚSA e o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*).

A composição do preço pago na transação foi a seguinte:

Valor pago na data de aquisição	1.212
Integralização de debêntures adquiridas na data de aquisição	21
Total da contraprestação transferida	1.233

O laudo de avaliação, elaborado por consultores independentes, apresentou os seguintes montantes de mais valias atribuídas ao Balanço Patrimonial da Copa Energia, os quais foram refletidos na ITAÚSA pelo percentual de participação societária adquirida na data da transação:

	Copa Energia	Itaúsa (48,93%)
Mais valias atribuídas		
Intangível	159	78
<i>Marca</i>	132	65
<i>Relacionamento com clientes</i>	26	13
<i>Licença de uso</i>	1	1
Imobilizado	236	115
Ativos mantidos para negociação	208	102
Demais ativos e passivos	25	12
Total	628	307
Patrimônio líquido Copagaz	1.486	727
Ágio (<i>Goodwill</i>)	408	199
Preço pago na aquisição	-	1.233

15.2.3. Alienações das ações da XP

Nos exercícios de 2022 e 2021, a ITAÚSA realizou alienações de ações da XP passando a deter 6,55% do capital total e 2,29% do capital votante da XP (desconsiderando as ações em tesouraria). Os direitos da ITAÚSA firmados anteriormente no Acordo de Acionistas da XP permanecem inalterados.

	Nota	2022	2021
Qtde. de ações		41,0 milhões	7,8 milhões
% vendido do capital social da XP		7,36%	1,39%
Valor da venda (bruto)		4.670	1.270
Custo do investimento		(2.134)	(367)
Outros resultados abrangentes		15	-
Resultado da venda	25	2.551	903

15.2.4. Conclusão do investimento na Aegea, Águas do Rio 1 e Águas do Rio 4

Em 1º de julho de 2021 a ITAÚSA, por meio de Fato Relevante, comunicou que, em complemento aos Fatos Relevantes divulgados em 27 de abril de 2021 e 31 de maio de 2021, concluiu o investimento na Aegea, conforme previsto no Contrato de Investimentos assinado pela ITAÚSA e os demais acionistas da Aegea.

A participação da ITAÚSA ocorreu por meio de subscrição e aquisição de ações ordinárias e preferenciais de classe C da Aegea, cujo desembolso no valor total de R\$1.344 ocorreu em 1º de julho de 2021, e subscrição de ações preferenciais classe D de emissão da Aegea no valor total de aproximadamente R\$1.110, cujo desembolso ocorreu em 27 de julho de 2021. Como resultado, a ITAÚSA passou a deter 10,20% do capital votante, 19,05% das ações preferenciais e 12,88% do capital total da Aegea. O restante do capital permanece com os atuais acionistas controladores da Aegea e o Fundo Soberano de Singapura ("GIC").

Também em 1º de julho de 2021, a ITAÚSA celebrou Acordo de Acionistas com os demais acionistas da Aegea e passou a ter o direito de indicar um membro para cada um dos seguintes órgãos da Aegea: Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Riscos e Integridade e Comitê de Finanças e Avaliação de Projetos, além de indicar, em conjunto com o GIC, um membro independente para o Conselho de Administração. Adicionalmente, terá outros direitos atribuíveis a acionistas relevantes.

Para financiar a transação, a ITAÚSA emitiu, em 15 de junho de 2021, debêntures não conversíveis em ações no valor de R\$2.500.

Em 19 julho de 2021, foi integralizado o valor de R\$102 nas SPEs (Sociedades de Propósito Específico), representado por ações preferenciais de classe A, com direito a voto, sendo R\$52 na Águas do Rio 1 e R\$50 na Águas do Rio 4, resultando em uma participação de 8,16% no capital votante e 5,54% no capital total em cada uma das SPEs. Os recursos foram destinados à outorga de concessões para a prestação regionalizada dos serviços públicos de fornecimento de água e esgotamento sanitário e de serviços complementares, dos municípios do Estado do Rio de Janeiro, anteriormente desenvolvidos pela CEDAE – Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro.

Com o início das operações em 1º de novembro de 2021, as SPEs passaram a atender uma população de aproximadamente 10 milhões de pessoas, em 124 bairros da capital e em outros 26 municípios do estado Rio de Janeiro.

As ações preferenciais detidas pela ITAÚSA, tanto na Aegea quanto nas Águas do Rio 1 e 4, possuem características específicas previstas no acordo de acionistas e, desta forma, a equivalência patrimonial não reflete o percentual de participação total em relação a sua remuneração. As ações preferenciais de classe D da Aegea possuem direito a dividendo de 12,5% do lucro ajustado do exercício (equivalente a 4,11% para as ações detidas pela ITAÚSA), não participando de distribuições remanescentes e dos prejuízos acumulados. Já as ações preferenciais de classe A das SPEs, em caso de lucro, possuem direito a dividendo de 15% do lucro ajustado do exercício (equivalente a 1,45% para as ações detidas pela ITAÚSA) e, em caso de prejuízo, participam com 8,16% que corresponde ao percentual de participação do capital votante.

15.2.4.1. Conclusão da alocação do preço de compra da Aegea

A ITAÚSA concluiu o processo de alocação do preço de compra da coligada Aegea, considerando a participação nos ativos e passivos líquidos avaliados a valor justo, a contraprestação paga pela ITAÚSA e o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*).

A composição do preço pago na transação foi a seguinte:

Valor pago na data de aquisição	2.454
Contraprestação contingente	21
Total da contraprestação transferida	2.475

O laudo de avaliação, elaborado por consultores independentes, apresentou os seguintes montantes de mais/menos valias atribuídas ao Balanço Patrimonial da Aegea, os quais foram refletidos na ITAÚSA pelo percentual de participação societária adquirida na data da transação:

	Aegea	Itaúsa (12,88%)
Mais (Menos) valias atribuídas		
Intangível (Contratos de concessão)	12.767	1.643
Imobilizado	40	5
Empréstimos e debêntures	(559)	(72)
Demais ativos e passivos	(420)	(54)
Total	11.828	1.522
Patrimônio líquido Aegea	5.449	702
Ágio (Goodwill)	-	251
Total da contraprestação transferida	-	2.475

O impacto relativo às amortizações e baixas das mais valias do exercício de 2022 foi de R\$64 e encontra-se registrado em contrapartida da rubrica de "Resultado de participações societárias".

15.2.5. Aquisição de participação minoritária na ABC da Construção – Controlada Dexco

Em 30 de dezembro de 2021 a controlada Dexco concluiu o processo de aquisição de 10% do capital votante da ABC – Atacado Brasileiro da Construção S.A. ("ABC da Construção"), pelo montante de R\$102. Com mais de 150 lojas nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, a ABC da Construção é pioneira em implementação digital no varejo de acabamentos e considerada uma das principais *construtechs* do Brasil. A operação foi aprovada, sem restrições, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

15.2.6. Aquisição de ações em oferta restrita da controlada em conjunto Alpargatas

Em 25 de fevereiro de 2022, a ITAÚSA, no âmbito das Ofertas Prioritária e Institucional da controlada em conjunto Alpargatas, subscreveu com recursos próprios 30.382.808 ações de emissão da Alpargatas (18.745.712 ordinárias e 11.637.096 preferenciais), pelo preço de R\$26,30 por ação, totalizando investimento de R\$799.

Dessa forma, a ITAÚSA passou a deter 199.355.304 ações de emissão da Alpargatas, sendo 148.274.505 ordinárias e 51.080.799 preferenciais, representativas de 29,57% do capital total da Alpargatas (desconsiderando as ações em tesouraria).

Os recursos líquidos oriundos da oferta restrita foram destinados para financiar o pagamento da aquisição, pela Alpargatas, de participação societária na Rothys Inc.

A alocação do preço de compra (segregação do valor justo dos ativos e passivos e do *goodwill*) está apresentada de forma preliminar, representando a melhor estimativa da Administração ao término destas Demonstrações Contábeis, e será concluída ao longo dos próximos meses, após a emissão de laudo de avaliação realizado por avaliador independente.

15.2.7. Início das operações da LD Celulose – Controlada Dexco

Em 12 de abril de 2022, a controlada Dexco comunicou ao mercado o início das operações dos equipamentos e *ramp-up* da produção da nova fábrica de celulose solúvel da LD Celulose, cujo controle é compartilhado entre a Dexco e Lenzing.

O investimento industrial no projeto foi da ordem de US\$1,38 bilhão, incluindo toda infraestrutura e os tributos incidentes. Localizada no Triângulo Mineiro (MG), a LD Celulose terá capacidade de produção anual de 500 mil toneladas de celulose solúvel, a qual será 100% direcionada às unidades fabris da Lenzing.

15.2.8. Aquisição de participação societária na CCR

Em 12 de setembro de 2022, a ITAÚSA comunicou ao mercado que, em conjunto com a Votorantim S.A., concluiu a transação para aquisição da totalidade das ações detidas pela Andrade Gutierrez Participações S.A. na CCR.

A transação considerou a aquisição de 300.149.836 ações da CCR, representativas de 14,86% de seu capital total, com investimento total de aproximadamente R\$4,1 bilhões. Desse total, a ITAÚSA adquiriu 208.669.918 ações, representativas de 10,33% do capital total da CCR, com investimento total de R\$2,9 bilhões, cujos recursos foram provenientes do seu caixa próprio e da 5ª emissão de debêntures (Nota 20).

Conforme disposto no Acordo de Acionistas negociado com os demais acionistas controladores da CCR, a ITAÚSA terá o direito de indicar o mesmo número de conselheiros de administração que os demais signatários do Acordo de Acionistas e 1 membro para cada um dos seus seguintes Comitês de Assessoramento: (i) Gente e ESG; (ii) Auditoria, *Compliance* e Riscos; e (iii) Estratégia.

A CCR, fundada em 1999, é uma das maiores companhias de concessão de infraestrutura e mobilidade da América Latina, com atuação nos segmentos de concessão de rodovias, mobilidade urbana, aeroportos e serviços.

Esse investimento reúne características fundamentais da estratégia de alocação eficiente de capital da ITAÚSA, que considera empresas líderes em seus setores de atuação, a relação risco/retorno atrativa, o potencial de crescimento e impacto positivo para a sociedade, bem como parceiros estratégicos com experiência comprovada no setor de atuação e governança que permitirá à ITAÚSA o exercício de influência e compartilhamento de melhores práticas ESG.

A alocação do preço de compra (segregação do valor justo dos ativos e passivos e do *goodwill*) está apresentada de forma preliminar, representando a melhor estimativa da Administração ao término destas Demonstrações Contábeis, e será concluída ao longo dos próximos meses, após a emissão de laudo de avaliação realizado por avaliador independente.

15.3. Reconciliação dos investimentos

	Controladora								
	31/12/2022								
	Controladas em conjunto			Controladas			Coligadas		
	Itaú Unibanco	IUPAR	Alpargatas	Dexco	Itautec	ITH Zux Cayman	XP	CCR	Copa Energia
Patrimônio líquido da investida	167.953	42.799	5.758	5.872	21	3	17.036	11.465	1.932
% de participação	19,84%	66,53%	29,56%	37,86%	100,00%	100,00%	6,55%	10,33%	48,93%
Participação no Investimento	33.314	28.476	1.703	2.224	21	3	1.116	1.184	945
Resultados não realizados	(11)	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes decorrentes de combinações de negócios									
Mais valia	41	-	392	-	-	-	1	-	137
Ágio (<i>Goodwill</i>)	429	-	721	-	-	-	784	1.600	204
Saldo contábil do Investimento na controladora	33.773	28.476	2.816	2.224	21	3	1.901	2.784	1.286

	Controladora								
	31/12/2021								
	Controladas em conjunto			Controladas			Coligadas		
	Itaú Unibanco	IUPAR	Alpargatas	Dexco	Itautec	ITH Zux Cayman	XP	Copa Energia	
Patrimônio líquido da investida	152.864	39.004	3.396	5.734	90	3	14.417	1.685	
% de participação	19,88%	66,53%	29,18%	36,86%	100,00%	100,00%	13,68%	48,93%	
Participação no Investimento	30.387	25.951	991	2.113	90	3	1.973	825	
Resultados não realizados	(13)	-	-	-	-	-	-	-	
Outros	-	(21)	-	-	-	-	-	-	
Ajustes decorrentes de combinações de negócios									
Mais valia	44	-	410	-	-	-	3	175	
Ágio (<i>Goodwill</i>)	429	-	674	-	-	-	1.689	191	
Saldo contábil do Investimento na controladora	30.847	25.930	2.075	2.113	90	3	3.665	1.191	

15.4. Informações consolidadas resumidas das investidas relevantes

Setor financeiro		Controladas em conjunto				Coligada	
		Itaú Unibanco		IUPAR		XP	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Qtde. de ações em circulação das investidas	(em milhares)	9.800.867	9.779.891	1.061.396	1.061.396	541.316	558.822
ON		4.958.290	4.958.290	710.454	710.454	541.316	558.822
PN		4.842.576	4.821.600	350.942	350.942	-	-
Qtde. de ações de propriedade da ITAÚSA	(em milhares)	1.944.076	1.944.076	706.169	706.169	35.471	76.471
ON		1.943.907	1.943.907	355.227	355.227	35.471	76.471
PN		169	169	350.942	350.942	-	-
% de participação ⁽¹⁾		19,84%	19,88%	66,53%	66,53%	6,55%	13,68%
% de participação no capital votante ⁽²⁾		39,21%	39,21%	50,00%	50,00%	2,29%	4,30%
Informações sobre o Balanço Patrimonial		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa		35.381	44.512	146	15	3.553	2.486
Ativos financeiros		2.172.726	1.915.573	1.098	650	177.682	127.745
Ativos não financeiros		115.333	109.121	43.962	40.087	10.800	9.109
Passivos financeiros		1.836.690	1.621.786	1.139	587	127.709	91.358
Passivos não financeiros		309.407	282.944	1.268	1.161	47.283	33.563
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		167.953	152.864	42.799	39.004	17.036	14.417
Informações sobre a Demonstração do Resultado		2022	2021	2022	2021	2022	2021
Resultado de produtos bancários		144.857	126.374	-	-	13.347	12.077
Tributos sobre o lucro		(6.796)	(13.847)	-	(1)	136	(223)
Lucro líquido atribuível aos controladores		29.702	26.760	7.588	7.231	3.579	3.589
Outros resultados abrangentes		(6.329)	(2.827)	(1.656)	(807)	216	(547)
Informações sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa		2022	2021	2022	2021	2022	2021
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		24.649	23.805	132	14	1.232	1.468

⁽¹⁾ A ITAÚSA detém participação direta no Itaú Unibanco de 19,84% (19,88% em 31 de dezembro de 2021) e indireta de 17,41% (17,44% 31 de dezembro de 2021), por meio do investimento na controlada em conjunto IUPAR, que detêm 26,16% (26,22% em 31 de dezembro de 2021) de participação direta no Itaú Unibanco, totalizando 37,24% (37,32% em 31 de dezembro de 2021) de participação no capital social.

⁽²⁾ A participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco é de 39,21% (39,21% em 31 de dezembro de 2021) e indireta de 25,86% (25,86% em 31 de dezembro de 2021), por meio do investimento na controlada em conjunto IUPAR, que detêm 51,71% (51,71% em 31 de dezembro de 2021) de participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco, totalizando 65,06% (65,06% em 31 de dezembro de 2021) de participação no capital votante.

		Controlada		Controlada em conjunto		CCR	Coligadas			
		Dexco		Alpargatas			AEGEA		Copa Energia	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Setor não financeiro										
Qtde. de ações em circulação das investidas (em milhares)	(em	807.921	754.474	674.350	579.082	2.019.998	1.019.114	1.019.114	352.430	352.430
ON		807.921	754.474	339.511	302.011	2.019.998	709.956	709.956	352.430	352.430
PN		-	-	334.839	277.071	-	309.158	309.158	-	-
Qtde. de ações de propriedade da ITAÚSA (em milhares)	(em	305.897	278.088	199.355	168.972	208.670	131.300	131.300	172.430	172.430
ON		305.897	278.088	148.275	129.529	208.670	72.416	72.416	172.430	172.430
PN		-	-	51.081	39.444	-	58.885	58.885	-	-
% de participação		37,86%	36,86%	29,56%	29,18%	10,33%	12,88%	12,88%	48,93%	48,93%
% de participação no capital votante		37,86%	36,86%	43,67%	42,89%	10,33%	10,20%	10,20%	48,93%	48,93%
Informações sobre o Balanço Patrimonial		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos circulantes		5.174	4.661	3.773	3.224	12.621	3.362	3.642	1.080	806
Ativos não circulantes		10.451	8.759	4.726	4.807	37.926	13.819	12.459	4.151	4.171
Passivos circulantes		3.265	3.372	1.495	4.291	10.767	1.997	1.056	994	674
Passivos não circulantes		6.398	4.314	1.245	273	27.958	9.228	8.641	2.306	2.628
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		5.872	5.734	5.758	3.396	11.465	5.490	5.994	1.932	1.675
Caixa e equivalentes de caixa		1.772	1.421	648	583	5.229	74	106	275	71
Empréstimos, financiamentos e Debêntures		5.600	3.870	1.275	111	29.031	9.805	8.569	2.108	2.227
Informações sobre a Demonstração do Resultado		2022	2021	2022	2021	2022	2022	2021	2022	2021
Receitas líquidas		8.486	8.170	4.182	3.949	19.182	4.634	3.711	11.741	10.172
Receita financeira		384	404	439	146	2.222	1.401	1.151	45	27
Despesa financeira		(916)	(307)	(369)	(51)	(5.329)	(2.639)	(1.750)	(355)	(192)
Tributos sobre o lucro		(153)	(263)	(87)	(52)	(2.793)	(374)	(311)	(127)	(42)
Lucro líquido atribuível aos controladores		756	1.725	121	690	4.133	260	501	300	199
Outros resultados abrangentes		(149)	170	(299)	(23)	(180)	(343)	(94)	9	23
Informações sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa		2022	2021	2022	2021	2022	2022	2021	2022	2021
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		350	(307)	64	(110)	635	46	24	204	(40)

15.5. Teste de avaliação do valor recuperável

Controladora

A ITAÚSA realizou o teste de avaliação ao valor recuperável dos Investimentos e não identificou a necessidade de provisão para perda do valor recuperável dos mesmos.

Para as investidas Itaú Unibanco, XP, Alpargatas, Dexco e CCR, que têm suas ações negociadas em mercado ativo (B3), a avaliação do valor recuperável considerou o valor das ações das referidas companhias multiplicada pela quantidade de ações possuídas pela ITAÚSA na data de encerramento das Demonstrações Contábeis. Para a investida IUPAR, cujo único investimento é a participação acionária no Itaú Unibanco, considerou-se para a avaliação do valor recuperável o mesmo procedimento mencionado acima, contudo, utilizando o valor das ações do Itaú Unibanco.

Para as investidas Itautec, ITH Zux Cayman, Copa Energia, Aegea, Águas do Rio 1 e Águas do Rio 4, o valor recuperável foi determinado com base no valor em uso dos ativos, calculado conforme metodologias de avaliação.

16. IMOBILIZADO

16.1. Composição

	Controladora							
	31/12/2022				31/12/2021			
	Taxas de depreciação (% a.a.)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Taxas de depreciação (% a.a.)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Imobilizado em operação								
Terrenos	-	18	-	18	-	18	-	18
Construções e benfeitorias	2,5%	89	(21)	68	2,5%	86	(18)	68
Máquinas, instalações e equipamentos	De 10,0% a 20,0%	21	(7)	14	De 10,0% a 20,0%	18	(5)	13
Móveis e utensílios	10,0%	5	(3)	2	10,0%	4	(2)	2
Subtotal		133	(31)	102		126	(25)	101
Imobilizados em andamento		2	-	2		6	-	6
Total		135	(31)	104		132	(25)	107

	Consolidado							
	31/12/2022				31/12/2021			
	Taxas de depreciação (% a.a.)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Taxas de depreciação (% a.a.)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Imobilizado em operação								
Terrenos	-	719	-	719	-	715	-	715
Construções e benfeitorias	De 2,5% a 4,0%	1.286	(565)	721	De 2,5% a 4,0%	1.373	(618)	755
Máquinas, instalações e equipamentos	De 6,3% a 20,0%	5.250	(3.404)	1.846	De 6,5% a 20,0%	5.472	(3.662)	1.810
Móveis e utensílios	10,0%	74	(51)	23	10,0%	81	(57)	24
Veículos	De 20,0% a 25,0%	42	(30)	12	De 20,0% a 25,0%	73	(64)	9
Outros	De 10,0% a 20,0%	293	(213)	80	De 10,0% a 20,0%	321	(244)	77
Subtotal		7.664	(4.263)	3.401		8.035	(4.645)	3.390
Imobilizado em andamento		654	-	654		346	-	346
Total		8.318	(4.263)	4.055		8.381	(4.645)	3.736

16.2. Movimentação

	Controladora							
	Terrenos	Construções e benfeitorias	Máquinas, instalações e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Imobilizados em andamento	Total
Saldo em 31/12/2020	18	68	14	2	-	-	1	103
Aquisições	-	3	2	-	-	-	9	14
Baixas	-	-	-	-	-	-	(4)	(4)
Depreciação	-	(3)	(3)	-	-	-	-	(6)
Saldo em 31/12/2021	18	68	13	2	-	-	6	107
Aquisições	-	-	2	-	-	-	-	2
Depreciação	-	(3)	(2)	-	-	-	-	(5)
Transferências	-	3	1	-	-	-	(4)	-
Saldo em 31/12/2022	18	68	14	2	-	-	2	104

Consolidado

	Terrenos	Construções e benfeitorias	Máquinas, instalações e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Imobilizados em andamento	Total
Saldo em 31/12/2020	738	803	1.825	23	12	79	136	3.616
Aquisições	16	8	96	5	-	14	427	566
Baixas	(1)	-	(2)	-	-	(1)	(5)	(9)
Depreciação	-	(41)	(285)	(4)	(3)	(20)	-	(353)
Transferências	-	8	196	2	-	5	(212)	(1)
Transferência para Ativos mantidos para venda	(35)	(14)	(1)	-	-	-	-	(50)
Outros	(3)	(9)	(19)	(2)	-	-	-	(33)
Saldo em 31/12/2021	715	755	1.810	24	9	77	346	3.736
Aquisições	15	5	101	3	1	18	593	736
Baixas	(4)	(3)	(11)	(1)	-	(1)	(3)	(23)
Depreciação	-	(40)	(294)	(4)	(3)	(23)	-	(364)
Transferências	1	26	236	-	4	9	(276)	-
Aquisição de empresas	-	-	37	1	1	2	1	42
Outros	(8)	(22)	(33)	-	-	(2)	(7)	(72)
Saldo em 31/12/2022	719	721	1.846	23	12	80	654	4.055

16.3. Imobilizado em garantia

Em 31 de dezembro de 2022, a controlada Dexco possuía em seu ativo imobilizado terrenos dados como garantia de processos judiciais totalizando R\$2 (R\$2 em 31 de dezembro de 2021).

16.4. Avaliação do valor recuperável

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável.

16.5. Revisão da vida útil dos ativos

A controlada Dexco e suas controladas revisaram a vida útil estimada dos bens do Imobilizado. Dentre as premissas utilizadas para a revisão das taxas de depreciação, destacam-se: (i) antecedentes internos e externos; (ii) *benchmarking* e recomendações de manuais do fabricante; (iii) estado de conservação e operações dos bens; (iv) histórico da manutenção e utilização dos bens até a destinação para sucata; e (v) alinhamento ao planejamento geral dos negócios.

Após revisão, as taxas de depreciação foram substancialmente mantidas.

17. INTANGÍVEL

17.1. Composição

Controladora

	31/12/2022			31/12/2021				
	Taxas de amortização (% a.a.)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Taxas de amortização (% a.a.)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
Software	20,0%	9	(5)	4	20,0%	10	(4)	6
Total		9	(5)	4		10	(4)	6

Consolidado

	31/12/2022			31/12/2021				
	Taxas de amortização (% a.a.)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Taxas de amortização (% a.a.)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
Software	15% a 20%	320	(132)	188	20,0%	262	(120)	142
Marcas e patentes	-	209	-	209	-	209	-	209
Ágio por rentabilidade futura	-	432	-	432	-	324	-	324
Carteira de clientes	6%	401	(348)	53	6,7%	403	(322)	81
Total		1.362	(480)	882		1.198	(442)	756

17.2. Movimentação

	Controladora		
	Software	Intangíveis em andamento	Total
Saldo em 31/12/2020	4	4	8
Amortizações	(2)	-	(2)
Transferências	4	(4)	-
Saldo em 31/12/2021	6	-	6
Amortizações	(2)	-	(2)
Saldo em 31/12/2022	4	-	4

	Consolidado					
	Software	Marcas e patentes	Ágio por rentabilidade futura (Nota 17.3)	Carteira de clientes	Intangíveis em andamento	Total
Saldo em 31/12/2020	93	209	324	109	4	739
Aquisições	62	-	-	-	-	62
Baixas	(3)	-	-	-	-	(3)
Amortizações	(14)	-	-	(26)	-	(40)
Transferências	4	-	-	-	(4)	-
Outros	-	-	-	(2)	-	(2)
Saldo em 31/12/2021	142	209	324	81	-	756
Aquisições	65	-	-	-	-	65
Baixas	(1)	-	-	-	-	(1)
Amortizações	(19)	-	-	(26)	-	(45)
Aquisição de empresas	-	-	108	-	-	108
Outros	1	-	-	(2)	-	(1)
Saldo em 31/12/2022	188	209	432	53	-	882

17.3. Ágio por expectativa de rentabilidade futura

A controlada Dexco reconheceu ágio por expectativa de rentabilidade futura no processo de aquisição dos seguintes investimentos:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Satipel	46	46
Metalúrgica Jacaré	2	2
Caetex Florestal	20	9
Cerâmica Urussanga	93	93
Massima	6	6
Cecrisa	168	168
Castelatto	97	-
Total	432	324

17.4. Teste de avaliação do valor recuperável

A controlada Dexco realizou a avaliação do valor recuperável dos seus intangíveis com vida útil indefinida que estão alocados às unidades geradoras de caixa (UGCs) que produzem Painéis, Louças, Metais, Chuveiros e Revestimentos Cerâmicos. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor dos fluxos de caixa das UGCs eram superiores aos valores contábeis não havendo, portanto, a necessidade de contabilização de perda no valor recuperável.

As projeções utilizadas pela controlada Dexco na avaliação do valor recuperável, aprovadas pelo Conselho de Administração, tiveram como base o planejamento estratégico que considera projeções macroeconômicas de crescimento e inflação, bem como suas condições operacionais.

As principais premissas utilizadas foram:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Prazo para o fluxo de caixa	5 anos para todas as áreas de Negócios	5 anos para todas as áreas de Negócios
Taxa de desconto (Custo Médio Ponderado de Capital calculado pelo método CAPM - <i>Capital Asset Pricing Model</i>)	Todas as áreas de Negócios: 13,50% a.a. (*)	Todas as áreas de Negócios: 11,15% a.a. (*)
	Painéis: 0,5 % a.a.	Painéis: (1,8% a.a.)
	Louças: 2,1% a.a.	Louças: 7,9% a.a.
Taxa de crescimento (margem bruta)	Metais: 1,5% a.a.	Metais: 3,5% a.a.
	Chuveiros: 1,2% a.a.	Chuveiros: 4,7% a.a.
	Revestimentos cerâmicos: 0,6% a.a.	Revestimentos cerâmicos: 2,4% a.a.
Taxa de crescimento (perpetuidade)	5,6% a.a.	3,0% a.a.

(*) Taxa antes do imposto de renda de 20,5 % para 2022 e 16,67% para 2021.

18. FORNECEDORES

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Nacionais	6	19	805	1.046
Estrangeiros	-	-	107	152
Partes relacionadas	-	-	6	5
Risco sacado	18.1	-	325	471
Total	6	19	1.243	1.674

18.1. Risco sacado

A controlada Dexco firmou convênios junto aos bancos Santander e Itaú com o objetivo de permitir aos fornecedores do mercado interno a antecipação de seus recebíveis. Nessas operações, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos provenientes das vendas das suas mercadorias para as instituições financeiras e, em troca, recebem antecipadamente esses recursos da instituição financeira descontado por um deságio, cobrado diretamente pelas instituições financeiras no momento da cessão, que por sua vez, passam a ser credoras da operação.

A Administração avaliou que a substância econômica dessas transações é de natureza operacional e que os potenciais efeitos de ajuste a valor presente dessas operações são imateriais para mensuração e divulgação. Adicionalmente, foi avaliado também que estas transações não geraram modificações substanciais nos passivos originais com fornecedores, sendo os pagamentos desses títulos apresentados como saídas de caixa das atividades operacionais, na Demonstração do Fluxo de Caixa, de acordo com o IAS 7 / CPC 03 (R2), conjuntamente com os demais pagamentos com fornecedores.

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

19.1. Composição

Modalidade	Encargos	Amortização	Garantias	Consolidado			
				31/12/2022		31/12/2021	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Moeda nacional							
BNDES (com swap)	103,89% CDI	Mensal	Aval - 70% Itaúsa e 30% Pessoa Física	-	-	12	60
BNDES (com swap)	117,51% CDI	Mensal	Aval - 70% Itaúsa e 30% Pessoa Física	-	-	-	3
FINAME DIRETO (com swap)	IPCA + 3,82% até 4,42% a.a.	Até Fevereiro 2038	Hipoteca e Aval - 67% Itaúsa e 33% Pessoas Físicas	24	697	17	510
FINAME	Pré até 3,5% a.a.	Mensal	Alienação fiduciária	-	-	3	-
Nota de crédito de exportação	CDI + 0,91% até 1,45% a.a.	Abril de 2025	--	633	400	-	546
Cédula de crédito de exportação	CDI + 1,81% a.a.	Maior de 2023	30% de cessão de direitos creditórios de aplicação financeira	40	-	96	40
Nota comercial	CDI + 1,71% a.a.	Março de 2028	--	11	299	-	-
Nota comercial - Lastro do CRA (com swap)	IPCA + 6,2% a.a.	Até Junho 2032	--	-	386	-	-
Nota comercial - Lastro do CRA	CDI + 0,6% a.a.	Junho de 2028	--	1	200	-	-
FINEX - Resolução nº 4.131	CDI + 0,48% a.a.	Agosto de 2027	--	16	400	2	400
Cédula de crédito bancário - GIRO	CDI + 1,45% a.a.	Outubro de 2024	--	7	250	5	250
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	98% CDI	Semestral	Fiança Dexco S.A	-	-	699	-
Nota comercial - Lastro do CRA (com swap)	IPCA + 6,2% a.a.	Até Junho 2032	Aval Dexco	-	195	-	-
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE	Pré 4,71% até 7,53% a.a.	Anual	Fiança Duratex Florestal Ltda. e hipoteca de terreno	2	28	2	12
Total moeda nacional				734	2.855	836	1.821
Moeda estrangeira							
Leasing	IBR até + 2%	Mensal	Nota promissória	1	1	-	1
Resolução nº 4.131 (com swap)	US\$ + 2,26% até 4,66% a.a.	Janeiro 2027	--	7	783	-	-
Total moeda estrangeira				8	784	-	1
Total Empréstimos e financiamentos				742	3.639	836	1.822

Os *covenants* relacionados aos contratos de Empréstimos e financiamentos estão apresentados na nota 4.2.3.1.

19.2. Movimentação

	Consolidado
Saldo em 31/12/2020	2.005
Ingressos	913
Juros e atualização monetária	121
Amortização - Principal	(309)
Amortização - Juros e atualização monetária	(72)
Saldo em 31/12/2021	2.658
Ingressos	2.500
Juros e atualização monetária	371
Amortização - Principal	(876)
Amortização - Juros e atualização monetária	(290)
Aquisição de empresas	18
Saldo em 31/12/2022	4.381
Circulante	742
Não circulante	3.639

19.3. Prazo de vencimento

	Consolidado		
	31/12/2022		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
Circulante			
2023	734	8	742
Total	734	8	742
Não circulante			
2024	293	-	293
2025	471	392	863
2026	86	-	86
2027	486	-	486
2028 - 2032	1.352	392	1.744
Acima de 2033	167	-	167
Total	2.855	784	3.639

20. DEBÊNTURES

20.1. Composição

Emissão	Emissor	Tipo de emissão	Vigência	Qtde. de títulos	Valor unitário (R\$)	Valor da emissão (R\$ milhões)	Encargos	Forma de amortização	31/12/2022		31/12/2021	
									Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Controladora												
2ª emissão	ITAÚSA	Série única - ICVM nº476/09	05/2017 até 05/2024	12.000	100.000	1.200	106,9% do CDI	Juros semestrais e principal em 3 parcelas anuais e sucessivas (05/2022, 05/2023 e 05/2024)	-	-	411	800
3ª emissão	ITAÚSA	Série única - ICVM nº476/09	12/2020 até 12/2030	1.300.000	1.000	1.300	CDI + 2,40%	Juros semestrais e principal em 3 parcelas anuais e sucessivas (12/2028, 12/2029 e 12/2030)	8	1.300	7	1.300
4ª emissão	ITAÚSA	1ª série - ICVM nº476/09	06/2021 até 06/2027	1.250.000	1.000	1.250	CDI + 1,40%	Juros semestrais e principal em 3 parcelas anuais e sucessivas (06/2025, 06/2026 e 06/2027)	8	1.250	6	1.250
4ª emissão	ITAÚSA	2ª série - ICVM nº476/09	06/2021 até 06/2031	1.250.000	1.000	1.250	CDI + 2,00%	Juros semestrais e principal em 3 parcelas anuais e sucessivas (06/2029, 06/2030 e 06/2031)	8	1.250	6	1.250
5ª emissão	ITAÚSA	1ª série - ICVM nº476/09	08/2022 até 08/2025	2.500.000	1.000	2.500	CDI + 1,12%	Juros anuais e principal em parcela única (08/2025)	140	2.500	-	-
5ª emissão	ITAÚSA	2ª série - ICVM nº476/09	08/2022 até 08/2025	1.000.000	1.000	1.000	CDI + 1,12%	Juros anuais e principal em parcela única (08/2025)	-	-	-	-
Subtotal Debêntures									164	6.300	430	4.600
3ª emissão	ITAÚSA	Custo de transação	12/2020 até 12/2030	-	-	(9)	-	Amortização mensal	(1)	(5)	(1)	(6)
4ª emissão	ITAÚSA	Custo de transação	06/2021 até 06/2031	-	-	(9)	-	Amortização mensal	(1)	(5)	(1)	(7)
5ª emissão	ITAÚSA	Custo de transação	08/2022 até 08/2025	-	-	(7)	-	Amortização mensal	(2)	(3)	-	-
Subtotal Custos de transação									(4)	(13)	(2)	(13)
Total Controladora									160	6.287	428	4.587
Consolidado												
2ª emissão	Dexco	Série única - ICVM nº476/09	05/2019 até 05/2026	120.000	10.000	1.200	108,0% do CDI	Juros semestrais e principal em 2 parcelas anuais (05/2024 e 05/2026)	20	1.200	13	1.198
Subtotal Debêntures									20	1.200	13	1.198
2ª emissão	Dexco	Custo de transação	05/2019 até 05/2026	-	-	-	108,0% do CDI	Amortização mensal	-	(1)	-	-
Subtotal Custos de transação									-	(1)	-	-
Total Consolidado									180	7.486	441	5.785

As debêntures não possuem garantias e não são conversíveis em ações.

Os *covenants* da controlada Dexco relacionados às Debêntures estão apresentados na nota 4.2.3.1.

20.2. Movimentação

	Nota	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2020		2.494	3.696
Ingressos - Principal		2.500	2.500
Ingressos - Custo de transação		(8)	(9)
Juros e atualização monetária		243	300
Apropriação - Custo de transação		2	2
Amortização - Juros e atualização monetária		(216)	(263)
Saldo em 31/12/2021		5.015	6.226
Ingressos - Principal		3.500	3.500
Ingressos - Custo de transação		(7)	(7)
Juros e atualização monetária		834	991
Apropriação - Custo de transação		6	6
Amortização - Principal	20.2.1	(2.200)	(2.200)
Amortização - Juros e atualização monetária		(701)	(850)
Saldo em 31/12/2022		6.447	7.666
Circulante		160	180
Não circulante		6.287	7.486

20.2.1. Resgate antecipado de debêntures

Do montante de R\$2.200, R\$1.800 a ITAÚSA resgatou de forma antecipada e facultativa, em dezembro de 2022, a totalidade das seguintes emissões de debêntures: (i) R\$800 da série única da 2ª emissão; e (ii) R\$1.000 da 2ª série da 5ª emissão. O montante dos juros antecipados foi de R\$53, considerando o prêmio por resgate antecipado da 2ª emissão.

O referido resgate faz parte de uma decisão estratégica de desalavancagem, com utilização dos recursos provenientes das últimas transações de venda de ações da XP.

20.3. Prazo de vencimento

	Controladora	Consolidado
Circulante		
2023	160	180
Total	160	180
Não circulante		
2024	(3)	597
2025	2.915	2.915
2026	414	1.013
2027	415	415
2028 - 2031	2.546	2.546
Total	6.287	7.486

21. PROVISÕES E ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A ITAÚSA e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, tributária e previdenciária, decorrentes do curso normal de seus negócios.

A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as provisões constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais e administrativos.

21.1. Provisões

Segue abaixo a movimentação das provisões durante os exercícios:

	Controladora		Consolidado		Total
	Tributários	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	
Saldo em 31/12/2020	1.784	2.044	141	150	2.335
Causas judiciais					
Constituição	282	395	28	32	455
Atualização monetária	46	52	18	5	75
Reversão	-	(174)	(27)	(3)	(204)
Pagamentos	-	(17)	(22)	-	(39)
Combinação de negócios	-	1	-	(41)	(40)
Subtotal	2.112	2.301	138	143	2.582
(-) Depósitos judiciais ^(*)	(449)	(461)	(31)	(50)	(542)
Saldo em 31/12/2021 líquido de Depósitos Judiciais	1.663	1.840	107	93	2.040
Não circulante	1.663				2.040

	Controladora		Consolidado		Total
	Tributários	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	
Saldo em 31/12/2021	2.112	2.301	138	143	2.582
Causas judiciais					
Constituição	17	29	38	22	89
Atualização monetária	119	137	14	11	162
Reversão	-	(14)	(23)	(30)	(67)
Pagamentos	-	(8)	(29)	(8)	(45)
Conversão de depósito judicial	(449)	(449)	-	-	(449)
Combinação de negócios	-	2	9	18	29
Subtotal	1.799	1.998	147	156	2.301
(-) Depósitos judiciais ^(*)	(24)	(54)	(21)	(48)	(123)
Saldo em 31/12/2022 líquido de Depósitos Judiciais	1.775	1.944	126	108	2.178
Circulante	1.763				1.763
Não circulante	12				415

(*) Correspondem aos depósitos vinculados às referidas provisões. Os depósitos relativos aos processos não provisionados, avaliados como possíveis ou remotos, estão apresentados no Balanço Patrimonial na rubrica "Depósitos judiciais".

21.1.1 Tributários

As provisões equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos.

Controladora e Consolidado

Destaca-se o Mandado de Segurança ajuizado pela ITAÚSA no qual discutia o direito de observar o regime cumulativo de PIS e COFINS, à alíquota de 3,65%, considerando a ilegalidade e inconstitucionalidade da inclusão das "holdings puras" no regime não cumulativo (9,25%). A diferença contestada de 5,60% e não recolhida, referente ao período de abril de 2011 a outubro de 2017, foi cobrada em Execução Fiscal, garantida por meio de seguro. A diferença do período de novembro de 2017 a fevereiro de 2020 foi depositada em juízo e, a partir de março de 2020, a ITAÚSA passou a recolher a integralidade do PIS e COFINS enquanto aguardava julgamento de seus recursos pelos Tribunais Superiores. Os recursos foram julgados e a decisão final desfavorável transitou em julgado em abril de 2022, acarretando a conversão dos depósitos em renda da União no 3º trimestre de 2022.

A Administração da ITAÚSA, em 30 de setembro de 2022, procedeu a reclassificação da provisão do Passivo não Circulante para o Passivo Circulante no montante de R\$1.733. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da provisão é de R\$1.763 (R\$ 2.078 em 31 de dezembro de 2021 no Passivo não Circulante), sem qualquer impacto no resultado da ITAÚSA, em razão da decisão desfavorável no Mandado de Segurança o qual provocará o julgamento da Execução Fiscal no período inferior a 12 meses e implicará no desembolso de recursos à União.

21.1.2. Trabalhistas

Referem-se a processos que discutem, de forma substancial, pretensos direitos trabalhistas relativos a horas extras, doença ocupacional, equiparação salarial e responsabilidade subsidiária.

21.1.3. Cíveis

Referem-se, principalmente, a ações por danos morais e materiais.

21.2. Passivos contingentes

A ITAÚSA e suas controladas possuem processos de natureza trabalhista, cível e fiscal em discussão, cuja perda foi avaliada como possível que não requerem a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Tributários	266	222	1.280	987
Trabalhistas	-	-	21	37
Cíveis	-	22	94	60
Total	266	244	1.395	1.084

21.2.1. Tributários

Dentre as principais discussões de processos tributários de probabilidade de perda possível, destacamos os processos abaixo:

- Tributação de Reserva de reavaliação: Discussão relativa à tributação de Reserva de reavaliação nas operações societárias de cisão realizadas nos exercícios de 2006 e 2009 cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$321 (R\$304 em 31 de dezembro de 2021) na controlada Dexco;
- IRRF, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS (indeferimento de pedido de compensação): Casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$319 (R\$319 em 31 de dezembro de 2021) na ITAÚSA e suas controladas;
- IRPJ e CSLL sobre a taxa SELIC: Afestar a incidência incorrida na restituição do indébito tributário, cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$197 na controlada Dexco;
- PIS e COFINS (Glosa de Créditos): Discussão sobre restrição do direito ao crédito de certos insumos relacionados a estas contribuições cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$88 (R\$71 em 31 de dezembro de 2021) na controlada Itaotec;
- Incidência e Créditos de ICMS: Discussão sobre a incidência, reconhecimento e utilização de créditos de ICMS cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$73 (R\$64 em 31 de dezembro de 2021) nas controladas Dexco e Itaotec;
- Autuação de IRPJ e CSLL referente parcelamento de Lei nº 11.941/09: Discussão relativa IRPJ e CSLL em razão da não tributação da receita gerada quando da adoção do parcelamento da Lei nº 11.941/09 e da não adição de despesas financeiras na apuração de 2009 cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$57 (R\$54 em 31 de dezembro de 2021) na controlada Dexco.

21.3. Ativos contingentes

A ITAÚSA e suas controladas estão discutindo judicialmente o ressarcimento de tributos e contribuições, bem como são parte em processos cíveis, nos quais possuem direitos ou expectativas de direitos a receber.

O quadro abaixo apresenta os principais processos que, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos, têm probabilidade de êxito considerada provável. Por serem ativos contingentes, os valores respectivos a esses processos e a contabilização ocorrerão na forma e proporção da decisão judicial favorável, quando esta se der de forma definitiva. Desta forma, estes processos não estão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis.

	Nota	Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021
Tributários e Cíveis			
PIS e COFINS	21.3.1	180	66
Crédito prêmio de IPI (1980 a 1985)		157	140
Correção monetária de créditos com a Eletrobras		135	102
Crédito IPI - Insumos Zona Franca de Manaus	21.3.2	114	-
INSS - Contribuições previdenciárias		25	23
Lucro no Exterior (levantamento de depósito)		12	12
Cobrança / execução de títulos extrajudiciais		6	3
Outros		19	18
Total		648	364

21.3.1. PIS/COFINS - Exclusão do ICMS da base de cálculo

Para a controlada Dexco, ainda não houve o trânsito em julgado da medida judicial, relativa ao CNPJ extinto da Duratex S.A., após a associação com a Satipel e Duratex Florestal Ltda., que abrange o período de 2001 a 2015.

Para a controlada Itaotec, o valor do crédito de PIS e COFINS será discutido em ação de repetição de indébito ajuizada em novembro de 2022 e, após o trânsito em julgado, será recebido mediante precatório judicial.

21.3.2. Crédito de IPI – Insumos Zona Franca de Manaus

Em setembro de 2022 a controlada Itaotec obteve decisão judicial definitiva reconhecendo o direito ao crédito do IPI, decorrente de insumos isentos adquiridos da Zona Franca de Manaus, conforme decisão do STF em sede repercussão geral (Tema 322: Recurso Extraordinário nº 592.891/SP).

O critério de atualização monetária dos créditos (SELIC a partir da data do ajuizamento da ação: abril/2008) só foi definido em setembro de 2022. O valor do crédito será apurado em processo de execução judicial visando a expedição de precatório, quando então será reconhecido.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

22.1. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2022 é de R\$63.500 (R\$51.460 em 31 de dezembro de 2021), sendo composto por ações escriturais e sem valor nominal.

Em 13 de dezembro de 2021 o Conselho de Administração da ITAÚSA deliberou o aumento do Capital social, no montante de R\$7.945, mediante capitalização de reservas de lucros com bonificação de ações, na proporção de 5 novas ações para cada 100 ações da mesma espécie, atribuídas gratuitamente aos acionistas. Como resultado da bonificação, foram emitidas 144.491.889 ações ordinárias e 276.048.858 ações preferenciais.

Em 7 de novembro de 2022, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento de 11.892.300 ações mantidas em tesouraria (3.492.300 ordinárias e 8.400.000 preferenciais), adquiridas no âmbito do Programa de Recompra de Ações de Emissão Própria que esteve vigente entre os meses de fevereiro de 2021 e agosto de 2022. O cancelamento foi realizado mediante a absorção da Reserva de lucros para Reforço do Capital de Giro e sem redução do Capital social.

Adicionalmente, também em 7 de novembro de 2022, o Conselho de Administração da ITAÚSA deliberou o aumento do Capital social, no montante de R\$12.040, mediante capitalização de reservas de lucros com bonificação de ações, na proporção de 1 nova ação para cada 10 ações da mesma espécie, atribuídas gratuitamente aos acionistas. Como resultado da bonificação, foram emitidas 303.083.736 ações ordinárias e 578.862.602 ações preferenciais.

A composição do capital social está apresentada conforme a seguir:

	31/12/2022					
	Ordinária	%	Preferencial	%	Total	%
Grupo controlador (família Egydio de Souza Aranha)	2.111.901.708	63,35	1.129.291.576	17,74	3.241.193.284	33,41
Demais acionistas	1.222.019.387	36,65	5.238.197.044	82,26	6.460.216.431	66,59
Total	3.333.921.095	100,00	6.367.488.620	100,00	9.701.409.715	100,00
Residente no país	3.331.540.899	99,93	4.059.247.721	63,75	7.390.788.620	76,18
Residente no exterior	2.380.196	0,07	2.308.240.899	36,25	2.310.621.095	23,82

	31/12/2021					
	Ordinária	%	Preferencial	%	Total	%
Grupo controlador (família Egydio de Souza Aranha)	1.919.910.655	63,27	1.047.918.892	18,08	2.967.829.547	33,61
Demais acionistas	1.114.419.004	36,73	4.740.707.126	81,78	5.855.126.130	66,30
(-) Ações em tesouraria	-	-	8.400.000	0,14	8.400.000	0,10
Total	3.034.329.659	100,00	5.797.026.018	100,00	8.831.355.677	100,00
Residente no país	3.031.669.932	99,91	3.908.670.409	67,43	6.940.340.341	78,59
Residente no exterior	2.659.727	0,09	1.888.355.609	32,57	1.891.015.336	21,41

As ações preferenciais não possuem direito a voto, contudo, apresentam as seguintes vantagens aos seus detentores:

- Prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$0,01 por ação, não cumulativo, assegurado dividendo, pelo menos, igual ao das ações ordinárias; e
- Direito de, em eventual alienação de controle, ser incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle.

O capital social, por deliberação do Conselho de Administração, poderá ser aumentado até o limite de 10.500.000.000 de ações, sendo até 3.500.000.000 em ações ordinárias e 7.000.000.000 em ações preferenciais.

22.2. Reservas de capital

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Opções de ações outorgadas	688	599
Ágio na emissão de ações	4	4
Incentivos fiscais	2	2
Reserva de reavaliação	6	6
Outras	(137)	(39)
Total	563	572

22.3. Reservas de lucros

		Controladora					
		Reservas estatutárias (b)					
		Reserva legal (a)	Equalização de dividendos	Reforço do capital de giro	Aumento de capital de empresas participadas	Dividendos propostos (c)	Total
	Nota	2.615	5.656	2.656	3.570	48	14.545
Saldo em 31/12/2020		610	4.120	1.648	2.472	-	8.850
Constituição		610	4.120	1.648	2.472	-	8.850
Capitalização de Reservas (Bonificação de ações)	22.1	-	(7.938)	-	-	-	(7.938)
Dividendos e juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	(48)	(48)
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos		-	(564)	(91)	(142)	797	-
Dividendos prescritos		-	6	-	-	-	6
Equivalência patrimonial reflexa		-	904	-	-	-	904
Saldo em 31/12/2021		3.225	2.184	4.213	5.900	797	16.319
Constituição		684	4.146	1.658	2.488	-	8.976
Capitalização de Reservas (Bonificação de ações)	22.1	-	(5.865)	(2.328)	(3.847)	-	(12.040)
Cancelamento de ações em tesouraria	22.1	-	-	(133)	-	-	(133)
Dividendos e juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	(797)	(797)
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos		-	-	-	-	877	877
Dividendos prescritos		-	7	-	-	-	7
Equivalência patrimonial reflexa		-	389	-	-	-	389
Saldo em 31/12/2022		3.909	861	3.410	4.541	877	13.598

(a) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido, apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do Capital social.

(b) Reservas estatutárias

- **Reserva para equalização de dividendos:** tem por finalidade garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, limitada à 40% do Capital social;
- **Reserva para reforço do capital de giro:** tem por finalidade garantir meios financeiros para a operação da ITAÚSA, limitada à 30% do Capital social; e
- **Reserva para aumento de capital de empresas participadas:** tem por finalidade garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas, limitada à 30% do Capital social.

O montante das referidas reservas estatutárias acima não excederá o limite de 95% do Capital social. Adicionalmente, o saldo dessas reservas, somado ao da Reserva legal, não poderá ultrapassar o Capital social.

(c) Dividendos propostos

Referem-se aos Dividendos e Juros sobre o capital próprio, deliberados pelo Conselho de Administração, a serem ratificados pela Assembleia Geral Ordinária, no exercício seguinte ao das Demonstrações Contábeis.

22.4. Ajuste de avaliação patrimonial

		Controladora	
		31/12/2022	31/12/2021
Benefício pós emprego		(558)	(537)
Valor justo de ativos financeiros		(2.090)	(912)
Ajuste de conversão / hiperinflação		1.011	2.282
Hedge accounting		(3.227)	(3.201)
Total		(4.864)	(2.368)

O saldo refere-se, em sua totalidade, à equivalência patrimonial sobre os ajustes de avaliação patrimonial das coligadas e controladas em conjunto.

22.5. Destinação do resultado, Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - JCP

22.5.1. Destinação do resultado

	Controladora	
	2022	2021
Lucro líquido	13.674	12.200
(-) Reserva legal	(684)	(610)
Base de cálculo para Dividendos/JCP	12.990	11.590
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	3.248	2.898
Destinação:		
Distribuição aos acionistas		
Dividendos	-	336
Juros sobre capital próprio	3.821	3.014
Juros sobre capital próprio propostos	877	-
	4.698	3.350
Reservas de lucros	8.292	8.240
	12.990	11.590
% bruto pertencente aos acionistas	36,16%	28,90%

As ações de ambas as espécies participam dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias, dividendo igual ao mínimo prioritário anual de R\$0,01 por ação a ser pago às ações preferenciais.

O valor por ação dos dividendos e JCP, para o exercício de 2022, está apresentado a seguir:

	Data do pagamento (realizado ou previsto)	Valor por ação		Montante distribuído	
		Bruto	Líquido	Bruto	Líquido
Pagos					
Juros sobre capital próprio	01/07/2022	0,02353	0,02000	207	176
Juros sobre capital próprio	30/08/2022	0,01030	0,00876	91	78
Juros sobre capital próprio	30/08/2022	0,11337	0,09636	1.000	850
Juros sobre capital próprio	03/10/2022	0,02353	0,02000	207	176
		0,17073	0,14512	1.505	1.280
Provisionados					
Juros sobre capital próprio	02/01/2023	0,02353	0,02000	228	194
Juros sobre capital próprio	03/04/2023	0,02353	0,02000	228	194
Juros sobre capital próprio	29/12/2023	0,04940	0,04199	436	370
Juros sobre capital próprio	29/12/2023	0,05154	0,04381	500	425
Juros sobre capital próprio	29/12/2023	0,04450	0,03782	432	367
Juros sobre capital próprio	10/03/2023	0,05062	0,04303	492	418
		0,24312	0,20665	2.316	1.968
Propostos					
Juros sobre capital próprio	10/03/2023	0,09038	0,07682	877	745
		0,09038	0,07682	877	745
Total		0,50422	0,42859	4.698	3.993

22.5.2. Dividendos e JCP a pagar

A movimentação dos Dividendos e JCP a pagar está apresentada a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	Dividendos	JCP	Total	Dividendos	JCP	Total
Saldo em 31/12/2020	349	883	1.232	350	975	1.325
Dividendos e JCP deliberados	336	2.722	3.058	633	3.268	3.901
Dividendos prescritos	(3)	(3)	(6)	(3)	(3)	(6)
Pagamentos	(673)	(1.729)	(2.402)	(970)	(2.365)	(3.335)
Saldo em 31/12/2021	9	1.873	1.882	10	1.875	1.885
Dividendos e JCP deliberados	-	3.944	3.944	-	4.084	4.084
Dividendos prescritos	(5)	(2)	(7)	(5)	(2)	(7)
Pagamentos	-	(3.851)	(3.851)	-	(3.851)	(3.851)
Saldo em 31/12/2022	4	1.964	1.968	5	2.106	2.111

22.6. Ações em tesouraria

Em 22 de fevereiro de 2021 o Conselho de Administração aprovou um Programa de Recompra de Ações de Emissão Própria ("Programa"), para tesouraria, até o limite de 250 milhões de ações (50 milhões de ordinárias e 200 milhões de preferenciais) que representam 4,5% das ações em circulação da ITAÚSA. Em agosto de 2022 terminou o prazo para aquisição de ações de emissão própria dentro do referido programa, sendo o preço médio de aquisição das ações de R\$11,18 (R\$10,22 Ordinárias e R\$11,59 Preferenciais).

Conforme descrito na nota 22.1, em 7 de novembro de 2022, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento das ações mantidas em tesouraria adquiridas no âmbito do Programa.

	Controladora			
	Quantidade de ações			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Saldo em 31/12/2020	-	-	-	-
Aquisição de ações	-	8.000.000	8.000.000	(90)
Bonificação de ações	-	400.000	400.000	(7)
Saldo em 31/12/2021	-	8.400.000	8.400.000	(97)
Aquisição de ações	3.492.300	-	3.492.300	(36)
Cancelamento de ações	(3.492.300)	(8.400.000)	(11.892.300)	133
Saldo em 31/12/2022	-	-	-	-

23. RECEITA LÍQUIDA

	Consolidado	
	2022	2021
Receita de venda de produtos e serviços		
Mercado interno	8.706	8.584
Mercado externo	1.756	1.568
	10.462	10.152
Deduções da receita		
Tributos sobre as vendas	(1.976)	(1.982)
Total	8.486	8.170

24. RESULTADO POR NATUREZA

	Controladora	
	Despesas gerais e administrativas	
	2022	2021
Remuneração e encargos com pessoal	(89)	(75)
Serviços de terceiros	(44)	(10)
Seguros	(17)	(16)
Depreciação e amortização	(10)	(10)
Despesas de publicidade	(5)	(9)
Outras despesas	(7)	(23)
Total	(172)	(143)

	Nota	Consolidado							
		Custos dos produtos e serviços		Despesas com vendas		Despesas gerais e administrativas		Total	
		2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Varição nos estoques de produtos acabados e em elaboração		1.012	857	-	-	-	-	1.012	857
Varição no valor justo dos ativos biológicos	12	598	129	-	-	-	-	598	129
Matérias primas e materiais de consumo		(4.996)	(4.338)	-	-	-	-	(4.996)	(4.338)
Remuneração e encargos com pessoal		(991)	(885)	(163)	(161)	(298)	(274)	(1.452)	(1.320)
Depreciação, amortização e exaustão		(788)	(651)	(3)	(4)	(38)	(31)	(829)	(686)
Serviços de terceiros		-	-	-	-	(119)	(85)	(119)	(85)
Despesas de publicidade		-	-	(131)	(115)	(6)	(29)	(137)	(144)
Despesas de transporte		(16)	(13)	(630)	(515)	-	-	(646)	(528)
Comissões		-	-	(100)	(144)	-	-	(100)	(144)
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa - PECLD		-	-	(16)	(21)	-	-	(16)	(21)
Seguros		(15)	(9)	(1)	-	(17)	(17)	(33)	(26)
Outras despesas		(415)	(386)	(76)	(46)	(70)	(71)	(561)	(503)
		(5.611)	(5.296)	(1.120)	(1.006)	(548)	(507)	(7.279)	(6.809)

25. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Resultado na venda de investimentos	15.2.3	2.551	903	2.551	903
Dividendos e Juros sobre capital próprio	6.1	312	209	312	209
Receita de aluguéis		7	7	5	5
Benefícios a empregados		5	(2)	13	(2)
Perda no valor recuperável		-	-	(4)	5
Resultado na venda de imobilizado		-	-	(11)	(18)
Doações - COVID - 19		-	-	(2)	(5)
Reversão de provisão - ICMS base PIS/COFINS		-	-	-	113
Exclusão do ICMS na base do PIS/COFINS		-	-	-	392
Resultado de processos judiciais		(19)	(277)	(20)	(315)
Amortização carteira de clientes		-	-	(26)	(26)
Outros		31	(18)	65	78
		2.887	822	2.883	1.339

26. RESULTADO FINANCEIRO

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras					
Rendimentos de aplicações financeiras		317	67	515	132
Valor justo de títulos e valores mobiliários	6.1	567	648	567	648
Variação cambial ativa	26.2	-	59	27	105
Atualização de depósitos judiciais		26	15	44	18
Outras atualizações monetárias		6	7	47	33
Atualizações - Créditos de PIS e COFINS		-	-	45	245
Outras receitas financeiras		-	14	85	47
		916	810	1.330	1.228
Despesas financeiras					
Encargos de dívida		(841)	(260)	(1.425)	(447)
Valor justo de títulos e valores mobiliários	6.1	(78)	(124)	(78)	(124)
PIS/COFINS sobre receita financeira	26.1	(347)	(235)	(381)	(249)
Juros de passivo de arrendamento		-	-	(8)	(6)
Variação cambial passiva	26.2	-	(101)	(98)	(147)
Atualização de provisões com processos judiciais		(118)	(51)	(125)	(52)
Outras atualizações monetárias		(1)	-	(30)	(25)
Operações com derivativos		-	-	(92)	(8)
Outras despesas financeiras		(23)	(5)	(106)	(27)
		(1.408)	(776)	(2.343)	(1.085)
		(492)	34	(1.013)	143

26.1. PIS/COFINS sobre Receitas financeiras

Referem-se, substancialmente, ao PIS/COFINS incidentes sobre a receita com JCP recebidos.

26.2. Variação cambial ativa e passiva (Controladora)

Em 2021 a totalidade das rubricas era decorrente do montante a pagar ao fundo Nova Infraestrutura Fundo de Investimento em Participações e Multiestratégia, em virtude da aquisição de 7,65% da NTS. Em 16 de dezembro de 2021 o passivo foi aportado integralmente na NISA.

27. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

Os valores registrados como despesas de Imposto de renda (IRPJ) e Contribuição social (CSLL) nas Demonstrações Contábeis estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	13.924	11.869	14.556	13.240
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais (34%)	(4.734)	(4.035)	(4.949)	(4.502)
(Acréscimo)/Decréscimo para a apuração do IRPJ e CSLL efetivos				
Resultado de participações societárias	3.978	3.793	3.903	3.535
Dividendos sobre investimento classificados como ativo financeiro	105	69	105	69
Juros sobre o capital próprio	564	178	650	419
Lucros do Exterior	(154)	(26)	(154)	(26)
Créditos tributários	-	309	(2)	344
Incentivos fiscais	-	-	22	59
Diferença de tributação de empresa controlada	-	-	35	20
Atualização Selic s/ICMS na Base do PIS/COFINS	-	-	15	107
Outros ajustes não dedutíveis	(9)	43	(27)	26
IRPJ e CSLL apurados	(250)	331	(402)	51
Correntes	-	(7)	(129)	(278)
Diferidos	(250)	338	(273)	329
Alíquota efetiva	1,8%	-2,8%	2,8%	-0,4%

28. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Numerador		
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores		
Preferenciais	8.974	8.007
Ordinárias	4.700	4.193
	13.674	12.200
Denominador		
Média ponderada das ações em circulação		
Preferenciais	6.367.488.620	6.372.710.183
Ordinárias	3.334.460.517	3.337.762.625
	9.701.949.137	9.710.472.808
Lucro líquido por ação - Básico e Diluído (Em Reais)		
Preferenciais	1,40941	1,25638
Ordinárias	1,40941	1,25638

29. REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES

Plano para Outorga de Opções de Ações – Controlada Dexco

Conforme previsão estatutária, a controlada Dexco possuía, até o exercício de 2019, plano para outorga de opções de ações que tinha por objetivo integrar executivos no processo de desenvolvimento da mesma, a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trariam para as ações representativas de seu Capital social.

As opções conferiam aos seus titulares o direito de, observadas as condições estabelecidas no plano, subscrever ações ordinárias do Capital social autorizado da controlada Dexco.

As regras e procedimentos operacionais relativos ao plano eram propostos pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação ("Comitê"), designado pelo Conselho de Administração da controlada Dexco. Periodicamente, esse comitê submetia à aprovação do Conselho de Administração propostas relativas à aplicação do plano.

Só houve outorga de opções com relação aos exercícios em que houve apuração de lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas. A quantidade total de opções outorgadas em cada exercício não ultrapassou o limite de 0,5% da totalidade das ações da Dexco que os acionistas controladores e não controladores possuíam na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.

O preço de exercício a ser pago à Dexco foi fixado pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação na outorga da opção. Para fixação do preço de exercício das opções, o Comitê de Pessoas considerou a média dos preços das ações ordinárias da Dexco nos pregões da B3, no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da emissão das opções, a critério desse Comitê, facultado ainda, ajuste de até 30%, para mais ou para menos. Os preços estabelecidos serão reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas designar.

Segue abaixo as características das ações outorgadas e as principais premissas para o cálculo do valor justo:

	2016	2018	2019
Principais características			
Total de opções de ações outorgadas	1.002.550	1.046.595	1.976.673
Preço de exercício na data da outorga	5,74	9,02	9,80
Valor justo na data da outorga	4,00	5,19	5,17
Prazo limite para exercício	8,9 anos	8,8 anos	8,8 anos
Prazo de carência	3,9 anos	3,8 anos	3,7 anos
Principais premissas para cálculo do valor justo			
Volatilidade do preço da ação	39,82%	38,09%	38,49%
<i>Dividend Yield</i>	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de retorno livre de risco (Cupom IGP-M)	6,95%	4,67%	4,05%
Taxa efetiva de exercício	94,90%	94,90%	94,90%

A controlada Dexco efetua a liquidação desse plano de benefícios entregando ações de sua própria emissão que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos executivos. Nos exercícios de 2015 e 2017 não houve outorga de opção de ações.

Segue abaixo a apropriação das opções outorgadas:

Exercício da outorga	Saldo de ações a exercer		Competência						
	31/12/2022	Valor Total	Vencidas	2016 e 2017	2018	2019	2020	2021	2022
Vencidas em anos anteriores			95	-	-	-	-	-	-
2016	58.830	5	-	3	1	1	-	-	-
2018	651.118	5	-	-	1	2	1	1	-
2019	1.755.602	10	-	-	-	2	3	3	3
	2.465.550	20	95	3	2	5	4	4	3
Efetividade de exercício		95,19%	96,63%	96,63%	94,90%	94,90%	94,90%	94,90%	94,90%
Valor apurado		20	92	3⁽¹⁾	2⁽²⁾	5⁽³⁾	4⁽⁴⁾	4⁽⁵⁾	3⁽⁶⁾

(1) Valor contabilizado contra o resultado nos exercícios de 2016 e 2017;

(2) Valor contabilizado contra o resultado em 2018;

(3) Valor contabilizado contra o resultado em 2019;

(4) Valor contabilizado contra o resultado em 2020;

(5) Valor contabilizado contra o resultado em 2021;

(6) Valor contabilizado contra o resultado em 2022.

Em 31 de dezembro de 2022 a controlada Dexco possuía 29.138.345 ações em tesouraria (6.489.405 em 31 de dezembro de 2021), que poderão ser utilizadas para fazer face a um eventual exercício de opção.

30. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

30.1. Planos de previdência privada

A ITAÚSA e suas controladas no Brasil fazem parte do grupo de patrocinadoras da Fundação Itaúsa Industrial ("Fundação"), entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade operar planos privados de concessão de benefícios de pecúlios ou de renda complementares ou assemelhados aos da Previdência Social, sendo regulada pelos órgãos competentes.

A Fundação administra o Plano de Contribuição Definida – PAI – CD ("Plano CD") e o Plano de Benefícios Definido - BD ("Plano BD"), sendo que os colaboradores contam com a opção de participar voluntariamente do Plano CD.

30.1.1. Plano de Contribuição Definida – Plano CD

Este plano é oferecido a todos os colaboradores das patrocinadoras e contava em 31 de dezembro de 2022 com 6.271 participantes (6.833 em 31 de dezembro de 2021).

No Plano CD não há risco atuarial para as patrocinadoras, ou seja, não há obrigação adicional de pagamento depois que as contribuições são efetuadas. O regulamento vigente prevê a contribuição das patrocinadoras com percentual entre 50% e 100% do montante aportado pelos funcionários.

Devido a posição superavitária do plano, demonstrada no item (a) abaixo, a ITAÚSA e suas controladas não realizaram contribuições nos exercícios de 2022 e 2021.

(a) Fundo Previdencial

As contribuições das patrocinadoras que permaneceram no plano em decorrência dos participantes terem optado pelo resgate ou pela aposentadoria antecipada, formaram um Fundo Previdencial que, de acordo com regulamento do plano, vem sendo utilizado para compensação das contribuições futuras das patrocinadoras.

O valor presente das contribuições normais futuras, utilizando-se o percentual médio de contribuição normal das patrocinadoras, foi calculado pelos atuários independentes e está apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Valor presente das obrigações	(123)	(106)	(1.882)	(1.756)
Valor justo dos ativos	139	170	3.026	2.804
Restrição no reconhecimento do ativo	(3)	(55)	(1.021)	(939)
Ativo reconhecido (Não circulante)	13	9	123	109

A variação positiva do saldo a receber, na ITAÚSA no valor de R\$4 e no consolidado no valor de R\$14, foram registrados no resultado em contrapartida da rubrica "Outras receitas e despesas".

30.1.2. Plano de Benefício Definido – Plano BD

É um plano que tem como finalidade básica a concessão de benefícios que, sob a forma de renda mensal vitalícia, se destina a complementar, nos termos de seu regulamento, os proventos pagos pela Previdência Social. Este plano encontra-se em extinção, assim considerado por vedar o acesso de novos participantes.

Os recursos do plano são convertidos em benefícios em caso de aposentadoria por tempo de contribuição, especial, por idade e invalidez além de prêmio por aposentadoria, renda mensal vitalícia e pecúlio por morte.

Em dezembro de 2019 a PREVIC aprovou a destinação de reserva especial do Plano BD, relativa ao exercício de 2016, a ser restituída a todas as patrocinadoras, em 36 parcelas mensais a partir do mês de janeiro de 2020, no montante de R\$2 na ITAÚSA e de R\$18 no consolidado, tendo sido o último recebimento desta reserva em dezembro de 2022.

Em outubro de 2020 a PREVIC aprovou a destinação de reserva especial do Plano BD, relativa ao exercício de 2017, a ser restituída a todas as patrocinadoras, em 36 parcelas mensais a partir do mês de novembro de 2020, no montante de R\$1 na ITAÚSA e de R\$14 no consolidado.

Ambas as restituições foram registradas no Balanço Patrimonial na rubrica "Outros ativos" (Nota 11) em contrapartida do resultado do exercício na rubrica "Outras receitas e despesas".

Devido a posição superavitária do plano, demonstrada no item (a) abaixo, a ITAÚSA e suas controladas não esperam realizar contribuições no exercício de 2023.

(a) Movimentação dos ativos e passivos atuariais

		Controladora							
		31/12/2022				31/12/2021			
Nota		Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição no reconhecimento do ativo	Ativo (Passivo) líquidos reconhecidos	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição no reconhecimento do ativo	Ativo (Passivo) líquidos reconhecidos
	Saldo inicial	(15)	25	(9)	1	(16)	26	(8)	2
	Juros	(1)	2	(1)	-	(1)	2	(1)	-
	Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de premissas demográficas	(2)	-	-	(2)	(1)	-	-	(1)
	Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de premissas econômicas	1	-	-	1	1	-	-	1
	Mudança no superávit irrecuperável	-	-	1	1	-	-	-	-
	Contribuições pagas pelas patrocinadoras empresa	-	(1)	-	(1)	-	(1)	-	(1)
	Benefícios pagos	2	(2)	-	-	2	(2)	-	-
	Saldo final	(15)	24	(9)	-	(15)	25	(9)	1
	Circulante	11			-				1
	Não circulante	11			-				-
		Consolidado							
		31/12/2022				31/12/2021			
Nota		Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição no reconhecimento do ativo	Ativo (Passivo) líquidos reconhecidos	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição no reconhecimento do ativo	Ativo (Passivo) líquidos reconhecidos
	Saldo inicial	(141)	229	(70)	18	(156)	254	(72)	26
	Juros	(12)	19	(6)	1	(11)	18	(5)	2
	Retorno sobre os ativos do plano	-	(2)	-	(2)	-	(14)	-	(14)
	Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de premissas demográficas	(16)	-	-	(16)	(4)	-	-	(4)
	Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de premissas econômicas	8	-	-	8	13	-	-	13
	Mudança no superávit irrecuperável	-	-	11	11	-	-	7	7
	Contribuições pagas pelas patrocinadoras	-	(14)	-	(14)	-	(12)	-	(12)
	Benefícios pagos	18	(18)	-	-	17	(17)	-	-
	Saldo final	(143)	214	(65)	6	(141)	229	(70)	18
	Circulante	11			6				13
	Não circulante	11			-				5

(b) Classes de ativos

Classe de ativos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
	%	%	%	%
Renda fixa	100	100	100	100
Total	100	100	100	100

(c) Principais premissas atuariais

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Premissas econômicas		
Taxa de desconto	9,67%	9,13%
Taxa de inflação	3,50%	3,75%
Taxa de crescimento salarial	3,50%	3,75%
Crescimento dos benefícios	3,50%	3,75%
Premissas demográficas		
Tábua de mortalidade	AT-2000 (desagravada em 10%)	AT-2000 (desagravada em 10%)
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB - 1983	RRB - 1983
Tábua de entrada em invalidez	ARRB - 1944 (desagravada em 70%)	ARRB - 1944 (desagravada em 70%)
Tábua de rotatividade	Nula (ITAÚSA e Itaotec) / Experiência do atuário (Dexco)	Experiência do atuário
Idade de aposentadoria	Primeira idade com direito a um dos benefícios	Primeira idade com direito a um dos benefícios

(d) Análise de sensibilidade

Segue abaixo uma análise de sensibilidade considerando os efeitos decorrentes de mudanças nas principais premissas atuariais utilizadas para determinar o resultado do Plano BD:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de desconto				
+1,0%	15	14	135	130
-1,0%	17	16	154	148

(e) Análise de vencimento dos benefícios

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2022
2023	2	18
2024	2	17
2025	2	17
2026	2	17
2027	2	16
2028 - 2032	9	76
Total	19	161

30.2. Planos de assistência médica

A controlada Dexco oferece 2 planos de assistência médica:

- **Plano de assistência médica pós-emprego:** A Dexco oferece planos que foram contributários, atualmente, com coparticipação aos seus colaboradores e respectivos dependentes. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, 10 operadoras de saúde totalizavam 29.408 e 28.299 vidas, respectivamente, (ativos, demitidos, aposentados e dependentes), caracterizando a obrigação de extensão de cobertura para demitidos e aposentados conforme a Lei nº 9.656/98.
- **Plano de assistência médica a funcionários afastados:** A Dexco oferece plano de benefício de plano de saúde para empregados afastados.

A controlada Dexco contratou atuários independentes para realização de avaliação atuarial dos passivos dos planos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. As hipóteses e o método atuarial utilizado para a avaliação estão em conformidade com os princípios atuariais e com o CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a empregados.

(a) Movimentação dos passivos atuariais

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Valor presente das obrigações do plano		
Saldo inicial	38	50
Custo dos juros	3	4
Retorno/Perda sobre os ativos do plano	(5)	(3)
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de premissas econômicas	-	(13)
Saldo final	36	38
Reconhecidos no Resultado	(2)	1
Reconhecido em Outros resultados abrangentes	-	(13)

30.3. Plano de Incentivo de Longo Prazo – ILP

A controlada Dexco e suas controladas aprovaram, em 30 de abril de 2020, Plano de Incentivo de Longo Prazo – ILP. O ILP tem por finalidade: (i) estimular o compromisso dos executivos no longo prazo, de forma a incentivar que busquem o êxito em todas as suas atividades e a consecução dos objetivos da companhia; (ii) atrair e reter os melhores profissionais oferecendo incentivos que se alinhem com o crescimento contínuo da companhia; e (iii) proporcionar, no que se refere a remuneração variável, diferencial competitivo em relação ao mercado. O ILP está subdividido da seguinte forma:

- **Performance shares:** Serão transferidas ações de emissão da controlada Dexco aos participantes em caso de atingimento da meta de *performance*, com base no planejamento estratégico da controlada Dexco, para o período de 5 anos. É elegível somente aos diretores não empregados (diretores estatutários).
- **Matching:** A controlada Dexco convidará o beneficiário a investir um percentual do seu Incentivo de Curto Prazo – ICP comprando ações da companhia, devendo o beneficiário permanecer com as ações durante o período abrangido pelo programa. Ao completar 4 anos, a controlada Dexco procederá a transferência de adicional corresponde a 50% das ações adquiridas pelo beneficiário e, ao completar 5 anos, a controlada Dexco concluirá a integralidade do aporte dos 50% restantes, completando 100% do *matching*. É elegível somente aos diretores não empregados (diretores estatutários).
- **Ações restritas:** Serão transferidas ações da controlada Dexco aos seus colaboradores, sem custo, desde que, no período de um ano, os mesmos tenham atingido desempenho diferenciado e garantido alto impacto para o negócio da companhia. Serão elegíveis ao programa os colaboradores admitidos sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. As ações serão transferidas após o prazo de 3 anos da sua concessão.

Em relação aos planos descritos acima, durante o exercício de 2022 foram reconhecidos no resultado o valor de R\$10 (R\$6 em 2021), sendo o saldo no patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2022 de R\$14 (R\$6 em 31 de dezembro de 2021).

31. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Os segmentos operacionais divulgados refletem, de modo consistente, a gestão para tomada de decisões e o acompanhamento de resultados do Comitê Executivo, principal tomador das decisões operacionais na ITAÚSA.

As empresas nas quais a ITAÚSA investe têm autonomia para definir seus padrões diferenciados e específicos na gestão e segmentação dos seus respectivos negócios.

As políticas contábeis de cada segmento são uniformes às utilizadas pela ITAÚSA, em todos os aspectos materiais. Os segmentos possuem carteira de clientes pulverizada, sem nenhuma concentração de receita.

Os segmentos operacionais da ITAÚSA foram definidos de acordo com os relatórios apresentados ao Comitê Executivo. Os segmentos considerados na Demonstração Consolidada da ITAÚSA são os seguintes:

- **Dexco:** Apresenta 4 segmentos de negócio: (i) Deca – fabrica e comercializa louças, metais sanitários e chuveiros, negociados sob as marcas Deca, Hydra, Belize, Elizabeth e Hydra Corona; (ii) Revestimentos - produz e comercializa revestimentos para piso e parede, utilizando as marcas Ceusa, Portinari e Castelatto; (iii) Madeira – fabrica e comercializa painéis de madeira de média e alta densidade, mais conhecidos como MDP, MDF e HDF, feitos a partir de pinus e eucalipto, utilizando as marcas Duratex e Durafloor; e (iv) Celulose solúvel - nova fábrica de celulose solúvel com capacidade de produção anual de 500 mil toneladas, em parceria com a empresa austríaca Lenzing.
- **Outros:** Referem-se às informações da Itautec e ITH Zux Cayman.

	DEXCO	ITAÚSA	Outros	(-) Eliminação	Consolidado	DEXCO	ITAÚSA	Outros	(-) Eliminação	Consolidado
	31/12/2022					31/12/2021				
Balanco patrimonial										
Total do Ativo	15.625	83.254	68	(2.310)	96.637	13.420	74.602	165	(2.206)	85.981
Total do Passivo	9.663	10.457	45	(63)	20.102	7.686	8.716	71	-	16.473
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	5.872	72.797	24	(5.896)	72.797	5.734	65.886	92	(5.826)	65.886
Demonstração de resultado										
	2022					2021				
Receita líquida	8.486	-	-	-	8.486	8.170	-	-	-	8.170
Mercado interno	6.893	-	-	-	6.893	6.742	-	-	-	6.742
Mercado externo	1.593	-	-	-	1.593	1.428	-	-	-	1.428
Resultado de participações societárias	55	11.701	-	(277)	11.479	(69)	11.156	-	(690)	10.397
Resultado financeiro	(532)	(492)	11	-	(1.013)	97	34	12	-	143
Depreciações e amortizações	(845)	(10)	-	-	(855)	(712)	(10)	-	-	(722)
Tributos sobre o lucro	(153)	(250)	1	-	(402)	(263)	331	(17)	-	51
Lucro líquido	765	13.674	(8)	(277)	14.154	1.725	12.200	56	(690)	13.291
Análise de desempenho										
ROE ⁽¹⁾	13,7%	20,0%	-	-	-	31,3%	20,1%	-	-	-

⁽¹⁾ Representa a relação entre o Lucro líquido e o Patrimônio líquido médio, ambos atribuíveis aos acionistas controladores

Embora o Itaú Unibanco, a XP, a CCR, a Alpargatas, a Aegea, a Copa Energia e a NTS não sejam empresas controladas e, por consequência, não sejam consideradas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, a Administração revisa suas informações e as considera como um segmento de negócio por serem parte do portfólio de investimentos da ITAÚSA. O detalhamento de suas atividades e o resumo de suas informações financeiras está demonstrado a seguir:

- **Itaú Unibanco:** é uma instituição financeira que oferece, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, uma ampla gama de produtos de crédito e outros serviços financeiros a uma base diversificada de clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no Exterior.
- **XP:** plataforma provedora de produtos e serviços financeiros no Brasil.
- **CCR:** opera empresas de concessão de infraestrutura e mobilidade na América Latina, atuando nos segmentos de concessão de rodovias, mobilidade urbana, aeroportos e serviços.
- **Alpargatas:** suas atividades são a fabricação e comercialização de calçados e respectivos componentes; artigos de vestuário; artefatos têxteis e respectivos componentes; e artigos de couro, de resina e de borracha natural ou artificial.
- **Aegea:** líder no setor privado em serviços de saneamento básico no Brasil.
- **Copa Energia:** consolida as marcas Copagaz e Liquegás que respondem juntas por cerca de 25% da distribuição de GLP no Brasil. Possuem operações em 24 estados e Distrito Federal e cerca de 90 mil colaboradores diretos e indiretos.
- **NTS:** transportadora de gás natural, por meio de sistema de gasodutos, operando nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, os quais respondem por aproximadamente 50% do consumo de gás no Brasil. Esse sistema possui conexões com o gasoduto Brasil-Bolívia, com os terminais de gás natural liquefeito (GNL) e com as unidades de processamento de gás.

**Balço Patrimonial**

31/12/2022

Total do Ativo	2.323.440	192.035	50.547	8.499	17.181	5.231	11.836
Total do Passivo	2.146.097	174.992	38.725	2.740	11.225	3.300	15.978
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	167.953	17.036	11.465	5.758	5.490	1.932	(4.142)

Demonstração de Resultado

2022

Receita líquida ⁽¹⁾	278.042	13.347	19.182	4.182	4.634	11.741	6.778
Mercado interno	211.139	12.856	18.200	2.970	4.634	11.741	6.778
Mercado externo	66.903	491	982	1.212	-	-	-
Resultado de participações societárias	672	(12)	254	(186)	240	2	-
Resultado financeiro ⁽²⁾	-	-	(3.107)	70	(1.238)	(310)	(1.223)
Depreciações e amortizações	(5.750)	(206)	(1.733)	(164)	(443)	(154)	(425)
Tributos sobre o lucro	(6.796)	136	(2.793)	(87)	(374)	(127)	(1.532)
Lucro líquido atribuível aos controladores	29.702	3.579	4.133	121	260	300	3.075

Análise de desempenho

ROE	18,7%	22,1%	-	2,3%	9,4%	-	-
-----	-------	-------	---	------	------	---	---

**Balço Patrimonial**

31/12/2021

Total do Ativo	2.069.206	139.340	8.031	16.101	4.977	11.410
Total do Passivo	1.904.730	124.921	4.564	9.697	3.302	8.945
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	152.864	14.417	3.396	5.994	1.675	2.465

Demonstração de Resultado

2021

Receita líquida ⁽¹⁾	192.192	12.077	3.949	3.711	10.172	5.766
Mercado interno	150.708	11.724	2.704	3.711	10.172	5.766
Mercado externo	41.484	353	1.245	-	-	-
Resultado de participações societárias	1.164	(8)	-	64	2	-
Resultado financeiro ⁽²⁾	-	-	95	(599)	(165)	(209)
Depreciações e amortizações	(5.548)	(232)	(131)	(326)	(182)	(414)
Tributos sobre o lucro	(13.847)	(223)	(52)	(311)	(43)	(1.521)
Lucro líquido atribuível aos controladores	26.760	3.589	690	501	(199)	3.060

Análise de desempenho

ROE	18,2%	28,6%	21,7%	15,2%	-	-
-----	-------	-------	-------	-------	---	---

⁽¹⁾ Para o Itaú Unibanco corresponde à: (i) Receita de juros, rendimentos e dividendos; (ii) Ajuste ao valor justo de ativos e passivos financeiros; (iii) Resultado de operações de câmbio e variações cambiais sobre transações no exterior; (iv) Receita de prestação de serviços e tarifas bancárias; e (v) Resultado de operações de seguros e previdência privada.

⁽²⁾ Devido o Itaú Unibanco e a XP pertencerem ao "Setor financeiro" as receitas e despesas financeiras encontram-se incorporadas no item de "Receita líquida"

32. PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas decorrem do curso normal dos negócios e são efetuadas a valores e taxas usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

A ITAÚSA possui "Política para Transações com Partes Relacionadas", aprovada pelo Conselho de Administração, que visa estabelecer regras e procedimentos para assegurar que as decisões envolvendo transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas assegurando comutatividade e transparência, garantindo aos acionistas, investidores e outras partes interessadas que as transações foram pautadas nas melhores práticas de Governança Corporativa. Em 9 de agosto de 2021 foi criado o Comitê de Partes Relacionadas com o objetivo de avaliar e deliberar previamente sobre a viabilidade das transações com partes relacionadas, conforme critérios indicados na referida política.

Além dos montantes de Dividendos a receber (Nota 9), os demais saldos e transações entre partes relacionadas estão apresentados abaixo:

	Natureza	Relacionamento	Controladora		Consolidado	
			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo						
Caixa e Equivalentes de caixa						
Itaú Unibanco	Conta corrente e aplicações financeiras	Controlada em conjunto	-	-	35	15
XP	Aplicações financeiras	Coligada indireta	-	-	6	-
Clientes						
Leo Madeiras Máquinas & Ferramentas Ltda.	Venda de produtos	Acionista não controlador da controlada Dexco	-	-	53	23
LD Celulose	Venda de produtos	Coligada indireta	-	-	50	22
			-	-	3	1
Ativo Biológico						
LD Celulose		Coligada indireta	-	-	63	38
LD Florestal		Controlada em conjunto indireta	-	-	61	38
			-	-	2	-
Total						
			-	-	151	76
Passivo						
Empréstimos						
Itaú Unibanco	Crédito de Exportação	Controlada em conjunto	-	-	(623)	(546)
			-	-	(623)	(546)
Arrendamentos						
Ligna Florestal Ltda.	Aluguéis	Acionista não controlador da controlada Dexco	-	-	(34)	(32)
			-	-	(34)	(32)
Debêntures						
Itaú Unibanco	Debêntures	Controlada em conjunto	(1.165)	(1.162)	(1.165)	(1.162)
Itaú Unibanco	Custo de transação - Debêntures	Controlada em conjunto	(1.175)	(1.173)	(1.175)	(1.173)
Itaú BBA	Custo de transação - Debêntures	Controlada em conjunto	2	2	2	2
			8	9	8	9
Outros passivos						
Itaú Unibanco	Prestação de Serviços	Controlada em conjunto	(1)	(1)	(24)	(12)
Itaú Corretora	Prestação de serviços	Controlada em conjunto	-	-	(18)	-
LD Celulose	Contas a pagar	Coligada indireta	(1)	(1)	(1)	(1)
LD Celulose	Fornecimento de produtos	Coligada indireta	-	-	(5)	(7)
			-	-	-	(4)
Total						
			(1.166)	(1.163)	(1.846)	(1.752)
Resultado						
Receita líquida						
Leo Madeiras Máquinas & Ferramentas Ltda.	Venda de produtos	Acionista não controlador da controlada Dexco	-	-	290	190
LD Celulose	Venda de produtos	Coligada indireta	-	-	262	188
Itaú Unibanco	Venda de produtos	Controlada em conjunto	-	-	28	1
			-	-	-	1
Custo dos produtos e serviços						
Ligna Florestal Ltda.	Custos com arrendamentos	Acionista não controlador da controlada Dexco	-	-	(7)	(4)
LD Celulose	Fornecimento de produtos	Coligada indireta	-	-	(3)	(3)
LD Florestal	Fornecimento de produtos	Controlada em conjunto indireta	-	-	(2)	(1)
			-	-	(2)	-
Despesas gerais e administrativas						
Itaú Corretora	Prestação de serviços	Controlada em conjunto	(9)	(8)	(13)	(12)
Liquigás	Fornecimento de gás	Outras partes relacionadas	(9)	(8)	(10)	(9)
			-	-	(3)	(3)
Outras receitas e despesas						
Dexco	Receita de aluguel	Controlada	7	7	3	3
Fundação Itaú para a Educação e Cultura	Receita de aluguel	Outras partes relacionadas	4	4	-	-
			3	3	3	3
Resultado financeiro						
Itaú Unibanco	Aplicações financeiras	Controlada em conjunto	(177)	(53)	(248)	(81)
XP	Aplicações financeiras	Coligada indireta	-	-	1	1
Copa Energia	Debêntures	Coligada	-	-	5	2
Itaú Unibanco	Despesas financeiras	Controlada em conjunto	-	1	-	1
Itaú Unibanco	Resultado de derivativo	Controlada em conjunto	-	-	(77)	(31)
Itaú Unibanco	Despesas de Juros - Debêntures	Controlada em conjunto	-	15	-	15
Itaú Unibanco	Custo de transação - Debêntures	Controlada em conjunto	(174)	(68)	(174)	(68)
Itaú Unibanco	Custo de transação - Debêntures	Controlada em conjunto	(1)	-	(1)	-
Itaú BBA	Custo de transação - Debêntures	Controlada em conjunto	(2)	(1)	(2)	(1)
Total						
			(179)	(54)	25	96

32.1. Demais transações

(a) Itaú BBA

Para assessorar o processo de aquisição da coligada CCR, a ITAÚSA contratou o Itaú BBA, pelo montante de R\$11, apresentado como parte do custo da aquisição na rubrica "Investimento".

(b) XP

Em novembro de 2022, dentre as alienações de ações da XP mencionadas na nota 15.2.3, 5.500.000 ações foram alienadas de forma privada à própria XP, na mesma data e condições de preço estabelecidas na transação realizada via *block-trade* entre partes independentes, pelo montante de R\$559, apresentado como parte do "Resultado na venda de investimentos" na rubrica "Outras receitas e despesas".

32.2. Garantias prestadas

A ITAÚSA é garantidora das seguintes transações demonstradas abaixo:

Parte relacionada	Relacionamento	Tipo	Objeto	Controladora	
				31/12/2022	31/12/2021
Dexco ⁽¹⁾	Controlada	Aval	Empréstimo	483	375
Duratex Florestal Ltda.	Controlada indireta	Aval	Empréstimo	-	30
Itautec	Controlada	Aval	Seguro garantia em processos judiciais	40	40
Águas do Rio 1 ⁽²⁾	Coligada	Alienação fiduciária de ações	Debêntures	53	51
Águas do Rio 4 ⁽²⁾	Coligada	Alienação fiduciária de ações	Debêntures	57	53
Copa Energia ⁽³⁾	Coligada	Alienação fiduciária de ações	Debêntures	1.007	1.061
Total				1.640	1.610

⁽¹⁾ Em março de 2021, a controlada Dexco, com o objetivo de aprimorar seu perfil de liquidez e endividamento, assinou contrato de financiamento com o BNDES no valor de R\$697 (saldo de R\$720 em 31 de dezembro de 2022), sendo 67% deste valor garantido pela ITAÚSA.

⁽²⁾ Em julho de 2021, a ITAÚSA outorgou alienação fiduciária da totalidade das ações, existentes ou futuras, representativas do capital social das SPEs Águas do Rio 1 e Águas do Rio 4, de titularidade da ITAÚSA, nos termos do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações" celebrado entre a ITAÚSA e demais acionistas das SPEs, na qualidade de alienantes fiduciários, para assegurar o cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, a serem assumidas pelas SPEs no âmbito da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e no montante total contratado de R\$8 bilhões.

⁽³⁾ Em janeiro de 2021, a ITAÚSA outorgou alienação fiduciária da totalidade das ações existentes ou futuras, representativas do capital social da Copa Energia, de titularidade da ITAÚSA, nos termos do "Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças" celebrado entre a ITAÚSA e o outro acionista da Copa Energia, na qualidade de alienantes fiduciários, para assegurar o cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, a serem assumidas pela Copa Energia no âmbito da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e no montante total contratado de R\$1,95 bilhão.

32.3. Remuneração da Administração

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Remuneração	47	39	79	80
Encargos sociais	7	6	12	10
Benefícios de curto prazo ⁽¹⁾	2	2	2	2
Plano de remuneração baseado em ações	-	-	12	10
Total	56	47	105	102

⁽¹⁾ Compreendem: Assistência médica e odontológica, Auxílio alimentação e Seguro de vida

33. TRANSAÇÕES NÃO-CAIXA

Em conformidade com o CPC 03 (R2) / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

As atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da Demonstração do Fluxo de Caixa, estão demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Dividendos/JCP deliberados não recebidos	1.694	949	1.631	(949)
Dividendos/JCP deliberados não pagos	(1.958)	(1.871)	(2.099)	(1.871)
Contraprestação contingente na aquisição de investimentos	(21)	-	(21)	-
Aumento de capital em investida com integralização de debêntures	-	21	-	21
Instrumentos derivativos de dívida	-	-	(210)	10
Novos contratos e atualizações de arrendamentos	-	-	(285)	(68)
Baixa de contratos de arrendamento	-	-	48	2
Total	(285)	(901)	(936)	(2.855)

34. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

Impactos da COVID-19

A ITAÚSA, em conjunto com as companhias investidas, tem envidado esforços para minimizar os impactos decorrentes da atual pandemia da COVID-19 nas operações e na sociedade, além de adotar diversas medidas de proteção à saúde, bem-estar e segurança de seus colaboradores.

A Administração da ITAÚSA vem monitorando de forma constante os impactos econômico-financeiros desta pandemia que afetam adversamente os seus resultados próprios e os resultados advindos das companhias investidas.

Para o exercício de 2022, não houve impactos significativos nas Demonstrações Contábeis da ITAÚSA e de suas controladas. Destacamos abaixo alguns reflexos apresentados pelas nossas principais companhias investidas:

- **Itaú Unibanco:** (i) aumento em 2021 e 2022 de operações de empréstimo e financiamento, em especial para micro, pequenas e médias empresas cujo saldo em dezembro de 2022 é de R\$18.662; (ii) extensão de carências, prazos e melhores condições de taxa de juros para clientes pessoa física e micro e pequenas empresas; (iii) provisão para créditos de liquidação duvidosa de R\$52.324 impactada em função do nível de risco e atraso devido à alteração das perspectivas financeiras dos clientes e deterioração visível de variáveis macroeconômicas. Em dezembro de 2022, o nível de cobertura de provisões da carteira de crédito representava 177% ante 193% em dezembro de 2021. Especificamente para perda esperada de operações que não apresentaram qualquer sinalização de deterioração até o momento (atraso ou redução de *rating* do cliente), o provisionamento apresentou aumento de 18,1% no exercício; e (iv) aumento nas despesas com sinistros relativos a COVID-19, no exercício de 2022, de R\$52, principalmente, relacionado aos seguros de vida e prestamistas.
- **Alpargatas:** A companhia permanece monitorando os impactos da crise e, durante o exercício de 2022, operou com sua capacidade normal de produção.
- **Dexco:** Operou o exercício de 2022 com todas as suas unidades industriais em nível de utilização superior ao registrado no período pré COVID-19. Os prazos de recebimentos de clientes e os prazos de pagamentos aos fornecedores estão normalizados não havendo, também, saldo de impostos prorrogados.

Cabe destacar que a ITAÚSA e suas investidas continuam acompanhando e avaliando os impactos da pandemia em seus resultados, bem como os efeitos nas estimativas e julgamentos críticos que envolvem suas Demonstrações Contábeis.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

35.1. Constituição de PECLD – Controlada em conjunto Itaú Unibanco

A controlada em conjunto Itaú Unibanco reconheceu em suas Demonstrações Contábeis os impactos provenientes de evento subsequente relacionado a um caso específico de empresa de grande porte do varejo, que entrou em recuperação judicial, mas cujas condições creditícias já existiam em 31 de dezembro de 2022. Houve reforço na PECLD para cobrir 100% da exposição gerando um impacto adicional no resultado da investida de R\$1,3 bilhão (R\$719, líquidos de impostos).

35.2. Decisão STF – Limitação da coisa julgada tributária

Em 8 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (“STF”), por meio do julgamento dos Temas 881 e 885, que trataram da limitação da coisa julgada, deliberou que as decisões por ele proferidas em ação direta ou em sede de repercussão geral, interrompem automaticamente os efeitos temporais das sentenças transitadas em julgado envolvendo relação jurídica tributária de trato continuado.

Considerando o teor do entendimento do STF publicado até o momento, a Companhia e suas controladas analisaram suas decisões individuais transitadas em julgado e não identificaram nenhum caso que tenha sofrido modificação no posicionamento desta corte em controle de constitucionalidade.

35.3. Obtenção de linha de crédito – Controlada Dexco

Em 10 de fevereiro de 2023, a controlada Dexco obteve uma linha de crédito de financiamento à exportação (FINEX), junto ao Banco Santander, no valor de R\$500, com vencimento previsto para dezembro de 2023.

35.4. Oferta Pública de Aquisição de Ações do Itaú Corpbanca - Controlada em conjunto Itaú Unibanco

Em 2 de março de 2023, a controlada em conjunto Itaú Unibanco divulgou Fato relevante comunicando que foi aprovado pelo Conselho Administração a contratação de assessores para o início dos trabalhos relacionados à intenção de realização de uma oferta pública voluntária para a aquisição, por si ou por suas afiliadas, de até a totalidade das ações de emissão do Itaú Corpbanca em circulação (instituição financeira sediada em Santiago, no Chile), no qual detém atualmente, por si e por suas afiliadas, 65,62% do seu capital social total e votante.

O valor a ser ofertado por ação será de CLP 2,00 (dois pesos chilenos), que equivale, na data da divulgação do Fato relevante, a um prêmio de aproximadamente 10% sobre o valor por ação conforme a cotação média na Bolsa de Santiago dos últimos 60 pregões, sendo certo que esse preço será ajustado para refletir declaração e/ou pagamento de dividendos pelo Itaú Corpbanca antes da liquidação da oferta.

A oferta ainda não foi iniciada e espera-se que seja realizada ainda no primeiro semestre de 2023. A aquisição das ações objeto da oferta estará sujeita ao cumprimento das condições usuais para este tipo de operação, incluindo a obtenção das aprovações regulatórias aplicáveis do Banco Central do Brasil e da Comisión para el Mercado Financiero de Chile ("CMF").

35.5. Pagamento de JCP

Em 10 de março de 2023 a ITAÚSA realizou o pagamento da primeira parcela do JCP declarado em 01 de dezembro de 2022, tendo como data-base a posição acionária final do dia 08 de dezembro de 2022, no valor de R\$0,141 por ação com retenção de 15% de imposto de renda na fonte, resultando em juros líquidos de R\$0,11985 por ação.

35.6. Deliberação de JCP – Controlada em conjunto Itaú Unibanco

Em 13 de março de 2023, o Conselho de Administração da controlada em conjunto Itaú Unibanco declarou JCP no valor de R\$0,262 por ação, que serão pagos até 31 de agosto de 2023, com retenção de 15% de imposto de renda, resultando em juros líquidos de R\$0,2227 por ação, tendo como data-base a posição acionária final do dia 23 de março de 2023.

35.7. Deliberação de JCP

Em 20 de março de 2023, o Conselho de Administração deliberou declarar, antecipadamente, JCP no valor de R\$0,0773 por ação, que serão imputados ao dividendo do exercício de 2023 e pagos até 31 de agosto de 2023, com retenção de 15% de imposto de renda, resultando em juros líquidos de R\$0,065705 por ação, com base na posição acionária final do dia 23 de março de 2023.

*

*

*



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração e Acionistas
Itaúsa S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Itaúsa S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da Itaúsa S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

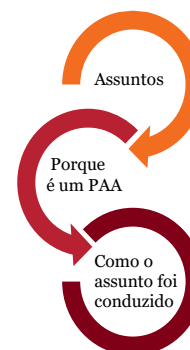
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaúsa S.A. e da Itaúsa S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Considerando a atividade de holding desempenhada pela Companhia, os PAA são temas advindos dos investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas, a seguir apresentados. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Controladas em conjunto - Itaú Unibanco Holding S.A. ("IUH") e Itaú Unibanco Participações S.A. ("IUPAR") - (Nota 15)

Os investimentos no IUH e na IUPAR representam parte substancial dos ativos individuais e consolidados da Companhia, sendo registrados na rubrica "Investimentos" e contabilizados por equivalência patrimonial.

A IUPAR é uma holding constituída para controle do IUH, sendo este seu principal ativo. O IUH por sua vez é uma instituição financeira que atua nas diversas modalidades bancárias, bem como em atividades de seguros, previdência e capitalização.

O IUH realiza um volume expressivo de operações em todas as modalidades e devido ao porte de suas operações, a sua estrutura de tecnologia é composta por mais de um ambiente com processos distintos e controles segregados. Dessa forma, o IUH é altamente dependente de seu ambiente de Tecnologia da Informação para processamento dessas operações.

Adicionalmente, as demonstrações contábeis do IUH apresentam estimativas contábeis críticas relacionadas a operações que requerem elevado nível de julgamento, em especial em decorrência do ambiente econômico, para registro e mensuração das transações e apuração dos saldos contábeis. Essas estimativas contábeis envolvem as seguintes principais áreas:

- Provisão para perda esperada de créditos.
- Mensuração de ativos e passivos financeiros, incluindo derivativos.
- Provisões e passivos contingentes.

Em função do exposto acima, continuamos a considerar essas estimativas contábeis, assim como o próprio ambiente de Tecnologia da Informação, como áreas de foco de auditoria.

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, realizamos testes sobre a apuração da equivalência patrimonial realizada pela Administração da Companhia em relação aos investimentos no IUH e na IUPAR, comparando os resultados obtidos com os registros contábeis. Também avaliamos as divulgações nas demonstrações contábeis da Companhia em conformidade com os requerimentos das normas contábeis.

Os resultados de nossos procedimentos de auditoria estão consistentes com as divulgações em notas explicativas.

Adicionalmente, nossos procedimentos como auditores do IUH, abrangeram, entre outros, os seguintes principais procedimentos de auditoria:

- Em relação ao ambiente de Tecnologia da Informação:

Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do ambiente de Tecnologia da Informação e dos controles automatizados dos sistemas aplicativos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes em controles relevantes e a execução de testes sobre certos aspectos relacionados à segurança da informação, incluindo gestão de acessos e segregação de função.

A combinação dos testes sobre os controles e outros testes adicionais nos permitiram estabelecer um adequado nível de confiança de auditoria na operação dos sistemas e controles automatizados do IUH para o propósito de nosso trabalho.

- Em relação às estimativas contábeis críticas:

Aplicamos testes sobre o desenho e a operação dos principais controles para registro, mensuração, baixa e divulgação das operações, em conformidade com o IFRS 9 - *Financial Instruments*.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Com auxílio de nossos especialistas, analisamos, quando aplicável, a razoabilidade de determinadas premissas e julgamentos da Administração do IUH, considerando também o contexto atual das operações e o cenário econômico. Também, testamos a integridade das bases de dados e os modelos de cálculos envolvidos para apuração dos saldos.

Realizamos testes relacionados à existência, valor correto, integridade, valor recuperável e registro no momento correto das operações, bem como realizamos confirmação de informações sobre a probabilidade de perda dos processos judiciais junto aos assessores jurídicos do IUH.

Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela Administração para a determinação dessas estimativas críticas produzem valores que estão consistentes e dentro de intervalos aceitáveis frente às normas contábeis.

Outros investimentos em Controladas, Controladas em conjunto e Coligadas (Nota 15)

Os demais investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas ("Investidas"), somados representam aproximadamente 16% do total de ativos nas demonstrações contábeis individuais da Companhia e são contabilizados por equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais.

As demonstrações contábeis das Investidas apresentam estimativas contábeis críticas relacionadas às operações que requerem elevado nível de julgamento para registro, mensuração das transações e apuração dos saldos contábeis.

Devido às incertezas inerentes às estimativas contábeis críticas, os eventuais impactos nas demonstrações contábeis das Investidas e, conseqüentemente, na apuração da equivalência patrimonial da Companhia, esta foi considerada área de foco na auditoria.

Em relação à equivalência patrimonial das Investidas, realizamos testes sobre a apuração dos saldos comparando os resultados obtidos com os registros contábeis da Companhia. Também avaliamos as divulgações nas demonstrações contábeis em conformidade com os requerimentos das normas contábeis.

Os procedimentos de auditoria em relação às estimativas contábeis críticas das Investidas, conforme o caso, incluíram comunicação com as equipes de auditoria e/ou outros auditores com o objetivo de discutir os riscos de auditoria identificados, o enfoque, alcance e época dos trabalhos. Também, revisamos seus papéis de trabalho e discutimos os resultados alcançados.

Especificamente, em relação às estimativas contábeis críticas das Investidas, consideramos:

- Os trabalhos executados e as conclusões dos auditores, incluindo seus especialistas quando aplicável, quanto a avaliação das premissas e metodologia usadas pela administração das referidas investidas.
- As correspondentes divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Itaúsa.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Após aplicação desses procedimentos, consideramos que as premissas e as metodologias utilizadas para as estimativas contábeis são adequadas para mitigar os riscos associados de distorções relevantes.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Emerson Laerte da Silva
Contador CRC 1SP171089/O-3

ITAÚSA

Grandes **marcas**, grande **história**, grande **futuro**.CNPJ 61.532.644/0001-15
Companhia Aberta

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da ITAÚSA S.A. ("Companhia") procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2022, as quais foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC"), na qualidade de auditores independentes.

Os Conselheiros Fiscais verificaram a exatidão de todos os elementos apreciados e, considerando o relatório sem ressalvas emitido pela PwC, entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Itaúsa no período e reúnem condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2023. São Paulo (SP), 20 de março de 2023.
(aa) Tereza Cristina Grossi Togni – Presidente; Eduardo Rogatto Luque, Guilherme Tadeu Pereira Júnior, Isaac Berensztejn e Marco Tulio Leite Rodrigues – Conselheiros.

ALFREDO EGYDIO SETUBAL

Diretor de Relações com Investidores

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Itaúsa S.A. ("Itaúsa" ou "Companhia") é órgão de caráter de assessoramento, não estatutário, com funções técnicas e com reporte ao Conselho de Administração da Itaúsa, sendo que suas recomendações não possuem caráter vinculante.

Compete ao Comitê zelar: (i) pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (iii) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de auditoria independente; (iv) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da auditoria interna; e (v) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos.

Composto por 4 membros, sendo um deles independente, o Comitê exerce as atribuições e responsabilidades estabelecidas pela legislação aplicável e pelo Conselho de Administração da Itaúsa por meio do Regimento Interno do Comitê.

Instituído em 15 de agosto de 2022, o Comitê se reuniu em uma única oportunidade no exercício de 2022 com a participação de representantes da Diretoria de Administração e Finanças e dos Auditores Independentes. Os trabalhos realizados sobre os temas de competência do Comitê foram reportados por seu Coordenador em reunião do Conselho de Administração da Companhia.

No exercício de suas funções, o Comitê analisou e discutiu os seguintes temas, consignando suas recomendações ao Conselho de Administração:

- i. Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas do 3º trimestre/2022, acompanhadas do Relatório da Administração; e
- ii. proposta para contratação da nova empresa de auditoria independente, em razão do rodízio obrigatório, bem como para a contratação de outros serviços que não os de auditoria das Demonstrações Contábeis da Itaúsa.

Conclusão

O Comitê, com base nas informações e esclarecimentos prestados pelos representantes da Companhia e da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, e nas atividades desenvolvidas pelo Comitê em 2022, ponderadas as suas responsabilidades e as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, analisou as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, acompanhadas do Relatório da Administração, referentes ao exercício findo em 31.12.2022, e entende que foram elaborados em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e recomenda sua aprovação pelo Conselho de Administração da Itaúsa.

São Paulo, 17 de março de 2023. (a) Edson Carlos De Marchi – Coordenador; Henri Penchas, Patrícia de Moraes e Ricardo Egydio Setubal – membros.

ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DA DIRETORIA REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2023

DATA, HORA E LOCAL: em 20 de março de 2023, às 13h00, realizada na sede social da ITAÚSA S.A., localizada na Avenida Paulista, 1938, 5º andar, em São Paulo (SP).

PRESIDENTE: Alfredo Egydio Setubal, Diretor Presidente.

QUORUM: a totalidade dos membros do Comitê Executivo, com a presença dos Diretores Gerentes convidados a participar da reunião.

DELIBERAÇÕES TOMADAS: após exame das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, acompanhadas do relatório da administração, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, que foram objeto de recomendação favorável pela Comissão de Finanças, a **Diretoria deliberou**, por unanimidade e em observância às disposições dos incisos V e VI do § 1º, do Artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, conforme alterada, declarar que:

- (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório sem ressalvas emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, na qualidade de auditores independentes da Companhia, referentes às demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2022; e
- (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

ENCERRAMENTO: nada mais havendo a tratar, lavrou-se esta ata que foi lida e aprovada pelo Comitê Executivo. São Paulo, 20 de março de 2023. (aa) Alfredo Egydio Setubal - Diretor Presidente; Alfredo Egydio Arruda Villela Filho, Ricardo Egydio Setubal e Rodolfo Villela Marino - Diretores Vice-Presidentes Executivos.

ALFREDO EGYDIO SETUBAL

Diretor de Relações com Investidores